



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ADELLE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO SOUZA

**PRODUÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE MULHERES NEGRAS E POBRES QUE
USAM DROGAS ILÍCITAS EM RECIFE/PE: esse corpo de lama que tu vê**

Recife
2018

ADELLE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO SOUZA

**PRODUÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE MULHERES NEGRAS E POBRES QUE
USAM DROGAS ILÍCITAS EM RECIFE/PE: esse corpo de lama que tu vê**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em psicologia.

Área de concentração: psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas.

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S729p Souza, Adelle Conceição do Nascimento.
Produção jornalística sobre mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas em Recife/PE : esse corpo de lama que tu vê / Adelle Conceição do Nascimento Souza. – 2018.
179 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife, 2018.
Inclui referências, apêndice e anexos.

1. Psicologia. 2. Psicologia social. 3. Feminismo. 4. Mulheres negras – Uso de drogas. 4. Imprensa. I. Dantas, Benedito Medrado (Orientador). II. Título

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-105)

ADELLE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO SOUZA

**PRODUÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE MULHERES NEGRAS E POBRES QUE
USAM DROGAS ILÍCITAS EM RECIFE/PE: esse corpo de lama que tu vê**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em psicologia.

Aprovada em: 29 / 05 / 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas
(Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Edna Mirtes dos Santos Granja
(Examinadora externa)
Centro Universitário do Vale do Ipojuca

Prof^a. Dr^a. Vivian Matias dos Santos
(Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

À ancestralidade aqui simbolizada por toda a luta, força e resistência das mulheres negras que se presentifica cotidianamente no nosso ato de sobreviver ao projeto genocida e colonizador brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Muito amor permeou o processo de escrita dessa dissertação. Quando me lembro de cada rostinho amigo, abraços recebidos, carinhos partilhados, ajudas, cervejas e falas de incentivo, fico bastante emocionada. Duvidei muitas vezes que conseguiria terminar esse trabalho, principalmente em meio ao golpe de Estado e aos processos de adoecimento pessoal. Mas consegui. E finalizar esse processo criativo de profundas reflexões teóricas e subjetivas, me dá muita vontade de celebrar, de agradecer e de partilhar com minhas companheiras e companheiros a alegria do fim, do conseguir, pois sem esse povo todo eu não conseguiria.

Acho que cada uma e cada um que de alguma maneira esteve conectada comigo durante esse trabalho, sabe a importância que têm na minha vida e da imensa gratidão por estarem comigo partilhando dessa existência. Falo isso porque tento expressar essa gratidão no dia-a-dia, na partilha cotidiana do ato de existir e sobreviver, principalmente aos retrocessos e tentativas de esmagamento dos nossos sonhos de revolução. Mas é justamente por essa rede que sei e sinto que seguiremos com nossos sonhos e com nossas lutas. Assim, agradeço:

À minha mãe Fátima Nascimento (in memoriam) pelo melhor cantinho do mundo e pelo amor puro e forte que sinto até hoje. Por ter me ensinado sobre liberdade!

À minha pequena sobrinha Manu, pelo fôlego de luta.

À minha irmã Suellen, pela liberdade.

Ao meu irmão Rodrigo, pelo retorno.

À Jana, pelos 21 anos de amizade (se arrete não) e por estar junto em todo o momento de forma tão cuidadosa.

À Dara, pelo que não tem palavras.

À Karlinha, pela parceria cotidiana.

À Rah, pela república das velhinhas descoladas.

À Bê, por me mostrar o novo.

À Bó, por sermos vizinhas de vida.

À Lucas, pela fantasia.

À Marilene, pelo sentimento sincero e despido.

À Doug, pelas gargalhadas e pela correção do Português (piada interna).
À Bruno Robson, por sempre ter acreditado e pelo campo.
À Olívia, por sermos companheiras de luta, de risos e de vida.
À Nanda, pela partilha e pelo exercício crítico de estar no mundo.
À Aida, pela suave pretiniosidade.
À Carol, por ter chegado.
À Mallys, pelas palas nessa vida.
À Lena, pelas aquarianices.
À Ronaldo, pela fineza.
À Gio, por me mostrar o lado bom do signo de câncer e pelo cuidado quando estava bem pesado.
À Domi, pelo sonho de revolução.
À Adriana, pelo sensível.
À Suca, pela guarra e ternura. E pelo pequeno Ayô.
À Paulinha, pelo colorido.
À Manuela, pelos vôos.
À Val, pela força e pela revisão de tudo.
À Anne, pelo reencontro.
À Teo, pela guarda compartilhada de Aurorinha
À minha baiana Rafinha, porque sempre é tão perto, mesmo tão longe.
À Edna Lopes, pelo aterramento e pelo aprendizado de sentir.
À Fernandinho, pelo fronte de batalha.
À Silvia, pelas cuidado e pelas mãos maravilhosas.
À Luana Varejão, por partilhar do seu cantinho.
À Rafa Diehl, pelas “vivências”.
À Luisa Sobreira, pela arianice e por Violeta.
À Nilton, pela Barra que é gostar de você.
À Rafa Lucena, pelas palhaçadas de gêmeos, com gêmeos, com gêmeos, com gêmeos.
Ao Verinha Fischer na Barra, pelas drogas e risadas.
Ao Bixas da pós, por não ter perdido a matrícula.
As Itinerárias do Saber, por mostrar que o trabalho pode ser leve e cheio de parcerias.
Ao floral de Bach, ao óleo essencial de Alecrim e a bebé, pelo salve.

À Vivian e Edna Granja por terem topado compor a banca e pelas contribuições.

À Benedito, pelos aprendizados.

ENQUANTO EU ESCREVO

Então porque eu escrevo? Eu tenho que. Eu estou mergulhada numa história de silêncios impostos, vozes torturadas, linguagens interrompidas, idiomas forçados e sotaques interrompidos. Eu estou cercada por espaços brancos que dificilmente eu posso entrar ou permanecer. Então porque eu escrevo? Eu escrevo quase como uma obrigação de me achar. Enquanto eu escrevo, eu não sou o outro, mas eu mesma. Não o objeto, mas o sujeito. Eu me torno aqui a que descreve e não a que está descrita. Eu me torno autora e a autoridade da minha história. E uma história oposto absoluto do que o projeto colonial predeterminou. Eu me torno eu. (KILOMBA, 2015)

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar repertórios sobre mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas, produzidos e veiculados em notícias jornalísticas. Essa análise está pautada em pressupostos do feminismo decolonial, feminismo negro, antiproibicionismo e o construcionismo em psicologia social. Para tanto, foi realizado um vasto levantamento e selecionadas nove notícias do jornal Diário de Pernambuco, as quais tratam sobre as “mulheres-caranguejo”, assim nomeadas mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas, principalmente crack, e que se prostituem no Bairro de Santo Amaro, Recife/PE, publicada entre agosto de 2014 e novembro de 2017. No processo analítico, de orientação socioconstrucionista, consideramos os repertórios que se relacionam às mulheres, às drogas e ao contexto (território, prostituição e relação com os homens). Nesse processo, identificamos que esses textos jornalísticos produzem uma série de imagens e enunciados que acionam uma rede complexa de repertórios que incluem: 1) a estética hegemonicamente racista, que associam essas mulheres à lixo, sujeira e infecções sexualmente transmissíveis, produzindo-as como uma ameaça sanitária e moral; 2) proibicionismo ou proibição as drogas, que produzem essas mulheres negras como exclusivamente dependentes de crack e destituídas de sua autonomia, além de considerar o uso de crack como inexoravelmente problemático; 3) mídia, que reproduz e reforça os mecanismos da colonialidade ao reforçar narrativas que destituem essas mulheres negras do lugar de humanas; 4) essencialização do sujeito político mulher, ao invisibilizar as especificidades dos atravessamentos de raça e gênero na vida dessas mulheres negras; 5) modelos de família ao localizarem essas mulheres sendo de famílias desestruturadas e como ameaça ao modelo de família tradicional burguesa e 6) modelos de cidade, ao produzir a necessidade de higienização da cidade, principalmente dos lugares de grande especulação pelo mercado imobiliário como é o território em que essas mulheres negras estão inseridas.

Palavras-chave: Mulheres negras. Feminismo decolonial. Feminismo Antiproibicionista. Mídia.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze repertoires on black and poor women who use illicit drugs, produced and transmitted in news stories. This analysis is based on assumptions of decolonial feminism, black feminism, anti-prohibitionism and constructionism in social psychology. To do so, a large survey was carried out and nine news items were selected from the *Diário de Pernambuco* newspaper, which deal with the "crab women", thus named black and poor women who use illegal drugs, mainly crack, and who prostitute themselves in Santo Amaro, Recife, Pernambuco, published between August 2014 and November 2017. In the analytical process, with a socio-constructivist orientation, we considered the repertoires that relate to women, drugs and their context (territory, prostitution and relationships with men). In this process, we identified that these journalistic texts produce a series of images and statements that trigger a complex network of repertoires that include: 1) the hegemonically racist aesthetics that associate these women with garbage, filth, and sexually transmitted infections, producing them as a health and moral threat; 2) prohibition or prohibitionism of drugs, which produce these black women as exclusively dependent on crack and deprived of their autonomy, besides considering the use of crack as inexorably problematic; 3) media, which reproduces and reinforces the mechanisms of coloniality by reinforcing narratives that dismiss these black women from the human place; 4) essentialization of the political female subject, by making invisible the specificities of the crossings of race and gender in the life of these black women; 5) family models in locating these women as from unstructured families and as a threat to the model of traditional bourgeois family and 6) models of the city, in producing the need to sanitize the city, especially the places of great speculation by the real estate market as is the territory where these black women are inserted.

Keywords: Black Women. Decolonial feminism. Feminism anti-prohibitionism. Media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Foto da notícia 09	102
Figura 2 –	Foto da notícia 03.....	102
Figura 3 –	Foto da notícia 02.....	116
Figura 4 –	Foto da notícia 09	123
Figura 5 –	Foto da notícia 08.....	138
Figura 6 –	Foto da notícia Câmara Municipal do Recife.....	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Distribuição do número total de trabalhos selecionados, por ano de publicação e tipo de produção	57
--------------------	---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Produção científica sobre mulheres que usam drogas ilícitas	56
Tabela 2 –	Distribuição da relação entre locais estudados e tipos de produção	58
Tabela 3 –	Distribuição da relação entre as áreas de conhecimento e os tipos de produção.....	58
Tabela 4 –	Distribuição das mulheres dos estudos analisados por raça/cor.....	66
Tabela 5 –	Distribuição das mulheres dos estudos analisados por renda.....	66
Tabela 6 –	Sistematização das notícias analisadas e vídeos e notícias auxiliares à análise.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CFP	Conselho Federal de psicologia
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
GEMA	Grupo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
PNDA	Política nacional sobre Drogas
RENFA	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
RPA	Região Político Administrativa
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Sobre essa dissertação.....	25
2	MARCO CONCEITUAL.....	30
2.1	Colonialidade, política de resistência e feminismo negro.....	30
2.2	Genocídio, proibicionismo e os atravessamentos para a vida de mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas.....	39
3	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TEMA.....	54
3.1	Descrições sobre os trabalhos relacionados a mulheres e uso de drogas ilícitas a partir dos eixos temáticos.....	60
3.2	Repertórios sobre drogas ilícitas na literatura científica.....	63
3.3	Produção de mulheres negras e de periferia na literatura científica a partir da relação com o uso de drogas.....	65
4	METODOLOGIA.....	72
4.1	Percurso metodológico.....	82
4.2	Processo analítico.....	89
5	ANÁLISE.....	92
5.1	“Esse corpo de lama que tu vê”.....	94
5.1.1	Repertórios sobre as “mulheres-caranguejo”.....	95
5.1.2	Repertórios sobre drogas e seus efeitos.....	105
5.1.3	Repertórios sobre contexto.....	113
5.1.3.1	<i>Território.....</i>	113
5.1.3.2	<i>Prostituição.....</i>	118
5.1.3.3	<i>Homens na relação com as mulheres negras e pobres.....</i>	126
5.2	Efeitos produzidos.....	131
5.2.1	Efeitos produzidos na família tradicional branca burguesa oligárquica.....	131
5.2.2	Efeitos produzidos na vida de mulheres negras e pobres.....	137
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA RESENHA MULHERES E USO	158

DE DROGAS ILÍCITAS.....	
ANEXO A - NOTÍCIA 01.....	160
ANEXO B - NOTÍCIA 02.....	162
ANEXO C - NOTÍCIA 03.....	164
ANEXO D - NOTÍCIA 04.....	166
ANEXO E - NOTÍCIA 05.....	167
ANEXO F - NOTÍCIA 06.....	169
ANEXO G - NOTÍCIA 07.....	171
ANEXO H - NOTÍCIA 08.....	173
ANEXO I - NOTÍCIA 09.....	175

1 INTRODUÇÃO

Eu, entre a direita e a esquerda, continuo negra¹.
Sueli Carneiro

No dia 07 de outubro do ano de 2017, Mariza de Carvalho Nóbrega, 48 anos de idade, mulher negra, moradora da favela/comunidade “Cidade de Deus” no Rio de Janeiro, foi morta após ser agredida por um policial militar quando tentava defender seu filho. Este, um jovem negro e pobre estava com a namorada quando foi abordado por policiais, que afirmaram que ele era traficante porque estava bem vestido. Na tentativa de defender seu filho de tal acusação, Mariza recebeu uma coronhada de fuzil na cabeça e morreu logo depois, em virtude da violência.

No dia 14 de março de 2018, Marielle Franco, 38 anos, mulher negra, lésbica, criada na comunidade da Maré no Rio de Janeiro, morreu executada com vários tiros na cabeça por um possível grupo miliciano da Polícia Militar do respectivo Estado. Vereadora eleita com 46.502 votos (5ª mais votada nas eleições cariocas, de 2016), dedicou seu mandato a fazer denúncias sobre o racismo institucional da polícia, expresso principalmente nas formas violentas de intervenções no combate ao tráfico de drogas. Denunciava que a polícia sobe o morro de forma truculenta e mata de forma aleatória o povo que ali está com a justificativa de que essas pessoas estão envolvidas com o tráfico de drogas. A maioria são negras e negros que, pelo processo colonizador e pelos mecanismos da colonialidade, tiveram como única forma de sobrevivência viver em territórios vulnerabilizados, sem condições dignas de moradia, transporte, habitação e segurança pública.

¹ Destacamos a frase acima para que sirva de reflexão sobre os poucos avanços que tivemos no combate ao racismo, principalmente no que se refere à política de drogas, tema que é abordado nesta dissertação (BRUM, 2018). Porém, apesar de reconhecer o pouco avanço em relação ao combate ao racismo, posiciono essa dissertação politicamente à esquerda. Coluna de Eliane Brum, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/09/politica/1523288070_346855.html

Marielle morreu no dia que eu terminava a análise desta dissertação². Eu tinha acabado de escrever a parte em que as mulheres retratadas pelas notícias aqui analisadas denunciavam as violências sofridas pelos policiais. Escrevia também que um dos efeitos que o racismo entranhado na política de drogas produz é a invisibilidade e a não legitimidade das violências sofridas por essas mulheres. Enquanto escrevia essa parte, me vinha à lembrança a minha participação em uma formação sobre mulheres e drogas e de ter, em um só dia, escutado vários depoimentos de mulheres negras e pobres que usavam drogas e que eram estupradas por policiais. Elas contavam que após o estupro eram ameaçadas por eles que diziam que se elas fizessem alguma denúncia iriam montar um flagrante por tráfico de drogas.

Os dois casos descritos anteriormente aconteceram durante a escrita da dissertação. Esses são dois casos que exemplificam como o modelo proibicionista da política de drogas impacta efetivamente na vida das mulheres negras, principalmente pobres. Os dois casos descritos acima são apenas alguns de inúmeros outros que acontecem todos os dias e que são extremamente invisibilizados ou visibilizados de maneira que atrela a violência ao comércio de drogas ilícitas. Milhares de corpos negros destituídos de humanidade tombam cotidianamente, assassinados pelo racismo e machismo entranhados na política de drogas da nossa sociedade e muitos nem sabemos.

O formato da política de drogas também produz efeitos estigmatizantes ao produzir e associar imagens de periculosidade, de coisificação dos corpos negros e de deslegitimação do genocídio das negras e dos negros com base numa suposta justificativa de envolvimento com o tráfico. Corpos que são, muitas vezes, impedidos de gritar as denúncias sobre os genocídios vividos cotidianamente pelo projeto da colonialidade que busca exterminar as pessoas negras. Inclusive quando estas estão em espaços de poder denunciando o descaso com que as pessoas negras

²Optamos por construir a introdução e as considerações finais na primeira pessoa do singular, porque achamos ser coerente com a perspectiva feminista de pesquisa aqui adotada, que presa pelo reconhecimento da experiência e do exercício da reflexividade como fundamentais para o processo de pesquisa. Porém, esse texto é coletivo e feito a partir de muitos encontros e conexões minhas com meu orientador, amigas, colegas em sala de aula e tantas outras interlocutoras com quem compartilharei as inquietações desse trabalho ao longo do processo de escrita. Sendo assim, os demais capítulos estarão em terceira pessoa do plural e no feminino, reconhecendo essa multiplicidade de vozes, mas reafirmando nosso posicionamento crítico feminista (SCOTT, 1999; HARAWAY, 1995).

são mortas. Assim foram muitos posicionamentos públicos sobre a morte de Marielle que justificavam sua execução política pelo fato dela estar “defendendo bandido”.

Inúmeras Marizas e Marielles são executadas e silenciadas. Mais uma mulher negra e pobre calada, tombada por uma política proibicionista criada para manter o privilégio da branquitude burguesa por meio de um de seus mecanismos de construção de ilicitude. Política que produziu um comércio ilegal no qual para manter o privilégio de quem mais lucra com essa ilegalidade: os “Urubus”³ ou banqueiros, políticos, militares. Os mesmos que querem estar no poder e barganham com a própria polícia a divisão dos altíssimos lucros com o tráfico. Mesmos “Urubus” que na busca de manutenção dos privilégios, deram um golpe de Estado⁴ e destituíram a primeira presidenta reeleita nesse país através de um processo democrático.

Essa racista política de drogas cria a proibição, criminaliza um comércio dentro de um sistema capitalista e coloca a maioria das pessoas negras no varejo. Lugar de menos valia do complexo comércio do tráfico. Lugar que sempre foi destinado às pessoas negras, como afirma um importante teórico negro e extremamente invisibilizado chamado Abdias do Nascimento (2017). Essa política que justifica uma intervenção militar em um dos maiores centros urbanos brasileiro e um dos maiores centros de tráfico. Justifica que a polícia entre nas comunidades dando tiro aleatoriamente, e, com requintes de crueldade, mate mulheres negras, mate homens negros.

É sobre essa complexidade de relações, efeitos e impactos do proibicionismo ou da proibição de algumas drogas na vida das mulheres negras, principalmente as pobres, que essa dissertação pretende debater. A mesma se propõe a acessar essa complexidade analisando produções midiáticas sobre nosso objeto de estudo: mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas. O objetivo geral é analisar repertórios jornalísticos sobre mulheres⁵ negras e pobres que usam drogas ilícitas

³ Aprofundaremos a definição da nomenclatura “Urubus” mais adiante.

⁴ No ano de 2016 a democracia brasileira sofreu um golpe de Estado, que teve como marco o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff com base na ilegalidade de provas. Importante registrar o papel da mídia como fundamental na manipulação das opiniões e efetivação do golpe.

⁵ Esta dissertação aborda apenas as mulheres cisgêneras, ou seja, as mulheres que se identificam com o sexo/gênero ao qual foram designadas social e culturalmente. Essa demarcação é fundamental por localizar a existência das mulheres trans e travestis, as quais são cotidianamente excluídas da academia. Essa exclusão não se dá somente pela ausência das mulheres trans e travestis no acesso à universidade, como também pela invisibilização nas produções científicas, expressando a ausência de trabalhos com essas mulheres. Inclusive, uma das formas de exclusão está expressa pelas próprias notícias que não abordam as mulheres negras trans e pobres que usam drogas ilícitas e se prostituem próximo a ponte do Limoeiro. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (BRASIL,2018), a prostituição é usada como fonte de renda por 90% das

em Recife/PE.

Essa pesquisa se constitui a partir de algumas perspectivas. A primeira é definida a partir de uma crítica feminista que define a ciência como um exercício retórico, parcial e precário, que deve estar circunscrito num campo ético e político. Uma perspectiva que acredita que o posicionamento é um exercício fundamental para poder se debruçar sobre o objeto estudado. Esse exercício se constrói a partir de esforços de objetivação, sendo a objetividade compreendida aqui como conhecimento situado e não como um conhecimento que vai ser descoberto e acessado enquanto verdade única e imutável (HARAWAY, 1995, p. 22).

Nesse sentido, concordo com Donna Haraway, autora que inspira muitas das leituras de feministas decoloniais (entre elas Maria Lugones, 2014) quando diz que os saberes são localizados, parciais, e isentos de verdades únicas e estáveis. Esse texto parte, assim, de um lugar contra-hegemônico na produção acadêmica e que pode possibilitar trazer para o debate, no campo feminista, outros pontos de vista sobrepostos nas construções sociais do mundo (SCOTT, 1999).

Considero também que os contornos entre pesquisadora e objeto de pesquisa são borrados e que é fundamental para essa pesquisa considerar as dimensões da minha experiência como mulher negra, que veio da periferia e que tem uma trajetória nos estudos sobre e drogas e na prática de cuidado com pessoas que usam drogas. Essa experiência produz um exercício de reflexividade e de posicionamento frente às experiências vividas e das diferenciações ou similaridades dessa experiência pessoais com as das mulheres relatadas ou com as formas de olhar para as notícias analisadas (SCOTT, 1999; HARAWAY, 1995).

Esse é um exercício complexo, porque exige que eu me conecte com as experiências, relações, posicionamentos, afetos, sentimentos, o território onde me insiro, como também ativa reflexões sobre privações e privilégios nesse percurso de vida. Porém, apesar dessa complexidade exigida, escolhi trilhar esse caminho, pois defendo essa forma de pesquisar e produzir ciência, principalmente na psicologia, cujo código de ética está eticamente e politicamente embasado nos debates de direitos humanos. Precisamos, como pesquisadoras da psicologia, somar na luta

travestis e mulheres transexuais, em decorrência da exclusão familiar, social e escolar que desde cedo as coloca numa condição de pouca qualificação profissional e de dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho formal.

contra as opressões perpetradas contra as pessoas mais vulneráveis nessa sociedade, como as mulheres negras e pobres que são objeto desta dissertação, principalmente nesse contexto de golpe e retrocesso (RODRIGUES, 2013; CFP, 2018).

Além dos posicionamentos descritos acima, também olhamos para o objeto de estudo a partir da lente do feminismo decolonial e do feminismo negro. A perspectiva de feminismo decolonial aqui abordada reconhece que a colonização brasileira produziu mecanismos de opressão baseados em duas grandes divisões hierárquicas e dicotômicas. A primeira grande divisão hierárquica se baseia em mecanismos escravocratas de exploração das pessoas negras escravizadas e determina que essas pessoas não são humanas. São massas coisificadas de manobra e exploração destituídas de seu lugar de humanidade. A segunda grande divisão hierárquica produz uma opressão de gênero a partir da determinação da superioridade do homem branco europeu e burguês sobre as mulheres (LUGONES, 2014; GONZALES, 2011).

Já o feminismo negro entende que as opressões de gênero perpetradas pelo mecanismo da colonialidade, fruto da colonização, são diferentes na vida das mulheres negras pois as mesmas são também atravessadas pelas opressões do racismo. O que produz uma série de especificidades dessa opressão vivida e lugares fixos de menos valia, seja na dimensão subjetiva ou social. Lugares diferentes e desiguais entre mulheres brancas e negras que distanciam as mulheres negras do lugar de recatada e santa, destinado às mulheres brancas e produz lugares para as mulheres negras são desvalorizadas como apontado por Lélia Gonzales (1984): ser a mulata que samba para gringo ver ou empregada doméstica, por exemplo.

A minha imersão nos estudos da decolonialidade e do feminismo negro se deu principalmente depois do retorno de minha participação, ainda em período de mestrado, do 2º Encontro das Negras Jovens Feministas. Este foi um encontro nacional que aconteceu em setembro de 2017 em São Paulo. Segundo a carta convite que recebi, o objetivo do encontro foi “o fortalecimento das ações de negras jovens feministas inseridas nos diferentes espaços políticos, com foco na relação intergeracional, para elaboração de estratégias de atuação capazes de promover o

Bem Viver da população negra no contexto do pós Marcha das Mulheres negras” (2º Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas, 2017) ⁶.

Fui convidada para facilitar duas oficinas que se propunham a debater a intersecção entre Feminismo e Antiproibicionismo. A primeira oficina se encheu de mulheres negras. A primeira parte do momento estava destinada a realização de uma dinâmica cujo objetivo era fazer com que essas mulheres se apresentassem e dissesse qual foi o interesse que mobilizou a vontade de participar de uma oficina que se propunha a debater sobre feminismo e antiproibicionismo.

As falas das mulheres negras foram muito potentes e mobilizadoras. Elas contavam da ligação delas com as drogas a partir de relações de dor e tristeza, e de histórias de vulnerabilidades, de genocídio contra as pessoas negras, assassinatos de familiares, amigas e amigos muito próximas. Diziam para mim e para outra companheira que facilitava a oficina comigo que não sabiam como pronunciar a palavra antiproibicionismo e nem ao certo seu significado. Mas que sabiam que aquele espaço era para discutir drogas e que queriam discutir porque não toleravam mais tanta violência.

Disseram também da experiência de participar de alguns debates de drogas em que o principal argumento utilizado era o direito ao uso de toda e qualquer droga. E que esse argumento não cabia quando consideramos, por exemplo, a perspectiva do racismo e o debate sobre a inserção de pessoas negras em territórios periféricos. Que essas pessoas lutam antes do direito ao prazer, do direito à vida, ao Bem Viver. Direito à existência.

Entendi que olhar a partir das lentes dos mecanismos racistas é pensar que antes de se reivindicar o direito ao prazer em usar drogas tem que se reivindicar o status de humanas, fruto da primeira divisão hierárquica da colonialidade (LUGONES, 2014). Antes de essas mulheres reivindicarem o direito ao prazer, é necessário que elas reivindiquem o direito a vida. Marielle serve de exemplo para mostrar que mulher negra não pode se representar. Só pode ser representatividade. Como afirma Sueli Carneiro: “eu, entre a direita e a esquerda continuo negra”.

Essas falas tiveram impacto profundo na minha relação com esta pesquisa e com a militância. Foi um encontro que me desterritorializou e me colocou a

⁶ Disponível online em: <http://negrasjovensfeministas.org/enjf/>

necessidade de refletir a partir de quais paradigmas eu pensava a intersecção entre feminismo e antiproibicionismo. Fez-me pensar que o nome antiproibicionismo de fato não se comunica com a periferia e me fez questionar a história desse movimento e suas formas de argumentação. Inclusive dentro da própria militância dentro da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas da qual eu faço parte.

Esse encontro teve impacto profundo na minha relação com o feminismo ao qual eu queria me alinhar e da necessidade de alinhar esse feminismo com as discussões sobre racismo atreladas ao projeto colonizador e seus remanescentes mecanismos. Me fez desnaturalizar a minha experiência de mulher negra em territórios mais privilegiados e frequentados em sua grande maioria por pessoas de classe média. Fez-me repensar o repertório que utilizaria para construir uma argumentação sobre esse objeto de pesquisa.

Percebi naquele encontro que precisava reconfigurar as lentes para olhar para o meu objeto. Percebi a necessidade de visibilizar principalmente a perspectiva racista da política de drogas, diante da fala na mesa de abertura da importante teórica do feminismo negro, Sueli Carneiro. Ela justificou, a partir da constituição da sociedade brasileira, a necessidade de colocar a pauta racial como centralidade dos nossos debates. Reconhecer essa necessidade foi fundamental para meu processo criativo nessa escrita.

Além disso, acho fundamental entendermos a sofisticação do racismo dentro da sociedade brasileira. Na escrita desta introdução, assisti pela internet uma fala do teólogo Ronilson Pacheco no programa Usina de Valores, em março de 2018. Ele exemplifica didaticamente como opera o racismo à brasileira e sua eficiência a partir de quatro pontos. Transcrevo esses pontos aqui, pois estes reforçam a justificativa deste estudo.

1) O racismo brasileiro é eficiente porque à revelia dele ser absolutamente nítido, evidente, continuar matando e segregando pessoas, ele é absolutamente invisibilizado. Embora o racismo esteja presente em toda a nossa estrutura, todas as nossas relações, todos os lugares de poder, todas as nossas diferenças de desigualdades e violências são atravessadas pelo racismo, ele continua sendo tratado como um assunto periférico.

2) O racismo brasileiro é eficiente, porque apesar dos avanços que temos tido ultimamente, dos últimos anos, a produção de saber simbolizado nesse lugar universidade, a sua bibliografia continua sendo branco. De professores brancos e de produção bibliográfica de referencial branca. Porque uma coisa é você ter Milton Santos e Fanon num curso pós-colonial, ou subalternidade, história da africanidade. Outra coisa é você

ter Milton Santos e Fanon na teoria do direito, do direito internacional e na economia. Então essa produção continua no mesmo lugar.

3) O racismo no Brasil é eficiente porque a população negra sempre viveu numa espécie de sociedade sem espelhos. O que é que eu quero dizer com uma sociedade sem espelhos, muito inspirado pela teoria de Muniz Sodré? Uma sociedade que não tem em que se reconhecer. A população negra durante séculos, e até ainda muito recente essa disputa continua, não se reconhece na diretoria da empresa, não se reconhece no cinema, não se reconhece na literatura. As crianças negras não se reconhecem na apresentadora infantil que ela gosta. Não se reconhece na boneca que ela quer comprar. Não se reconhece num comercial de margarina. Por mais ridículo que seja com sua família feliz aonde não há problemas. Essa família nunca é negra. Não se reconhece [...] no grande meio de comunicação, na grande mídia. No espaço da grande mídia. Ele não se reconhece no núcleo familiar da novela das oito. Ele não se reconhece em lugar nenhum, ele não tem esse espelho. E uma sociedade sem espelho o que ela faz? Ela se aproxima de quem ela reconhece. Se todos os espaços são ocupados. Estão nesse lugar que é privilegialmente branco, é desse lugar que ele vai se aproximar, inclusive neutralizando a discussão racial.

4) E ele é eficiente porque ele guetifica nossa história e nossa produção. O que eu quero dizer? [...] Que a gente não tem nem a liberdade do território de imaginar o que quiser, fazer o que quiser, estar onde quiser, escrever o que quiser, cantar o que quiser. Não ser o tempo todo a nossa pauta racial, preto, guetificada. Porque o racismo estruturante guetifica inclusive a nossa produção” (USINA DE VALORES, 2018).

O próprio Conselho Federal de Psicologia – CFP - reconheceu as invisibilidades do racismo na nossa sociedade, e propriamente dentro da psicologia, afirmando da necessidade de ampliar estudos que tratem desse tema como centralidade. Em setembro de 2017 o órgão lançou o material intitulado “Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os”, onde consta a seguinte afirmação no que se refere à necessidade de realizar pesquisas que interliguem psicologia e racismo:

O racismo tem “sido uma ideologia que opera poderosamente na sociedade como motor de desigualdades que engendram as precárias condições de existência do povo negro”, configurando-se como uma grave violência estrutural e institucional presente na sociedade brasileira. Tendo isso em vista, o Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs) assume o compromisso de combate ao racismo, levando este discurso também aos diferentes espaços nos quais tem inserção. Para isso, desenvolve ações de reafirmação da Declaração Universal de Direitos Humanos, do Código de Ética de Psicólogos e Psicólogas e, especialmente, da Resolução CFP nº 18/2002, que há quinze anos estabelece normas de atuação para as (os) psicólogas (os) em relação a preconceito e discriminação racial, e que conta com um Grupo de Trabalho no Sistema Conselhos de Psicologia, desde dezembro de 2012, voltado a evidenciá-la. (CFP, 2017; P. 06-07)

O mesmo material também sinaliza a necessidade de realizar pesquisas “que tenham como foco [...] pessoas que pertençam a grupos específicos que são discriminados” (CFP, 2017; p. 84). Alinho assim a importância deste trabalho com o reconhecimento da necessidade, colocada pelo Conselho Federal de Psicologia, por se tratar de uma pesquisa sobre mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas. Grupo que é extremamente marginalizado e alvo de preconceito por parte de alguns setores mais conservadores da sociedade.

Também senti necessidade de olhar para a História. Olhar para a história do Brasil e seu processo colonizador. Precisei olhar para minha história a partir de uma versão contada pelas mulheres negras. Precisei olhar para os sentidos que muitas vezes foram cristalizados com um objetivo de manutenção da opressão racista e machista. Precisei repensar esses sentidos alinhados a uma perspectiva do construcionismo social e reconhecer que estes são produzidos a partir de práticas discursivas produzidas com certos modos de nomeações e repertórios que precisam ser repensados (SPINK, 2010). Maria Lugones (2014) reflete sobre esse exercício de se conectar com o feminismo decolonial e repensar a si mesmo. Segundo a autora:

A tarefa da feminista decolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial (p. 948).

1.1 Sobre essa dissertação

Para dar título a esse trabalho, escolho um trecho da letra da música “Corpo de Lama” de Chico Science e Nação Zumbi. Para mim “Esse corpo de lama que tu vê” tensiona as (in)visibilidades que esse caso produziu. Além disso, ajuda a questionar o que foi visto. Decidi usar esse título, pois sempre que me perguntavam o que eu estudava, eu respondia que eram notícias de jornal sobre as chamadas “Mulheres-caranguejo”. A maioria das pessoas sabia do que se tratava. O que me fez ter certeza de que esse caso teve certa visibilidade. Mas é justamente qual visibilidade foi produzida e a serviço de que projeto político o que nos interessa nessa investigação.

A minha questão é justamente entender como as notícias visibilizam essas mulheres, que repertórios utilizam para construir essas mulheres negras, sob que

bases conceituais estão localizados esses repertórios. Considero que a mídia é racista e elabora formas de narrar sobre essas mulheres a partir de um lugar que reitera o genocídio da mulher negra, o genocídio dessa população e legitima a violência. Mas também procurei dentro do processo analítico olhar as formas de resistências e de outras narrativas que produzem furos e fissuras dentro desse lugar comum associado às mulheres negras e pobres na mídia. É também uma tentativa de olhar as resistências, apontadas por Maria Lugones (2014) como fundamental, se quisermos abordar as temáticas a partir de um feminismo decolonial.

Essa dissertação se propõe assim, a debater também sobre a produção de repertórios sobre mulheres negras e pobres a partir de análise de mídia. A mídia foi escolhida devido a sua importância como determinante na manutenção dos privilégios dos herdeiros da colonialidade: homem branco, burguês colonial, como bem caracteriza Maria Lugones (2014). Mídia que foi uma das grandes responsáveis pelo golpe de Estado aplicado no Brasil em 2016, e que vem instituindo uma política de retrocesso aos direitos humanos, baseada numa velha politicagem colonial dos brancos burgueses. Segundo Pedrinho Guareschi (2009), nove famílias detêm quase 94% dos meios de comunicação em massa e que os utilizam para usurpar e coisificar o corpo das pessoas negras com o objetivo de se manter ricos e poderosos.

A mídia, segundo Maria Aparecida da Silva Bento (2009), é um dos principais pontos de pauta do movimento negro e sempre está presente nas discussões de textos teóricos que falam sobre raça. Já Túlio Quirino (2017) aponta para importância dos estudos de mídia para psicologia diante dos efeitos produzidos pelo acelerado desenvolvimento dos campos da comunicação e tecnológico na vida das pessoas. Para ele as tecnologias de ponta como a internet dão um tom específico às formas de relação na contemporaneidade e nos nossos modos de existência. Ana Maria Bock (2009) também reforça a importância dos estudos de mídia para a psicologia devido à grande inserção desta em nosso cotidiano. Ambos ratificam a importância da mídia no processo de produção de sujeitos e subjetividades.

As notícias analisadas foram veiculadas pelo jornal Diário de Pernambuco⁷. Este é um dos jornais mais antigos da América Latina e no ano de 2014 noticiou o caso de mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas em um território do centro da Cidade de Recife/PE. As mesmas foram nomeadas de “Mulheres-

⁷ Contextualizarei melhor o jornal adiante.

caranguejo”, por estarem situadas em um território de mangue. Focamos na análise de repertórios, a partir dos pressupostos do construcionismo social, que entende o discurso como prática e os repertórios como unidades de construção dessas práticas (SPINK, MEDRADO, 2004; SPINK, 2010; ARAGAKI ET AL., 2014).

As justificativas para este trabalho, além das descritas acima, podem ser definidas a partir de outras experiências como também nas dimensões social, acadêmica e política. A dimensão pessoal se alinha muito com a perspectiva feminista descrita acima que reconhece a experiência como intrínseca ao processo analítico (SCOTT, 1999). A dimensão da experiência pessoal me faz reconhecer que minha trajetória que me fez chegar até aqui e me faz me afastar de perspectivas essencializadoras de entender o que é ser uma mulher negra.

A minha experiência como mulher negra e vinda de periferia alinhada com os processos de reflexão para pensar a minha relação com a pesquisa é reconhecer que minha relação com a mídia era focada principalmente em assistir mídias golpistas e sensacionalistas como a Rede Globo de Televisão que foi fundamental para a consolidação do golpe de Estado que o Brasil sofreu em 2016. É refletir que esses meios de comunicação me faziam acessar novelas que o tempo todo reforçavam o lugar das mulheres negras associadas à baixa autoestima e menos valia (GONZALES, 1984).

A partir dessas referências midiáticas que localizei como me atravessando e me produzindo como pessoa, refleti que a televisão era e é o principal meio de comunicação nas casas da periferia. Jornal não era algo que circulava na minha vida periférica. Este era coisa de classe média alta. O que me ajudou bastante a refletir sobre os marcadores sociais que estão atravessando alguns jornais como o que veiculou as notícias analisadas nesta dissertação. Eles sempre estavam na casa de amigos da classe média alta. Mas nunca nas casas da periferia.

Também traz um processo reflexivo de mulher negra e de periferia que se formou em psicologia, mas que saiu dessa formação sem ter discutido raça dentro da sala de aula ou em outros espaços de formação ligados à universidade. O que reconheço como uma grave lacuna no meu processo formativo e na psicologia como um todo, como apontado pelo material do CFP (2017). Essa formação, para mim, foi acontecendo com o tempo, como um trocar de pele, onde as questões subjetivas e as formas de produzir vida e sobrevivências foram repensadas. Como se nascesse de novo. Como se começasse a compreender as violências que atravessam.

Essas violências são muito diferentes das vivenciadas pelas mulheres noticiadas nas matérias analisadas. Mulheres negras e pobres que fazem uso de drogas ilícitas em contextos muito diferente dos meus por estar inseridas em lugares muitas vezes protegidos e frequentados em sua maioria pela classe média e em territórios que a polícia não chega atirando e invadindo casas sem pedir licença. Não que eu nunca tenha sofrido racismo e violência policial nesses espaços, mas é preciso e necessário localizar que meu contexto é diferente do contexto das mulheres negras que usam drogas no mangue. Porque é também desse olhar que parto. É essa experiência que também compõe a lente de análise.

A justificativa acadêmica se alinha a partir de dois pontos. O primeiro está relacionado às questões de acesso à universidade pública. A mesma ainda é ocupada hegemonicamente por homens brancos e de classe média alta. Para Scott (1999), em geral, as histórias que são contadas na academia legitimam a naturalidades de padrões heteronormativos, sendo necessária uma “ampliação do quadro, uma correção da visão incompleta ou infiel” (p.24), contada por apenas uma versão.

Este fato produz um efeito de exclusão de mulheres negras, principalmente vindas de periferia, em ocupar esse lugar de fala e de produção de conhecimento a partir de suas experiências. Atualmente temos alguns mecanismos de reparação social como as políticas de cotas raciais. Mas ainda temos muito a avançar, principalmente se considerarmos esse atual contexto de golpe e retrocesso onde a universidade pública e a educação de ensino superior são foco de disputa de poder.

O segundo ponto decorre de certa forma do primeiro e está relacionado com as invisibilidades da produção acadêmica sobre minorias, o que fica ainda mais explícito quando busca uma interface com o debate sobre raça e gênero a partir dos mecanismos da colonialidade. O próprio CFP (2017) reconhece a necessidade de realizar pesquisas que analisem os debates de minoria a partir de uma perspectiva racial. Esta dissertação então se justifica, pois circunscreve um campo que discute raça, gênero, classe e drogas, e debate outros aspectos interligados como acesso à informação, acesso à cidadania, direito à moradia, mobilidade urbana, modelos de família hegemônico, genocídio e embranquecimento de territórios.

A justificativa política se alinha com um debate ético em relação ao atual contexto de golpe e dos retrocessos gerados. Golpes e retrocessos que estão ligados como mecanismos coloniais e modelos prescritos de lugares fixos para as

mulheres negras. Pensar uma pesquisa que fala resistência a esses modelos de opressão e de manutenção de privilégio possibilita fazer resistência ao projeto político que prescreve modos de higienizar o corpo, de espaços de circulação das mulheres negras, de modelos de família nucleares e conservadores e de fortalecimento de projetos genocidas pautados no conservadorismo que criminalizam a vida e os corpos das mulheres negras e pobres aqui estudadas.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro é o marco referencial e está destinado a localizar as lentes com que olho para o objeto de pesquisa. Ele está dividido em duas partes. A primeira descreve as divisões hierárquicas centrais da colonialidade e o impacto na vida das mulheres negras e pobres. A segunda parte busca discutir como a colonialidade produz um projeto genocida voltado para o extermínio das mulheres negras, utilizando a proibição de algumas drogas ou proibicionismo como ferramenta de efetivação desse genocídio. Finalizamos o capítulo demonstrando como a proibição de algumas drogas ou o proibicionismo oprimem as mulheres negras, principalmente pobres.

O segundo capítulo tem como proposta apresentar a revisão da literatura sobre o objeto de pesquisa. Para entender que mulheres são produzidas pela escrita acadêmica na intersecção com o debate de drogas, realizei buscas nas principais plataformas acadêmicas. Utilizei como descritores os termos “mulher(es)” e “drogas”, descartando aqueles trabalhos que tratavam de drogas lícitas ou que não consideravam o uso de drogas.

O terceiro capítulo traz os pressupostos metodológicos e epistemológicos que orientam o processo investigativo. Localizo a pesquisa como qualitativa, de orientação psicossocial crítica, na perspectiva do feminismo decolonial e negro em interface com o construcionismo social. Abordo também a importância de realizar debates sobre mídia, considerando inclusive quais aspectos precisam ser observados.

O quarto capítulo traz a análise das notícias propriamente ditas. Ele está dividido em duas partes. A primeira intitulada “Esse corpo de lama que tu vê” tem o objetivo de debater como as notícias analisadas produzem repertórios sobre as mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas e são ali retratadas. A segunda parte está focada em apontar os possíveis efeitos que essa produção midiática pode produzir na construção na elite leitora do jornal e sobre a vida das mulheres noticiadas.

Por fim, apresento as considerações finais, que trazem a sistematização do que foi abordado ao longo da dissertação, alguns apontamentos que precisam ser aprofundados e algumas alternativas para pensar uma mídia mais democrática e popular.

2 MARCO CONCEITUAL

Esse capítulo tem como proposta explicitar as bases epistemológicas que dão sustentação a essa dissertação. Dividimos em duas partes. A primeira que chamamos “Colonialidade, política de resistência e feminismo negro” discorre sobre como os processos de colonização determinaram formas hierárquicas que estão intrinsecamente atravessadas por processos racistas, machistas e capitalistas. A partir daí, apresentamos o feminismo negro como uma ferramenta ético-política de denúncia das opressões vividas pelas mulheres negras e pobres dentro deste mecanismo de colonialidade.

Na segunda parte a qual chamamos “Genocídio, proibicionismo e os atravessamentos na vida das mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas”, abordaremos como os mecanismos de embranquecimento da sociedade associados à colonialidade estão intrinsecamente interligados com o modo operante do processo colonizador e que produzem genocídio da população negra. A partir daí, localizaremos o proibicionismo como um dispositivo genocida e refletiremos acerca do seu efeito nos corpos e na vida das mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas.

2.1 Colonialidade, política de resistência e feminismo negro

Esta dissertação aborda a perspectiva epistêmica decolonial como lente para ver a sociedade brasileira e suas formas de opressão. Os estudos sobre decolonialidade dão visibilidade para o violento processo de colonização imposto à América Latina e Caribe, e identifica como este processo produziu opressão direta aos Ameríndios e Amefricanos. Estes eram povos originários que foram terrivelmente violentados, estuprados, exterminados em prol de um projeto político

econômico europeu, branco, heteronormativo e burguês de dominação (LUGONES, 2014; GONZALES, 2011).

Autoras como Lélia Gonzales (2011) e Maria Lugones (2014) afirmam que a violenta colonização da América Latina e do Caribe teve como premissa a categorização hierárquica da sociedade pelos opressores colonizadores. Estes se sentiram no direito de definir as hierarquias de dominação, de forma racialmente estratificada, dicotômica e homogênea, cujo principal objetivo era legitimar a pretenciosa superioridade dos/as colonizadores/as sobre os colonizados/as.

Para Maria Lugones (2014), a principal e central divisão hierárquica que determinou o funcionamento ético, político e econômico no período da colonização foi a que dividiu a sociedade entre humanos e não-humanos. Nessa dicotomia as/os colonizadas/os, ameríndias/os e amefricanas/os, são obviamente tidos como não humanos:

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão (LUGONES, 2014, p. 936).

Assim, a população indígena e negra escravizada foi destituída de seu estatuto de não humanidade. A pretensão dos colonizadores brancos e europeus em destituir as/os negros e negras, índios e índias de seus lugares de humanidade tem como principal objetivo a supremacia da branquitude, utilizando como mecanismos para manutenção desse lugar um projeto político de embranquecimento da sociedade (CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2017). Projeto este que se propôs (e se propõe na atualidade), ao aniquilamento das culturas, subjetividades e existência das/os índias/os e negras/os. Foi a pretensão de superioridade de certos povos sobre outros que se determinou naquele tempo histórico que vem se atualizando até hoje. Um modo operante de opressão racista, machista e capitalista.

Abdias do Nascimento (2017) em seu livro “O Genocídio do Negro Brasileiro” reforça esse lugar de opressão ao afirmar que as/os africanas/os escravizadas/os eram consideradas/os como subhumanos/as ou inumanos/as e que serviam apenas para função econômica de força de trabalho.

Assim, índias e índios originários/as da Américas e negras e negros escravizados/as de África foram destituídas/os de seus lugares de sujeitos, de seus territórios e culturas. Tiveram seus costumes, hábitos e crenças julgados e deslegitimados. Na busca de ratificar o lugar de não humanidade destinados a essas pessoas, os colonizadores/as estabeleceram formas de controle e produziram práticas de crueldade sobre as/os colonizadas/os.

Como afirma Maria Lugones (2014) “a negação é a colonialidade”. Adjetivos como “bestiais e, portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas” (p. 936) eram utilizados para descrever essa “categoria de não-humanos”. O processo colonizador demonstra a violência epistêmica e cultural, a qual Maria Lugones (2014) chama de imposição colonial de gênero e que ainda “permanece na intersecção de gênero/classe/raça como constructos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (p. 938). Para a autora:

A imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habitam a cuidar do mundo ou a destruí-lo (LUGONES, 2014, p. 935).

Assim, olhar para esses processos colonizadores é entender que mesmo com o fim da colonização as marcas dos mecanismos de colonialidade não se findam. Estes se atualizam e determinam a lógica de funcionamento da nossa sociedade, a partir dos aspectos ético, políticos, culturais e religiosos. É entender que a América Latina e Caribe passaram por processos de descolonização, mas que a colonialidade continua operando enquanto mecanismos de opressão, a partir de uma perspectiva racista, machista e capitalista.

O convite então é refletir e teorizar a partir de uma perspectiva decolonial. Para Maria Lugones (2014) reconhecer a decolonialidade é

(...) nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos (LUGONES, 2014; p.939).

Pensar a partir da matriz decolonial é entender que o projeto ético-político colonial tem como proposta o apagamento da cultura e subjetividade das pessoas negras. É um projeto político que se sustenta no exercício de poder focado no

genocídio dessa população. Este impactou na forma com que as pessoas colonizadas se relacionavam com a terra, com a religião, como referido na citação abaixo:

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica (LUGONES, 2014, p. 938).

É uma construção que aniquila com as subjetividades das pessoas colonizadas por serem construídas e narradas sempre a partir de um lugar negativo. A colonialidade reforça um não lugar para essas pessoas, reduz as potências de vida, desconecta da terra, da espiritualidade, deslegitima, enfim, modos de existir em detrimento de uma única referência. Assim, funciona produzindo relações desiguais e de subalternidades e oprimindo de forma ferrenha quem está no oposto desse lugar de referência de superioridade colonial: as mulheres negras e de periferia.

Porém, segundo Maria Lugones (2014), refletir e analisar a partir da decolonialidade é também atentar que os mecanismos de colonialidade de gênero funcionam legitimando narrativas unilaterais sobre as opressões vividas pelas pessoas colonizadas. Além disso, as narrativas que são contadas pelos colonizadores apagam e invisibilizam o processo de resistência das pessoas colonizadas. A autora sugere “que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da diferença colonial” (p. 939). Segundo ela:

Quando penso em mim mesma como uma teórica da resistência, não é porque penso na resistência como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade. Estou interessada na proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa e criativamente opositiva. A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ← → resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno (LUGONES, 2014).

Escolhemos então dar visibilidade a esse processo de resistência a partir do feminismo decolonial e do feminismo negro e das inúmeras teóricas que denunciaram o caráter racista e machista do projeto colonial. Feminismo negro que grita as especificidades das opressões vividas pelas mulheres negras e as

resistências que historicamente foram construídas por essas mulheres desde a luta pela vida, no efetivo processo de escravização e na atualização desse projeto colonizador. Resistências e forças que foram invisibilizadas por narrativas coloniais.

Adotar uma lente decolonial e racializada para olhar o feminismo é antes de qualquer coisa considerar que a colonização e a colonialidade são frutos de um projeto político euro-centrado. Assim, é fundamental olhar os impactos dessa perspectiva colonial na vida das mulheres negras e pobres que são as mais afetadas por essa opressão ética, política, estética e econômica da sociedade brasileira (GONZALES 2011; LUGONES, 2014).

É necessário resgatar e visibilizar as histórias de luta e resistência. Contar as opressões a partir do rompimento com as perspectivas hegemônicas. Perspectiva que coloca a população negra de luta num lugar de fragilidade, de passividade e de bestificação. É criticar uma história que deslegitima toda a resistência dos quilombos que se formaram ao longo da história e dos quilombos atuais que continuam produzindo resistência a esse projeto político de dominação e genocídio.

E foi na busca de fraturar essas narrativas hegemônicas ou de dar visibilidades a outras narrativas a partir do lugar de colonizadas/os que o feminismo negro surgiu. Ele veio denunciar o não lugar destinado para as mulheres negras. Como exemplo, temos o importante discurso de Sojourner Truth⁸ proferido na Convenção dos direitos da Mulher em Akron, Ohio, em 1851. Ela era uma mulher escravizada norte-americana,⁹ analfabeta, que nessa ocasião protestou diante de uma plateia composta majoritariamente de homens brancos, que debatiam sobre as mulheres e a incapacidade destas exercerem trabalhos manuais. Sojourner Truth profere o seguinte discurso:

Esse homem aí diz que tem que ajudar as mulheres a subir nas carruagens e carrega-las para atravessar as poças de lama ou dar-lhes o melhor lugar em todas as partes. A mim ninguém jamais ajudou a subir em carruagem ou a atravessar poças, nem recebo o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhe para mim! Olhe para o

⁸ Sobre a autora, disponível online em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>

⁹ A diáspora e o processo de escravidão ligam as histórias das negras Brasileiras, sul americanas também as dos Estados Unidos da América. E mesmo sendo nossa abordagem uma perspectiva decolonial e buscando priorizar autores e autoras latinos, usaremos algumas referências norte-americanas. Pois amefricanizar é como: “Lélia Gonzalez procurou similaridades nos diversos contextos da diáspora negra de forma a desenvolver explicações em comum para abordar o racismo, bem como recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras e indígenas, visando seu registro como protagonistas e sujeitos históricos”. CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 965-986, setembro-dezembro/2014, p. 968.

meu braço! Tenho lavrado, plantado e colhido em celeiros, e nenhum homem poderia me guiar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu podia obtê-lo – e suportar o chicote também. E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz treze crianças, e vi a maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei o sofrimento de minha mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E eu não sou uma mulher? (TRUTH, 1951).

Esse discurso denuncia a opressão de raça vivenciada pelo povo que foi colonizado, bem como e principalmente uma denúncia sobre a essencialização do que era ser mulher na sociedade que teve a colonização e a escravidão como mecanismos. A pergunta “eu não sou uma mulher?” feita por Sojourner Truth denunciava que o lugar de bela, recatada e do lar não estava destinado a ela e sim as mulheres brancas.¹⁰ Aquele discurso de cuidado para com as mulheres não contemplava as mulheres negras, já que estas não eram consideradas como humanas e estavam sendo açoitadas e estupradas nas lavouras, tendo seu direito de maternidade destituído em nome do comércio negreiro, lucrativo apenas ao homens brancos europeus e as suas senhoras.

Esse não-lugar colocado para as mulheres negras está relacionado com outra divisão e estratificação racialmente hierárquica do processo colonizador. A segunda divisão hierárquica central descrita por Maria Lugones (2014) é aquela que divide homens e mulheres. Porém, segundo a autora, essa classificação que determina a divisão de homens e mulheres só estava restrita as pessoas consideradas humanas, ou seja, as pessoas brancas.

Essa segunda divisão mantinha o lugar de poder e de privilégio das/os brancas/os, tidas/os como civilização. Nesse arranjo hierárquico continuou e continua garantindo o lugar de superioridade dos homens brancos em relação às mulheres brancas. Para as mulheres brancas era destinado um lugar de não complementariedade e inferioridade em relação aos homens brancos (LUGONES, 2014).

Porém, essa opressão era totalmente diferente, pois as mulheres brancas reproduziam “raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (LUGONES, 2014, p. 936). As mulheres negras escravizadas, tidas como não-humanas são

¹⁰ Ideal de mulher recentemente reafirmado pela reportagem “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, apresentado na versão online da Revista, em 18 de abril de 2016.

constituídas a partir da negação do humano e da condição de não mulheres. Segundo Maria Lugones (2014)

Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como “mulheres”, a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres. Consequentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos (LUGONES, 2014, p. 937).

Essa diferenciação na construção conceitual e hierárquica das desigualdades de gênero a partir da perspectiva decolonial reforça que as opressões de gênero em relação às mulheres negras são desiguais. Estas eram colocadas no pacote das aberrações (destinados inclusive para as mulheres trans), como no trecho trazido por Maria Lugones (2014)

Mesmo que nesse tempo a compreensão do sexo não fosse dimórfica, os animais eram diferenciados como machos e fêmeas, sendo o macho a perfeição, a fêmea a inversão e deformação do macho. Hermafroditas, sodomitas, viragos e os/as colonizados/as, todos eram entendidos como aberrações da perfeição masculina (p. 937).

Assim, a constituição de gênero para a mulher escravizada se dá a partir do lugar de não-humana e de não-mulher-branca (mulher branca que não é complemento do homem branco). As questões de gênero relacionadas às mulheres negras devem estar ligadas ao reconhecimento de uma opressão maior que é invisibilizada. Esta opressão está ligada a raça primeiramente, depois a gênero e classe. Segundo Sueli Carneiro (1995) as mulheres negras têm seus corpos hipersexualizados e violentados a partir desta construção colonial.

Para Lélia Gonzales (2011) as mulheres negras foram “faladas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação” (p. 14). A autora sinaliza a necessidade de produzir um feminismo afro-latino-americano que contemple as denúncias de todas as opressões que atravessam essas mulheres.

Esse lugar destinado às mulheres negras determina explicitamente um projeto de aniquilação. Angela Davis (2016) em seu livro “Mulheres, raça e classe” busca, pelo feminismo negro, diferenciar as experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres a partir de uma perspectiva racial. Ela relata uma série de violências sofridas pelas mulheres negras e pobres.

Para ela é fundamental desconstruir o estereótipo da mulher negra escravizada associada apenas como serva da casa grande, destinada ao trabalho doméstico e ao cuidado das crias das mulheres brancas. As mulheres negras eram destinadas ao trabalho de campo da mesma forma que os homens negros. Estas eram ameaçadas não apenas pelo chicote, como também pelo estupro, como no trecho abaixo:

A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhavam pesado na lavoura do amanhecer ao pôr-do-sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a ela. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-la como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero: mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea (DAVIS, 2016, p. 19).

Ainda sobre as violências sexuais vivenciadas pelas mulheres negras, Abdias do Nascimento (2017), Sueli Carneiro (2005) e Ângela Davis (2016) afirmam que o lugar das pessoas negras era tão rebaixado, que existiu e existe até hoje um projeto político de embranquecimento e mestiçagem da sociedade. Este movimento que depois vai embasar os mitos de democracia racial funda-se e se mantém a partir da violência sexual contra as mulheres negras. Angela Davis (2016) afirma que as mulheres negras escravizadas eram avaliadas pela sua fertilidade e capacidade de procriação para ampliar a força de trabalho escravo e o poder econômicos dos colonizadores.

As mulheres negras eram vítimas de estupro constante de homens brancos que engravidavam essas mulheres e consideravam como positiva tamanha violência por estarem embranquecendo a sociedade (NASCIMENTO, 2017). Segundo Angela Davis (2016) as mulheres eram constantemente estupradas e engravidavam dos homens brancos. Porém, essa paternidade não era reconhecida e as crianças nascidas tinham o mesmo destino de sua mãe negra: ser escrava/o. Era assim que se sustentava, segundo a autora, uma lógica de “estrutura biológica matrilocal” das famílias negras. O mito de que as famílias negras eram matriarcais justificava os

estupradores das mulheres negras e a não responsabilidade dos estupradores para com as crianças geradas nesse estupro.

Sobre o assunto, Sueli Carneiro (2005) afirma

A miscigenação racial presente em nossa sociedade vem se prestando a diferentes usos políticos e ideológicos. Em primeiro lugar, a miscigenação vem dando suporte ao mito da democracia racial na medida em que o intercuro sexual entre brancos, indígenas e negros seria o principal indicativo de nossa tolerância racial, argumento que omite o estupro colonial praticado pelo colonizador em mulheres negras e indígenas, cuja extensão está sendo revelada pelas novas pesquisas genéticas (CARNEIRO, 2008; p. 64).

Este é só mais um exemplo do projeto político de aniquilação de vida direcionado às mulheres negras. Projeto este que teve bastante resistência. Resistência que para o feminismo negro passa pelas mulheres negras que estão fazendo luta para sobreviver no seu cotidiano. Patrícia Hill Collins (2016) afirma que precisamos olhar para as mães, líderes comunitárias, professoras, empregadas domésticas, entre outras mulheres negras que fazem luta, resistência e produzem vida. O convite do feminismo negro é legitimar principalmente essas mulheres e suas lutas e não pensar apenas e a partir da academia e de suas produções artísticas ou movimento social.

Essas resistências e lutas permanecem desde os tempos de escravidão institucionalizada até os dias atuais, em que a expropriação dessas mulheres persiste, ainda que de forma velada. Propomos, portanto, nos conectar de fato à máxima do feminismo negro, imortalizada por Jurema Werneck (2009) quando está diz: “nossos passos vêm de longe”.

Na época da escravidão, por exemplo, as mulheres negras participavam ativamente da articulação política e estratégias de fuga e aquilombamento. Muitas mulheres também lideravam os próprios quilombos. Como exemplo temos Tereza de Benguela que liderou o Quilombo do Quariterê ou Quilombo do Piolho, no Mato Grosso. Também temos a importância da luta e resistência de Dandara e Aqualtune no Quilombo dos Palmares ou as quitadeiras que serviam como articuladoras políticas e informantes de diversos quilombos. Essas e tantas outras mulheres que tiveram sua força e resistência apagada pela sociedade colonial (OLIVEIRA, 2017) ¹¹.

¹¹ Informações da aula da disciplina Poder e Modos de Subjetivação, ministrada pelo Profº Jorge Lyra no programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, em novembro de 2017.

Também são expressões de resistência das mulheres negras as mães de santo, mantendo as tradições culturais e religiosas, ou as Irmandades, a exemplo da Nossa Senhora da Boa Morte, que era composta por mulheres negras, com a prática do candomblé. Trabalhadoras domésticas também são expressões fortes de mulheres negras na resistência. Temos por exemplo Ludelina de Campos Melo que fundou a associação de trabalhadoras domésticas do Brasil, em 1936 (OLIVEIRA, 2017).

Falar de resistência das mulheres negras é falar daquelas pobres que precisam muitas vezes se prostituir para garantir dinheiro para seu sustento de vida ou para comprar crack, dar um tiro e sentir prazer. Sem nenhum acesso a moradia digna, transporte de qualidade, educação, saúde, saneamento básico, como tantas outras mulheres negras e pobres que passam por essa situação. Uma série de direitos fundamentais à dignidade da vida humana que lhes são negados. Inclusive nesse avanço de golpe e de conservadorismo que vem para reafirmar o lugar de subalternidade da mulher negra e pobre.

Ainda sobre as mulheres negras e pobres que usam drogas, foco desta dissertação, vale a pena refletir sobre os atravessamentos que a colonialidade tem na relação com o uso de drogas e o proibicionismo. Para tal, entraremos na segunda parte deste capítulo que vai abordar o proibicionismo enquanto um mecanismo da colonialidade e uma das formas de expressão mais explícita de uma política genocida das mulheres negras baseadas no mecanismo de embranquecimento.

2.2 Genocídio, proibicionismo e os atravessamentos para a vida de mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas

Sueli Carneiro (2005), Abdias do Nascimento (2017) e Lélia Gonzales (2011) são três importantes teóricos negros que refletem os processos coloniais no Brasil, principalmente a partir da contundente denúncia do racismo enquanto estruturante de nossa sociedade. Ambos denunciam que esse lugar de não humanidade destinado às negras e negros no Brasil teve como base a cor/raça como critério central. Ambos afirmam que essa política visava e visa até hoje a higienização das raças, a partir de uma prática de genocídio da população negra e da busca incessante de embranquecimento da sociedade.

Entendemos genocídio a partir de Abdias do Nascimento (2017) que descreve este como uma série de mecanismos que corroboram para a aniquilação da cultura, costumes, linguagem, religião e existência de determinado grupo humano. A partir de suas reflexões podemos entender de forma específica como esses projetos de colonialidade genocida investem esforços para oprimir, violentar e aniquilar as mulheres negras.

Segundo o autor, as formas de genocídio se estabeleceram a partir da política de embranquecimento e mestiçagem e visavam o aniquilamento das/os negras/os. Assim, foram estabelecidas formas de clarear a população, como no estupro da mulher negra, descrito na primeira parte deste capítulo. Assim, dentro de uma lógica de colonialidade, é legitimado o padrão branco como um objetivo a ser alcançado e que determinava a ascensão dos não-humanas/os a qualidade de humanas/os a partir da política de embranquecimento (NASCIMENTO, 2017).

Importante que frisemos, também, o incentivo às migrações de homens brancos para o Brasil, no começo do século XX. Essas migrações estavam intimamente ligadas ao processo de branqueamento e a idéia de que negras e negros não serviam para o trabalho assalariado, incapazes que eram, segundo as concepções científicas de raça então vigentes. Esse processo de branqueamento foi também acompanhado por um processo de higienização dos centros urbanos, que culminou com a expulsão de negras e negros dos centros urbanos, levando a uma periferização e favelização dessa população¹².

A nossa sociedade apresenta um movimento coletivo e hegemônico para alcançar esse referencial de homem branco e burguês. A busca desse lugar nada mais é do que a busca de alcançar poder (CARNEIRO, 2005). Até hoje temos atualizações desse processo, como por exemplo, um grande número de mulheres negras que alisam o cabelo para se sentirem com o padrão de referência branco (NASCIMENTO, 2017, LUGONES, 2014).

Essa busca coletiva por atingir um padrão de classe média alto, branco e que está alinhado com um projeto colonizador deslegitima toda uma forma de viver, de se relacionar com a terra, de estética, de cultura e de religião. É um processo que produz solidão nas mulheres negras, pois elas estão no extremo oposto desta

¹² Para saber mais sobre as teorias científicas que justificaram as migrações, bem como o processo de higienização dos centros urbanos ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

referência e comumente são preteridas por estarem mais afastada deste ideal. Muitas mulheres negras passam por processos de adoecimento, seja por baixa autoestima ou por estarem mergulhadas num lugar de extrema vulnerabilidade social. Os movimentos de consciência negra, principalmente no mês de novembro, estão na busca por reverter essa realidade extremamente racista (SOUZA, 2008).

Essa política de embranquecimento minimiza as subjetividades das mulheres negras, invisibiliza e deslegitima as opressões vivenciadas por elas e relacionadas ao racismo. O mito da democracia racial, que tem uma de suas maiores referências no sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, faz com que acreditemos que estamos todas e todos em harmonia e que ocupamos os lugares de forma igual (CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2017).

Segundo Abdias do Nascimento (2017) esse é o estilo brasileiro de racismo, como expressado na citação abaixo:

Institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país [...] a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora (NASCIMENTO, 2017, p. 111).

Porém a realidade é que o Estado tem dispositivos de controle que mantém o mecanismo ético – político da colonialidade e o poder na mão da elite branca (CARNEIRO, 2005). O mito de democracia racial esconde a existência de mecanismos de manutenção dos lugares destinados às mulheres negras e pobres na nossa sociedade, desde a época da escravidão e colonização até os dias atuais. O Estado legitima o epistemicídio¹³ e genocídio da mulher negra, bem como de toda a população negra brasileira (CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2017).

Podemos exemplificar essas opressões a partir dos seguintes exemplos: o lugar de exterminada na favela por estar relacionada com o tráfico; de estuprada pelo companheiro com a justificativa deste estar drogado; de encarcerada por estar vendendo droga em casa depois de ser abandonada pelo companheiro com cinco

¹³ Por epistemicídio entendemos: “o processo de marginalização, supressão e subversão dos saberes e da cultura negra, e suas opções para dar visibilidade a sua matriz cultural e produção literária, trazendo à luz sua cultura, soterrada e silenciada pela maioria branca” Denise Almeida Silva, De epistemicídio, (in)visibilidade e narrativa: reflexões sobre a política de representação da identidade negra em cadernos negros. Ilha do Desterro nº 67, p. 51-62, Florianópolis, jul/dez 201, p. 52.

crianças pequenas para criar e ter que recorrer ao tráfico como renda; de estar morando na rua por não ter emprego e aumentar a frequência do uso de crack; de perder seu filho morto pela polícia e presenciar essa morte ser legitimada nos meios midiáticos pela associação do seu filho ao tráfico; de ter mais risco de morte em relação ao aborto; e de ser expulsa de casa por ser uma mulher trans e ter que se prostituir sem nenhuma segurança. Essas inúmeras opressões e vulnerabilidades são vivenciadas hegemonicamente pelas mulheres negras e pobres.

E por que a maioria dessas mulheres é preta e pobre? Porque o Estado funciona a partir de uma lógica colonial. Atualizando suas formas de práticas genocidas. Precisa controlar os corpos e manter as opressões e o lugar de não humanidade (CARNEIRO, 2005).

A sociedade do capital é construída sob as leis do poder. As estruturais sociais estão organizadas pelo o que Michel Foucault (1979) chamou de dispositivos de poder. Se no Brasil o racismo foi estruturante a organização do Estado, é possível afirmar que este mecanismo atua como dispositivo de poder. O conceito de poder é fluído, e por hora definimos seus dispositivos como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

É preciso pensar o poder como uma orquestra, no qual cada dispositivo de controle social age como um instrumento, reforçando seus efeitos no conjunto da sociedade. Apesar da interdependência de tais mecanismos de opressão, estes operam de maneira direta e indireta, mas sempre em consonância com o projeto construído ainda durante a sociedade colonial. Como diria Malcom X *apud* Geledés¹⁴ (SILVA, 2014) “Não é possível haver capitalismo sem racismo”.

Tomando como referência o contexto brasileiro, é possível perceber que o controle dos corpos das populações negras ocorreu na gênese da formação do Estado, e que ao longo da história diversos dispositivos atuaram na manutenção dos privilégios de cor.

¹⁴ Disponível online em: <https://www.geledes.org.br/malcolm-x-e-o-racismo-capitalismo/>

O devir histórico sugere que o proibicionismo ou proibição de algumas drogas é mais uma reatualização do antigo racismo. O proibicionismo ou proibição de algumas drogas é, também, uma forma de controle desses corpos e de manutenção deste lugar e está relacionado com os exemplos descritos anteriormente.

O proibicionismo ou proibição de algumas drogas é entendido como um dispositivo racista que produz formas de exclusão e opressão principalmente para a população negra e pobre. Tem seus mecanismos operando a partir de uma lógica racista de julgamento e criminalização das práticas, cultura, corpos e autonomia do povo negro (SAAD, 2013; LUNARDON, 2015; BOITEUX, 2006). Impacta profundamente a vida das mulheres negras.

Este impacto não está apenas relacionado com as drogas ilícitas, mas também com outras formas de proibição dos corpos como o aborto¹⁵, que também produz impacto cruel na vida das mulheres negras e pobres, como afirmado no trecho abaixo:

O ato de abortar de forma insegura pode ser considerado uma injustiça social. Índices de mortalidade decorrentes do aborto, na maioria das vezes, refletem mulheres solteiras ou separadas judicialmente. As desigualdades dos efeitos danosos da clandestinidade e da criminalização do aborto atingem principalmente a parte mais vulnerável da população, de mulheres pobres e negras, com baixa escolaridade; as mais jovens e aquelas com menor acesso à informação (ANJOS; SANTOS; SOUZAS; EUGÊNIO, 2013, p. 505).

Contudo, como o foco desta dissertação está relacionado com as drogas ilícitas, se faz necessário localizar os atravessamentos do proibicionismo ou proibição de algumas drogas e de seu projeto genocida com a ilicitude das drogas. Diversas/os autoras/es debatem a proibição das drogas e sua relação com práticas racistas e de criminalização social das pessoas pretas e pobres. Para entender como se deu esse processo, vamos utilizar como exemplo a proibição da maconha, realizando um resgate histórico da proibição dessa substância no Brasil. Esse resgate possibilita localizar as práticas coloniais relacionadas com o proibicionismo ou proibição de algumas drogas e suas atualizações.

¹⁵ Importante, ainda que não seja nossa temática central, frisar a vulnerabilidade da mulher negra como sendo a maior vitimizada por abortos no país. Para mais ver: ANJOS; SANTOS; SOUZAS; EUGÊNIO. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 504-515, jul/set 2013.

Segundo Luisa Saad (2013) e Jonas Lunardon (2015) o uso da maconha fazia parte do hábito das/os negras/os escravizadas/os, principalmente das/os vindas/os de Angola. Eles traziam as ervas e as sementes dentro de bonecas de pano.

Ambas as autoras denunciam que dentro do processo histórico, principalmente a partir da falaciosa abolição da escravidão, temos o reconhecimento de diversas práticas persecutórias e de criminalização dessa população, com o objetivo de legitimar e manter o lugar de subalternidade destinado a ela. Jonas Lunardon (2015) afirma que

A necessidade de repressão às drogas nasce com a contradição do processo de abolição da escravatura no Brasil, em 1988. Com a perda da ferramenta da escravidão há de se criar outras para que se possa controlar a cultura negra que agora luta para fazer parte do tecido social existente. Não se pode correr o risco de os negros impregnarem os brancos e seus costumes, diziam à época políticos, governantes e cidadãos (LUNARDON, 2015, p. 06).

Nesse cenário, não só a prática de uso de maconha foi tida como ilegal. O samba, a capoeira, os cultos de matriz africana também entraram no escopo das práticas ilegais, e suas e seus praticantes eram tidas e tidos como marginais e vagabundas/os. A delegacia responsável pelos casos acima se chamava Delegacia de Costumes, Tóxicos e Mistificações (SAAD, 2013; LUNARDON, 2015).

Políticos e autoridades da época, principalmente do Rio de Janeiro, formularam uma série de decretos que reforçavam o caráter proibitivo do uso de maconha. Porém não tiveram tanto efeito. Ocorreu na época um aumento do uso, inclusive em coletividade. Segundo Jonas Lunardon (2015) “os sentidos e significados dessa coletividade reunida a partir do consumo da maconha era de interesse e preocupação das elites e serviram como ferramenta para o processo de estigmatização da própria cultura negra” (p. 07).

Luciana Boiteux (2015a) sinaliza que o primeiro momento em que o Brasil foi protagonista na política proibicionista ou de proibição de algumas drogas com “a inédita criminalização da posse e da venda de cannabis” (p. 01) ocorreu em 1830 no Rio de Janeiro, mesmo antes da referida substância ter sido incluída dentro das listas internacionais de substâncias proibidas. A autora ainda relata um segundo momento onde o Brasil foi protagonista, também debatendo o uso da maconha. Este ocorreu em 1924, na II Conferência Internacional Sobre Opio. Na ocasião, o delegado brasileiro Pernambuco Filho, advogou pela inclusão da maconha na lista

das substâncias proscritas, sendo a proposta aprovada na conferência. Esses dois fatos reforçam o caráter racista e a respectiva perseguição da maconha no Brasil.

A criminalização da maconha ocorreu de fato em 1921, pelo decreto n. 4.294. Já em 1932, ela foi inserida oficialmente na lista de substâncias ilícitas, pelo decreto n. 20.930. Momento em que o congresso nacional se alinha às decisões definidas na Convenção de Genebra (1949). Esta foi uma das principais convenções que consolidou o modelo de Guerra às drogas a nível global. Após esse fato, o Brasil veio e vêm se alinhando às decisões internacionais, cujo principal modelo de repressão é o norte americano. Este fato corrobora que o Brasil atendeu às referências colonizadoras e imperialistas mundiais de abarcar igualmente o modelo proibicionista que crescia fortemente, principalmente nos Estados Unidos da América (BOITEUX, 2015a; LUNARDON, 2015).

Ao refletir sobre o modelo proibicionista ou de proibição de algumas drogas, Luciana Boiteux (2006) faz a seguinte afirmação

O modelo proibicionista, ao defender como modelo a cultura branca protestante anglo-saxã norte-americana, além de desconsiderar a diversidade étnica, cultural e religiosa de outros povos, pretende se sobrepor a culturas tradicionais diversificadas, como a dos países andinos, que faz uso de produtos naturais como a folha de coca, como expressão de sua cultura ancestral (BOITEUX, 2006, p. 48).

Assim, desde as premissas do nascimento do modelo proibicionista ou de proibição de algumas drogas até os dias atuais, temos presenciado o enorme sucesso da política proibicionista, se considerarmos ao que ela de fato se propôs: violentar, encarcerar e exterminar a população negra brasileira. Segundo Eduardo Viana Vargas (2008) no século XX houve uma expansão coletiva do controle do uso, comércio e produção de certas substâncias praticamente a nível internacional. A proibição, segundo o autor, estava atrelada efetivamente aos interesses da promissora indústria farmacêutica associada às repressões jurídicas. O autor afirma

As políticas de repressão a partir de então tornadas hegemônicas em torno das drogas consideradas ilícitas tiveram, nominalmente, um duplo fundamento: médico e jurídico. É por conta desse duplo fundamento que, ainda e, sobretudo, hoje, quando as medidas de repressão pura e simples começam a ser mais intensamente criticadas, seja pela sua ineficácia em fazer reduzir a demanda por drogas, seja pelos efeitos perversos oriundos de sua implementação – com o crescimento inaudito do crime organizado em torno da produção e do tráfico de drogas (máfias, cartéis, etc) – as alternativas oficiais atualmente em discussão tendem a tratar o

problema nem tanto como sendo, apenas, da alçada jurídica, mas também, da alçada de saúde pública: cadeia para produtores e traficantes, clínica para tratamentos para usuários (VARGAS, 2008, p. 54).

Segundo Luciana Boiteux (2006) o proibicionismo ou proibição de algumas drogas tem como seus principais fundamentos o modelo sanitário-social e o moralismo. Este se propõe a acabar com todo e qualquer uso, oferta e produção. Estes são tidos como crimes passíveis a ações punitivas como a prisão. Segundo a autora:

O discurso punitivo que fundamenta o modelo considera a proibição como única opção para se lidar com os malefícios da droga. Trata-se de uma escolha simples em teoria, mas extremamente difícil na prática, pois se presume, sem nenhuma base empírica, que a interdição pela lei penal, sob ameaça de pena, fará as pessoas mudarem seus hábitos, gostos e escolhas e deixar de consumir determinadas substâncias, apenas pelo fato destas serem ilícitas” (BOITEUX, 2006, p. 47).

Já Henrique Carneiro (2002) afirma que essa guerra tem como característica ser uma guerra colonial. Para o autor o proibicionismo ou proibição de algumas drogas está relacionado com o aumento do lucro e do aumento crescente da violência. Violência esta que está direcionada a um tipo de população em específico. Pessoas pretas e pobres que vivem em territórios violentos.

Podemos perceber os impactos da proibição de algumas drogas e da guerra às drogas em nível de América Latina. O relatório DROGAS E DEMOCRACIA: Rumo a uma mudança de paradigma (2009) sinaliza o impacto do fracasso do modelo americano de proibicionismo e guerra às drogas na América Latina. Segundo descrito no documento

Um aumento do crime organizado, tanto pelo tráfico internacional como pelo controle dos mercados domésticos e de territórios por parte dos grupos criminosos; Um crescimento da violência a níveis inaceitáveis, afetando o conjunto da sociedade e, em particular, os pobres e jovens; A criminalização da política e a politização do crime, bem como a proliferação de vínculos entre ambos, que se reflete na infiltração do crime organizado nas instituições democráticas (COMISSÃO LATINO AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA, 2009, p. 07).

Para nós quando o proibicionismo aciona os mecanismos de lei da ilegalidade, ele está operando por duas vias que têm impactos significativos na vida das mulheres negras e pobres. A primeira via é a própria lei em si e os julgamentos

relativos a condutas definidas como ilegais que levam ao encarceramento e uma série de problemas relacionados com o cárcere, a punições e violências policiais, bem como a morte.

Segundo Luciana Boiteux (2015b) uma/um usuária/o que faz uso de uma substância ilícita não se configura como um/a simples consumidora/or. Ela/e se configura como alguém que está inserida/o na ilegalidade. Para ela as consequências estão relacionadas principalmente com o encarceramento, como no trecho a seguir

O fato é que, como consequência da ideologia da «guerra às drogas», verificou-se uma «epidemia» de encarceramento em todo o mundo, o que levou recentemente países como os EUA a adotarem medidas de redução de penas, diante do absurdo crescimento do número de presos em seus sistemas penitenciários, em grande parte decorrente da repressiva política de drogas adotada (BOITEUX, 2015b, p. 144).

Segundo o mais atual Levantamento Nacional de informações Penitenciárias – INFOPEN – que apresenta dados analisados até o ano de 2015, o Brasil é atualmente o terceiro país no ranking de encarceramento no mundo todo, perdendo apenas para os EUA e China, respectivamente. Pernambuco é o sexto Estado com maior número de pessoas encarceradas (BRASÍLIA, 2017).

O documento acima não traz informações a partir do recorte de gênero. Os dados relacionados em específico com as mulheres estão contidos no INFOPEN mulher,¹⁶ que traz dados consolidados até junho de 2014. Segundo este documento, houve um aumento de 567,4% da população de mulheres encarceradas entre os anos de 2000 e 2014, com o número total de 37.380 mulheres cis presas. Ainda segundo o relatório, o Brasil é o quinto país que mais encarcera mulheres, ficando atrás respectivamente dos EUA, China, Rússia e Tailândia (INFOPEN, 2014).

Em relação ao perfil das mulheres encarceradas, o relatório afirma que a prevalência de encarceramento é de mulheres negras com baixa escolaridade. A seguir estão os dados por categorias:

- No que tange a faixa etária – 50% das mulheres encarceradas estão na faixa entre 18 e 29 anos;

¹⁶ Importante pontuar que os dados do INFOPEM mulheres só se refere a mulheres cis. E que os dados das mulheres trans não estão consolidados na pesquisa citada.

- No que tange a raça/cor – 67% das mulheres encarceradas são negras, ou seja, duas em cada três presas. No Acre, 100% das mulheres encarceradas são negras. No Ceará, 94% são mulheres negras. Na Bahia, 92% são mulheres negras. Em Pernambuco, 81% são mulheres negras;
- No que tange o estado civil – 57% são solteiras;
- No que tange à escolaridade – 50% das mulheres encarceradas não concluíram o ensino fundamental;
- No que tange o motivo de prisão – 68% estão relacionado com tráfico de drogas, se configurando como maior motivo de encarceramento das mulheres.

O próprio INFOPEN Mulher resume a situação dessas mulheres encarceradas, como no trecho a seguir:

Em geral, as mulheres em submetidas ao cárcere são jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento. Em torno de 68% dessas mulheres possuem vinculação penal por envolvimento com o tráfico de drogas não relacionado às maiores redes de organizações criminosas. A maioria dessas mulheres ocupa uma posição coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio; muitas são usuárias, sendo poucas as que exercem atividades de gerência do tráfico (INFOPEN, 2014, p. 05).

Esses dados demonstram não só o devastador impacto do proibicionismo ou da proibição de algumas drogas das drogas na vida dessas mulheres, como também o sucesso do projeto de colonialidade em suas atualizações. Ou seja, a maioria das mulheres encarceradas são mulheres negras, pobres, com baixa escolaridade e que estão respondendo por crimes relacionados ao tráfico de drogas. Ao debater a relação das mulheres com o tráfico de drogas Luciana Ramos (2012) afirma que:

(...) o mercado de trabalho lícito se apresenta para a maioria das mulheres como um lugar que reflete as discriminações sexistas, com baixos salários, trabalhos precarizados e de baixo prestígio. Inserido a este contexto, por sua vez, o mercado ilícito das drogas vem recrutando cada vez mais mão de obra feminina, tanto para funções de menos prestígio, como para o exercício das denominadas “mulas e aviões”, como também para a gerência e administração de alguns setores dentro do tráfico (RAMOS, 2012, p. 08).

As condições de vida das mulheres encarceradas chegam a ser de fato inumanas. Mas viver dentro de condições inumanas é um projeto de colonialidade. Uma das questões relacionadas com as mulheres encarceradas é o abandono destas nos presídios por serem julgadas pelo fato de estarem presas, corroborando a solidão da mulher negra. Basta olhar para as filas de presídios para visitação. Estas filas estão lotadas de mulheres negras que vão visitar seus filhos e companheiros. Muitas delas entram com drogas ilícitas no corpo, por serem ameaçadas por esses companheiros e acabam sendo pegas e entrando também em situação de cárcere (BOITEUX, 2015c).

Porém, ao olhar para os presídios femininos é fácil notar um contraponto. Muitas dessas mulheres são abandonadas pelo uso de drogas ou pela relação com o tráfico. Em pesquisa realizada por Luciana Boiteux et. al. (2015c) em dois presídios do Rio de Janeiro os resultados apontaram que 65.8% das mulheres encarceradas não recebem visita. Da porcentagem de mulheres restantes que recebem visita, 50% das visitantes são as mães das detentas. A porcentagem de marido/companheiro é de 14,3%.

Ainda em relação à realidade das mulheres abandonadas no presídio, o livro “A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro”¹⁷ (2016) afirma que as mulheres encarceradas são vítimas de abandono social, como no trecho a seguir:

Esta pode ser constatada nos dias reservados às visitas na PFDF. Em evidente contraste com as unidades prisionais que abrigam condenados do sexo masculino, as filas são pequenas e um reduzido número de internas possui visitantes assíduos. São raros os casos em que cônjuges buscam manter contato com mulheres presas, pois muitas delas acabam sendo esquecidas, negligenciadas até mesmo pelas próprias famílias (BRASÍLIA, 2016, p. 33).

Outro aspecto do proibicionismo ou da proibição de algumas drogas está relacionado com a guerra às drogas e o combate ao tráfico. A proibição das drogas legitima um grande número de ações de combate ao tráfico de drogas nos territórios periféricos ou favelas. Esses territórios são compostos principalmente pela população negra, que foi empurrada e enquadrada para as periferias no processo de

¹⁷ Disponível online em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/9948-a-visao-do-ministerio-publico-sobre-o-sistema-prisional-brasileiro-2016>

higienização das cidades (SCHWARCZ, 1993). No Brasil foram criados territórios pobres principalmente nos grandes centros urbanos. Estes estão lotados pela população negra que vivem em situações de precariedade no acesso a saúde, lazer, educação, transporte público, entre outras necessidades. A economia e o comércio estão voltados principalmente ao tráfico, sendo a ação do governo ostensiva, baseada na guerra às drogas e no combate a esse tráfico (BOITEUX, 2006; 2015a; 2015b).

Os impactos dessa guerra às drogas nos territórios violentos na vida das mulheres negras e pobres são inúmeros. Eles estão relacionados com o extermínio da juventude negra¹⁸, com a constituição de territórios bélicos onde a ofensiva policial é atuante. Também está relacionada com as dimensões sociais que impactam no adoecimento mental e no uso de drogas de forma direta (BOITEUX, 2015a, 2015b).

A segunda via que a proibição de algumas drogas aciona está mais relacionada com o uso em si. Nesse caso, as dimensões de moral, da religião, do julgamento da sociedade e do dito preconceito são mecanismos atuantes para produzir exclusão e sofrimento. O preconceito na realidade está relacionado com os mecanismos da colonialidade que sempre julgaram as práticas culturais e religiosas e hábitos da população negra, reforçando o lugar de negação e de aniquilação subjetiva. É nesta dimensão que as práticas de uso de drogas ilícitas são julgadas pela sociedade e que as exclusões se produzem. Ao relacionar esta segunda via do proibicionismo, se faz necessário refletir sobre os atravessamentos dessa opressão colonial sobre a vida das mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas.

Ao debater o uso de drogas ilícitas devemos levar em consideração as dimensões não só da substância em si, que hegemonicamente é tomada com maior ênfase nos debates mais conservadores sobre o uso de drogas; debates que se embasam nos modelos médicos, jurídicos e no paradigma da abstinência. Alinharmos com o paradigma da redução de danos, que considera fundamental não focar apenas na droga, mas considerar a pessoa que usa e seus atravessamentos e o contexto em que ela está inserida. A redução de danos se apresenta como um

¹⁸ Pensar essa juventude negra também é pensar as masculinidades, pensar o homem negro. Atentamos para isso, ainda que não seja o objeto de estudo de nossa pesquisa. Ver: MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 20-35, 2008; Barker G. Homens na linha de fogo: juventude, masculinidade e exclusão social. Rio de Janeiro:7Letras; 2008. 256 p.

paradigma de olhar as pessoas que usam drogas a partir de uma perspectiva ético política de pensar cuidado, direito a vida e autonomia (HART, 2014; PETUCO & MEDEIROS, 2009; GRANJA ET. AL., 2015).

Enquanto perspectiva desta dissertação, adentramo-nos e refletimos principalmente sobre as drogas ilícitas por possuir relação com os mecanismos do proibicionismo. Buscando compreender os atravessamentos do uso de drogas ilícitas por mulheres negras e pobres. Olhamos essas mulheres em seu contexto, levando em consideração um passado colonial onde os atravessamentos de raça, gênero e classe atuaram e seguem produzindo sujeitos e interferindo de forma direta no uso e nas suas relações. (CARNEIRO, 2005; PETUCCO & MEDEIROS, 2009; HART, 2014).

Refletir sobre as mulheres negras e pobres que fazem uso de drogas ilícitas, levando-as em consideração na relação com a droga e o contexto é de fato um grande desafio. É operar com uma série de complexidades na relação dessas mulheres, na sua relação com as drogas ilícitas e todo o preconceito associado, considerando as inúmeras vulnerabilizações que elas passam numa sociedade racista, machista e capitalista.

Não pretendemos abarcar todas as questões relacionadas nesse complexo emaranhado que produz essas mulheres negras e pobres e o uso de drogas ilícitas. Tentaremos investigar como essas opressões atravessam essas mulheres a partir da revisão da literatura que está expressa no próximo capítulo. Finalizando esse capítulo afirmamos que a guerra às drogas, fruto dessa política proibicionista, é um grande sucesso. Mantém o lugar da população preta como não humanas e oprime efetivamente as mulheres negras e pobres (LUGONES, 2014).

Tentando sistematizar tudo o que foi debatido, se pensarmos sobre essas mulheres negras e pobres usuárias de drogas ilícitas a partir da via da ilegalidade, ligada ao julgamento e a moral, podemos refletir o preconceito vivenciado por essas mulheres a partir de quatro pontos que se interligam e que distinguimos como quatro formas de atravessamentos:

1 – Atravessamentos de raça no sistema colonial:

A partir de uma perspectiva da colonização e dos mecanismos coloniais que têm como projeto político a manutenção da população negra no lugar de não-humanas, bestiais, oprimidas. Nesse atravessamento, as formas de expressão do racismo operam de forma sutil e efetiva no genocídio da população negra.

2 – Atravessamentos de gênero na relação com decolonialidade e raça:

Ao pensarmos a partir de uma perspectiva de gênero e decolonialidade, percebemos que esse atravessamento parte de dois lugares. O primeiro é do mecanismo da colonialidade que coloca mulheres negras no lugar de não-humanas. Nesse lugar é esperado todo comportamento bestializado para essas mulheres, bem como para todas as outras pessoas negras e que se inscrevem na primeira divisão hierárquica da colonialidade (LUGONES, 2014).

Como afirmamos anteriormente, características como hipersexualizadas, transgressoras, bestiais, aberrações eram comumente associadas a essas mulheres. Sendo assim, o comportamento de uso de drogas ilícitas é esperado para essas mulheres negras. O julgamento passaria não diretamente por uma transgressão normativa de gênero, mas por um julgamento racista acerca desse comportamento.

O segundo atravessamento se dá pela via racista do embranquecimento da nossa sociedade colonial. Assim, a relação entre gênero e mulheres negras também passa por um processo de embranquecimento, no qual essas mulheres também produzem e são produzidas a partir dessa perspectiva. Neste sentido, os preconceitos de gênero são mais relacionados com a segunda divisão hierárquica da colonialidade, onde se expressa a opressão e submissão das mulheres brancas em relação aos homens brancos. Assim, dentro dos movimentos de embranquecimento, as mulheres negras também são julgadas pelo lugar colonial destinado as mulheres brancas: de bela, recatada e do lar. Assim, a perspectiva de transgressão normativa de gênero se expressa de forma efetiva, o que coloca o comportamento de uso de drogas como não esperado dentro dos padrões normativos e hegemônicos da sociedade para as mulheres.

3 – Atravessamentos de classe na relação com gênero:

Quando essas mulheres são submetidas à ausência de garantia de direitos básicos por parte do Estado, produzindo na vida das mesmas situações de extrema vulnerabilização. Essa realidade se alinha igualmente com o projeto colonizador que, a todo o momento, dentro do sistema capitalista, reservou para a população negra o lugar de subalternidade e da mais precarizada força de trabalho (NASCIMENTO, 2017).

Essa realidade impulsiona as mulheres a se submeterem a situações de extrema precarização das condições de vida e de trabalho. Por exemplo, temos a

situação de muitas mulheres usuárias de drogas que se prostituem para conseguir garantir seus meios de subsistência, inclusive garantir seu uso de drogas.

4 – Atravessamentos da relação ao uso de drogas ilícitas e proibicionismo:

Considerando sua constituição como mecanismo racista e que pelas vias punitivas, bem como de julgamento moral jurídico e religioso, coloca essas mulheres em situações de extrema vulnerabilidade, como descrito. Esse atravessamento produz de forma efetiva meios de produzir preconceitos, exclusões, encarceramentos, violências policiais justificadas e mortes de mulheres negras em massa.

Diante do exposto, passaremos para o próximo capítulo de revisão da literatura. Nele buscamos analisar como a academia aborda a relação entre mulheres e uso de drogas a partir de uma perspectiva decolonial e do feminismo negro. Procuramos refletir principalmente como atravessamentos relacionados com o uso de drogas se efetivam na vida das mulheres, identificando que mulheres são produzidas pela literatura acadêmica.

3 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TEMA

Na busca de aproximações ao modo como o tema desta pesquisa vem sendo abordado na literatura científica nacional, empreendemos uma busca nas principais plataformas acadêmicas de pesquisa bibliográfica nacional em meio online: a Scientific Electronic Library Online (SCIELO), a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD).

Este primeiro exercício sistemático de revisão da literatura tomou por base experiências do Grupo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE), relatadas em diferentes documentos, entre eles o texto “Literatura Científica sobre Gravidez na adolescência como dispositivo de produção de paternidade” (MEDRADO et. al., 2011). Apesar de abordar outro tema (paternidade), esse texto apresenta, com detalhes, os procedimentos para realização de buscas dentro das especificidades de cada plataforma, incluindo orientações sobre a sistematização das informações produzidas para uma melhor análise. Além disso, este texto tem um importante posicionamento, que ratifica este exercício relevante, ao situar a literatura científica como parte de uma rede complexa que produz sentidos sobre nossos temas de pesquisa.

Escolhemos como termos de busca as palavras “mulher(es)” + “droga(s)”. Não utilizamos o termo mídia, pois quando fizemos a interseção o resultado demonstrou um número reduzido de trabalhos, o que restringiria bastante o nosso processo de revisão da literatura. Buscando em cada ferramenta de busca uma forma de fazer a intersecção entre esses dois termos. Em algumas plataformas específicas foi necessário colocar os termos tanto no singular como no plural, além de inverter a ordem no momento de busca, pois, curiosamente, encontramos divergências nos resultados ao fazer essas inversões.

Após esta primeira busca, iniciamos uma “limpeza” nos resultados encontrados (MEDRADO, 2011), a partir da leitura dos títulos e dos resumos quando o título causava dúvida sobre o tema abordado. Consideramos como critério de inclusão apenas aqueles trabalhos que tratavam especificamente sobre as questões relacionadas com *mulheres que fazem uso de drogas ilícitas* e descartamos trabalhos que tratassem de uso de drogas lícitas (como álcool e tabaco ou medicações controladas), ou que abordassem a relação das mulheres com a

ilicitude das drogas em contextos mais amplos como os que debatiam o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas ilícitas.

Passamos agora a descrever como foi o processo em cada uma das plataformas de busca:

- **SCIELO**

Na busca realizada na plataforma Scientific Electronic Library Online – SCIELO - inserimos os descritores com as especificidades mencionadas anteriormente, na aba de busca onde era permitido fazer esse cruzamento a partir do termo booleano “AND”. Primeiro, fizemos o cruzamento entre “mulheres” e “drogas” no plural e encontramos um total de 301 artigos. Invertemos a ordem dos termos e encontramos o mesmo número. Depois realizamos a busca a partir de variações dos termos, inserindo ambos no singular ou alternando a pluralidade entre um e outro (por exemplo, mulher AND drogas ou mulheres AND droga). Os trabalhos encontrados nessa variação estavam todos inclusos na lista maior de 301 artigos.

Com essa lista de 301 artigos, realizamos uma limpeza e eliminamos os trabalhos que não contemplavam o tema abordado, segundo critérios definidos acima. Excluí por exemplo, *Tratamento da doença de Meige com droga agonista de receptores GABA* (ANDRADE, BERTOLUCCI, 1985). Essa limpeza resultou em 13 artigos que tratavam especificamente do nosso tema de pesquisa, por exemplo, *A emergência da politização da intimidade na experiência de mulheres usuárias de drogas* (PRADO & QUEIROZ, 2012).

- **BVS**

Empreendemos a busca na plataforma da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), para encontrar mais artigos que tratassem sobre nosso tema e, que, por algum motivo, não estivessem incluídos na plataforma SCIELO. Utilizamos novamente os termos “mulheres AND drogas” e selecionamos para que a busca fosse realizada pelos títulos, com vistas a localizar o maior número possível de produções. Encontramos, inicialmente, um total de 51 trabalhos. Após a limpeza que contemplou a exclusão não só de artigos que não abordavam o tema da pesquisa como também aqueles repetidos e que já haviam sido identificados na plataforma SCIELO, ficamos com um total de 08 trabalhos, entre eles “*Uso de drogas injetáveis entre mulheres na Região Metropolitana de Santos, São Paulo, Brasil*” (HAIEK et. al., 2016).

- **BDTD**

Na busca na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação – BDTD – acessamos o link “busca avançada” da plataforma e inserimos os termos “mulheres AND drogas”, no campo de busca e pedimos que a busca fosse realizada em “todos os campos”, pois contemplava os termos em diversas partes do trabalho como título ou assunto. Nesse caso não foi preciso realizar as variações com os termos invertidos no plural, pois a própria oferece o resultado com essas variações.

Obtivemos como resultados de busca um total de 624 trabalhos. Após a limpeza por título e resumo, seguindo os mesmos direcionamentos referidos acima, ficamos com um total de 25 trabalhos, sendo 21 dissertações e 4 teses, entre elas: exemplo “Histórias de vida de mulheres usuárias de crack” (FERTIG, 2013).

Em linhas gerais, após o levantamento nas três plataformas, obtivemos um total de 46 trabalhos (21 artigos, 21 dissertações e 4 teses) produzidos entre os anos de 2005 e 2017. Sistematizamos os resultados numa tabela matriz para melhor tratamento desses dados, a partir de informações mais gerais coletadas nesse primeiro momento. Essa tabela matriz continha em suas colunas as seguintes informações: temas gerais abordados, fonte dos bancos de dados (SCIELO, BVS OU BDTD), tipo de produção (se artigo, dissertação ou tese), área de conhecimento, ano de publicação e estado estudado pela produção. A partir daí geramos outras tabelas com informações que nos ajudam a realizar um panorama sobre o tema abordado nesta dissertação.

Na tabela a seguir, sistematizamos os trabalhos restantes a partir de tipos de produção e o respectivo quantitativo, entre os anos de 2005 e 2017 (MEDRADO et. al., 2011):

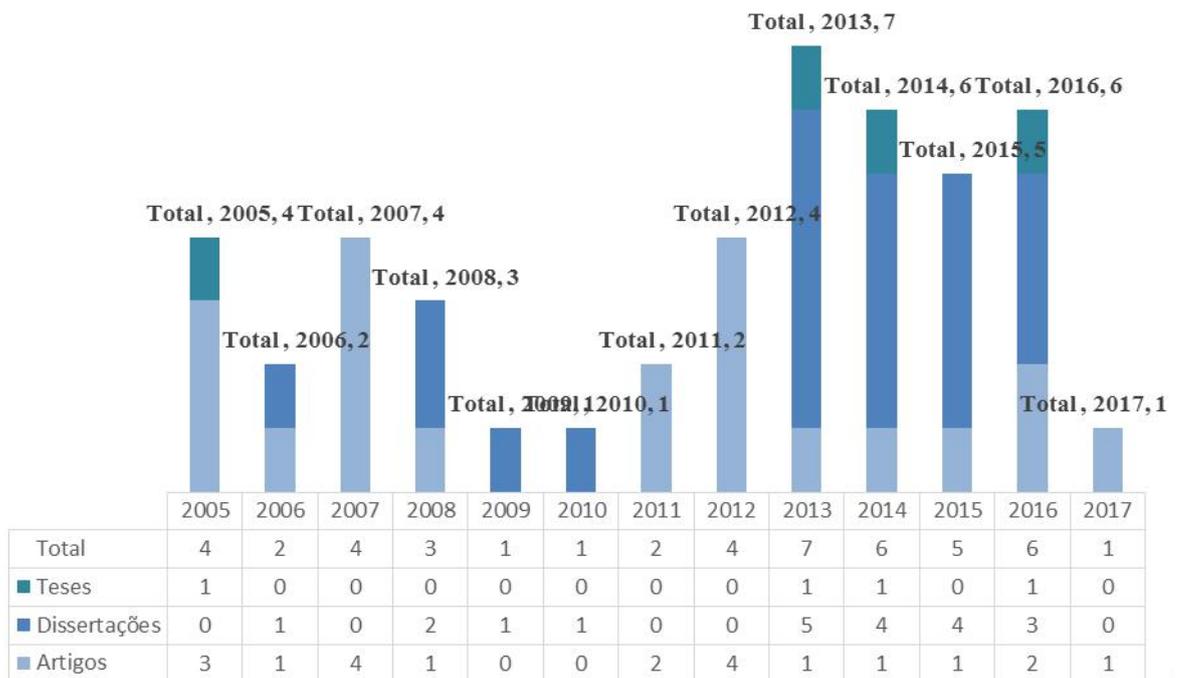
Tabela 01: Produção científica sobre mulheres que usam drogas ilícitas

TIPO DE PRODUÇÃO	QUANTITATIVO APÓS LIMPEZA
Artigos (SCIELO e BVS)	21
Tese de doutorado	04
Dissertação de mestrado	21
Total	46

A tabela acima demonstra que a maioria dos trabalhos analisados foram dissertações realizadas sobre o tema. Essa informação nos deixou curiosos sobre

quais os anos dessas produções. Geramos um gráfico que tem a distribuição por anos de publicação e os tipos de produção:

Gráfico 01: Distribuição do número total de trabalhos selecionados, por ano de publicação e tipos de produção



Como podemos ver acima, houve um aumento do número de publicações sobre essa temática principalmente nos últimos anos. Não conseguimos encontrar nessas bases nenhum trabalho anterior a 2005 sobre mulheres que fazem uso de drogas. Esses dados nos mostram que apesar de o uso de drogas ser algo que data da descoberta da humanidade, estudar os aspectos relacionados com as mulheres que fazem uso dessas drogas não foi interesse científico desde sempre. Fica evidenciado um aumento das pesquisas a partir de 2011, após o lançamento do “Plano integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas”, lançado nacionalmente em 2010, pelo decreto 779.

A próxima tabela que construímos mostra a distribuição entre estados estudados e tipos de produção.

Tabela 02: Distribuição da relação entre locais estudados e tipos de produção

Local estudado		Tipos de produção				Total por Região
Região	UF	Artigos	Dissertações	Teses	Total	
SUDESTE	ES	00	00	01	01	16
	RJ	02	01	00	03	
	SP	06	04	02	12	
NORDESTE	PE	00	04	00	04	16
	PB + PE	00	01	00	01	
	BA	06	05	00	11	
SUL	PR	01	00	00	01	08
	RS	01	05	01	07	
CENTRO-OESTE	GO	00	01	00	01	01
DISTRITO FEFDERAL	-	01	00	00	01	01
OUTROS **	-	04	00	00	04	04
TOTAL	-	21	21	04	46	

(*) Estado não informado ou revisão da literatura.

As regiões do país com maior produção sobre mulheres e uso de drogas ilícitas são na região Sudeste e Nordeste (ambas com 16 trabalhos), seguidas de Sul (08 trabalhos). Destacamos a grande produção do Nordeste, principalmente a Bahia com um total de 11 trabalhos. O estado da Bahia sempre se destacou como um lugar de referência no debate de drogas, principalmente na defesa da redução de danos. Atualmente tem sido um dos estados pioneiros em formar mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas e principalmente moradoras de rua a serem agentes redutoras de danos. Esta formação é uma iniciativa da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas – RENFA, que pauta o debate do uso de drogas a partir de uma perspectiva feminista. Em Pernambuco foram produzidas 5 dissertações, sendo uma delas junto com o estado da Paraíba.

Chama-nos a atenção a ausência de estudos nas regiões Norte e a escassa produção na região Centro-Oeste, que evidenciam a necessidade de ampliar estudos sobre as mulheres que usam drogas ilícitas nessas regiões diante do contexto de invisibilidade.

Também produzimos uma tabela que relaciona as áreas de conhecimento com os tipos de produção:

Tabela 03: Distribuição da relação entre as áreas de conhecimento e os tipos de produção.

Área de conhecimento	Tipos de produção			
	Artigos	Dissertações	Teses	Total
Enfermagem	12	05	01	18
Ciências PSI	05	08	01	14

Ciências da Saúde (*)	04	03	00	07
Medicina	00	03	02	05
Serviço social	00	01	00	01
Sociologia	00	01	00	01
TOTAL	21	21	04	46

(*) saúde coletiva / saúde pública / saúde da criança e da mulher / saúde mental

(**) O acesso ao trabalho está restrito

A tabela acima mostra uma maior concentração de trabalho na área de enfermagem (n=18), seguida dos estudos das ciências PSI, sendo a maioria na área de psicologia (n= 11), seguidos de estudos na área de psiquiatria (n= 03) e dos estudos na área de ciências da saúde, que englobam saúde coletiva, saúde pública, saúde da criança e da mulher e saúde mental.

A próxima etapa foi a leitura detalhada de todos os textos selecionados, utilizando como referência um “roteiro de revisão da literatura”. Esse roteiro foi elaborado para facilitar a investigação sobre os repertórios acionados pelos trabalhos científicos na intersecção entre “mulher” e “drogas ilícitas”, além de outras questões que transversalizam essa temática e que são fundamentais para o nosso processo investigativo (MEDRADO et. al., 2011).

Depois da leitura e do preenchimento das questões do “roteiro para revisão da literatura” de todos os textos, empreendemos um processo reflexivo e analítico na busca de compreender como o campo científico vem tratando a temática. Benedito Medrado et. al. (2011) referem que esse exercício é importante pelo fato da academia também produzir sentidos, reiterar verdades e prescrever modos de existir.

O empreendimento analítico dado à revisão da literatura parte da reflexão de que a academia produziu historicamente verdades a partir de lugares hegemônicos ocupados prioritariamente por homens cis, brancos, heterossexuais e de classe média alta. O que sinaliza também que a academia se constitui enquanto espaço historicamente elitista, que se pretendeu, por muito tempo, neutra e higienizada. Essa constituição também denuncia que as pessoas negras sempre tiveram à margem da educação de ensino superior (HARAWAY, 1995; CARNEIRO, 2005).

Esses apontamentos são importantes principalmente no recente contexto de instauração do golpe político e midiático que vem acontecendo no Brasil enquanto essa dissertação está sendo escrita, onde barrar o acesso da população negra e

periférica à universidade pública é um dos pontos que os golpistas conservadores querem atacar.

A partir desse posicionamento, passamos a descrever como sistematizamos o processo analítico da revisão da literatura. Ele foi organizado em três etapas. A primeira, mais descritiva, teve como foco a identificação dos tipos de estudo e quais objetivos estas pesquisas traziam, a partir de cinco eixos construídos com base nas temáticas dos trabalhos localizados. Esses eixos foram: aspectos gerais, saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos, violência e estudos sobre mídia.

A segunda etapa esteve relacionada em tentar localizar em que lugar as drogas ilícitas são colocadas pela literatura científica. Nosso investimento foi primeiro descrever como a literatura aborda o uso de drogas ilícitas, analisando possíveis movimentos de reificações acerca do uso de drogas ilícitas sempre como problemáticos.

A terceira etapa esteve diretamente ligada à pergunta condutora desta revisão: “como são produzidas mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas no campo científico?”. No caso, buscamos responder a essa pergunta condutora olhando para as (in)visibilidades da produção dessas mulheres nesse campo ou de leituras a partir de uma perspectiva racial. Realizamos então um primeiro esforço de caracterizar quem são essas mulheres, fazendo um levantamento sobre as classificações de raça/cor e classe social das mulheres estudadas em todos os trabalhos analisados. Em seguida passaremos a descrever essa produção a partir dos pontos mais trabalhados na relação direta “mulheres e uso de drogas ilícitas” e trazido pelas pesquisas.

3.1 Descrições sobre os trabalhos relacionados a mulheres e uso de drogas ilícitas a partir do eixos temáticos

No processo de coleta dos materiais nas bases de dados descritas anteriormente, empreendemos um exercício de dividir os trabalhos coletados em eixos temáticos. Essa divisão teve como objetivo sistematizar melhor a leitura e o processo de análise desses materiais e foi realizada a partir da leitura dos títulos. No processo posterior de leitura minuciosa de cada trabalho identificamos a necessidade de fazer ajustes nessa categorização. Passamos agora a descrever de forma geral o que os trabalhos de que cada eixo abordou.

- **Aspectos gerais**

Ao todo foram encontrados 08 trabalhos que tratavam sobre aspectos gerais sobre a relação das mulheres com o uso de drogas ilícitas, como por exemplo, “Motivos atribuídos por mulheres ao abuso de substâncias psicoativas”, de Keity Soccol (2014). Em relação ao tipo de trabalho, 05 eram dissertações, 02 eram artigos e 01 tese. Destes trabalhos, 05 eram da área de enfermagem, 02 da psicologia e 01 era da sociologia.

Os objetivos destes trabalhos estavam relacionados com a investigação dos motivos, contextos e fatores desencadeadores do uso de drogas ilícitas por mulheres, analisar a trajetória de vida, as vivências e os sentidos atribuídos por essas mulheres na relação com o uso de drogas.

- **SAÚDE**

Em relação ao debate sobre saúde, ao todo foram identificados 14 trabalhos que debatiam sobre temas relacionados com a saúde das mulheres e análise sobre a assistência prestada a essas mulheres, como por exemplo, “Onde estão as mulheres?: a homogeneização da atenção à saúde da mulher que faz uso de drogas” de Liana Bolzan (2015).

Em relação ao tipo de trabalho, 06 eram artigos, 05 eram dissertações, 03 eram teses. Destes trabalhos, 04 eram na área de psicologia, 03 eram da área de enfermagem, 02 na área de saúde coletiva, 02 da psiquiatria, 02 da área de medicina e 01 na área de serviço social.

Os objetivos destes trabalhos estavam relacionados com a investigação dos fundamentos morais e sexistas e das concepções de feminino entre profissionais dos Centros de atenção psicossocial (CAPS), análise de políticas de saúde mental a partir de uma perspectiva de gênero, o acesso das mulheres ao serviço de saúde, análise da repercussão do uso de drogas na vida das mulheres, análise sobre o cuidado de si e as habilidades sociais entre mulheres que usam drogas ilícitas e investigar a relação de estresse pós-traumático e uso de drogas. A maioria dos estudos foi realizado em espaços institucionais como os CAPS.

- **DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS**

Já no eixo de estudos sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos foram localizados um total de 16 trabalhos que versavam sobre o debate de gestação, maternidade majoritariamente e em menor quantidade relacionado com os debates sobre vulnerabilidade a infecção por doenças e infecções sexualmente transmissíveis. Um exemplo de trabalho deste eixo é o defendido no departamento de pós-graduação de psicologia social da UFPE, intitulado “Nas mãos a criança e o cachimbo: as experiências de maternidade das mulheres usuárias de crack”, de Shirleidy Freitas (2015).

No que se refere aos tipos de trabalhos, foram encontrados ao todo 07 dissertações, 08 artigos e 01 tese. Em relação à área de conhecimento, 04 trabalhos eram da área de psicologia, 05 eram da área de enfermagem, 03 da área de saúde coletiva, 02 da área de medicina e 02 da área de psiquiatria.

Os objetivos destes trabalhos estavam relacionados com a experiência de direitos reprodutivos com foco no debate sobre gestação, analisando os aspectos morais relacionados com o cuidado às gestantes pelas/os profissionais, análise sobre que fatores levam as mulheres a fazerem uso de drogas e as mudanças na prática de uso em período gestacional, investigação sobre as experiências e vulnerabilidades de gestantes que fazem uso de drogas. Em relação à maternidade, o foco foi analisar as experiências do exercício da maternidade.

Outro foco de debate esteve relacionado com os direitos sexuais, onde os estudos focaram no debate sobre a identificação do perfil de uso de drogas por mulheres que estavam em período de idade reprodutiva, e estudos sobre as vivências sexuais, formas de prevenção e identificação de vulnerabilidade às infecções por DST.

- **VIOLÊNCIA**

Apesar de verificar ao longo das leituras que os processos de violência estão transversalizando todos os trabalhos lidos, descrevemos este eixo em específico porque as pesquisas aqui listadas pautavam a realização de uma análise desses processos de forma mais direcionada. Neste eixo foram localizados seis trabalhos, como por exemplo, “Violência intrafamiliar: um estudo com mães agressoras usuárias de álcool e drogas”, de Daniela Bittar (2010).

No que se refere aos tipos de trabalho, três eram dissertações, três eram artigos. Destes trabalhos, quatro estavam no campo da enfermagem, um no campo da saúde da criança e saúde da mulher e um estava na área de medicina.

Os objetivos destes trabalhos estavam relacionados com processos investigativos sobre violência que foram perpetradas pelas mulheres para com suas/seus filhas/os e na relação com o companheiro. Neste caso, o debate está relacionado não só na ação de ser violenta quanto de cometer atos violentos. Os outros objetivos de pesquisa se relacionam com a identificação de processos de violência cometidos pelas mulheres que usam drogas na infância, como também no próprio contexto atual de uso.

- **ESTUDOS SOBRE MÍDIA**

Encontramos apenas 02s trabalhos que debatiam a relação entre mídia, mulher e drogas ilícitas. Essa quantidade reduzida reforça ainda mais a importância desta pesquisa por demonstrar a escassez de trabalhos com a temática de mídia no campo científico. Os 02 trabalhos encontrados eram em formato de artigo e um era na área de enfermagem e o outro na área da saúde pública.

Uma das referidas pesquisas tinha como objetivo analisar as formas da mídia retratar o comércio do remédio abortivo chamado misoprostol, que é um medicamento que tem a dimensão da legalidade quando ministrado por médicos em situações de aborto legal, mas que entra no mercado ilegal e conseqüentemente no debate do proibicionismo quando as mulheres precisam ter acesso clandestino a esse medicamento quando desejam abortar. O outro trabalho debate como a mídia retrata as conseqüências sociais e na saúde das mulheres que usam drogas ilícitas.

Diante dessa explanação mais geral e descritiva sobre que cada eixo temático da revisão da literatura abordou, passaremos para uma segunda parte do processo analítico da revisão da literatura, que consiste em debater sobre os sentidos atribuídos às drogas ilícitas.

3.2 Repertórios sobre drogas ilícitas na literatura científica

O exercício de olhar para os sentidos atribuídos às drogas ilícitas na literatura se faz necessário diante de uma realidade em que esses sentidos são produzidos hegemonicamente a partir de uma perspectiva inexoravelmente negativa, onde a relação das pessoas com o uso dessas drogas ilícitas é sempre problemática

(PETUCO, 2011; HART, 2014). Sendo assim, empreendemos um olhar para avaliar se o campo reitera esse lugar ou faz contrapontos e deixa emergir outras versões sobre essa relação e substâncias.

A maioria dos estudos abordam o crack e todos os estigmas e preconceitos que foram criados para ele, como por exemplo, “As mulheres no fenômeno das drogas: representações sociais de usuárias de crack”, de Maciel Carneiro (2014). A maconha é abordada pelos estudos como uma das drogas utilizadas, mas nenhum deles se propõe a aprofundar o tema e nem colocam essa substância no campo do uso problemático, como a maioria das pesquisas fazem com o crack. Drogas como o LSD e o êxtase só aparecem em um único estudo que se propõe a fazer uma análise de mídia a partir das revistas *Veja*, *Isto É*, *Cláudia* e *Boa Forma* (SOUZA et al., 2014). O estudo aponta que essas substâncias aparecem associadas a práticas de uso pela classe média alta, discorrendo sobre a inserção e as possíveis problemáticas relacionados com o uso dessas drogas. Afirmam que são drogas comumente utilizadas em festas como raves.

A posição sobre o uso de drogas na literatura é um campo de disputa. A maioria dos trabalhos aborda o uso de drogas ilícitas de uma maneira exclusivamente abusiva, prejudicial e danosa, como hegemonicamente é tratada na nossa sociedade. Em contrapartida, tem um menor número de trabalhos que sinalizam que a tendência do debate de drogas ilícitas é a partir de uma lógica moralista e implica a própria ciência como reprodutora destes padrões.

Os reforços em apontar para formas de uso estritamente prejudiciais invisibilizam outras formas de uso que não são prejudiciais e que muitas vezes produzem saúde e cuidado, como o uso da maconha para fins medicinais. Acreditamos na necessidade de potencializar estudos que falem de uso menos nocivos e que olhem para a produção de vida dessas mulheres para além do uso e que fortaleçam aspectos da redução de danos ou usos mais conscientes e autônomos das drogas.

Também observamos nos trabalhos uma tendência em culpabilizar e responsabilizar as mulheres pelo uso abusivo de drogas, em detrimento de operar analiticamente considerando os contextos sociais e políticos e os mecanismos da colonialidade circunscritos na nossa sociedade e que influenciam no uso de drogas.

Depois dessa explanação geral sobre como as drogas são produzidas nos trabalhos científicos, passaremos para a terceira etapa desta análise que versa

sobre as (in)visibilidades das mulheres produzidas na literatura científica. Para isso, faremos a discussão a partir da reflexão do debate de gênero e do feminismo decolonial e negro, avaliando que repertórios são acionados nos trabalhos localizados e refletindo sobre os possíveis atravessamentos dos mecanismos da colonialidade e do racismo nesse campo, considerando se os trabalhos abordam as especificidades das mulheres negras.

3.3 Produção de mulheres negras e de periferia na literatura científica a partir da relação com o uso de drogas ilícitas

Empreendemos uma análise acerca de qual mulher é produzida quando é abordada a relação mulher e uso de drogas nos trabalhos acadêmicos. Nossa tentativa foi refletir se os trabalhos abordam essas mulheres a partir de uma perspectiva essencialista e universalizante (BUTLER, 2010; GONZALES, 2011).

Judith Butler (2010) debate sobre a universalização da categoria mulher, afirmando que este funcionamento é uma ficção que foi gerada a partir de uma ideia de patriarcado universal. Ela afirma que essa universalização é problemática, pois aprisiona os debates a partir de um lugar de representação universal de todas as mulheres e acaba gerando invisibilidades. A autora defende que é necessário realizar uma “genealogia crítica” (p.22) nessas práticas de legitimações universais, pois estas produzem invisibilidades e análises “totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separadas da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relação de poder” (BUTLER, 2010, p. 21).

A maioria dos trabalhos analisados não aborda o debate sobre mulheres a partir de uma perspectiva de gênero, utilizando esse termo para definir a diferenciação sexual e não para demarcar as relações de desigualdade e opressão que atravessam as mulheres de diferentes formas, a partir da relação de classe, raça, território e geração (LUGONES, 2014). Poucos trabalhos se propunham a abordar a temática a partir de uma perspectiva feminista. Além disso, nenhum trabalho analisado debatia as mulheres trans.

Como o objetivo de caracterizar melhor as mulheres estudadas nos trabalhos analisados, fizemos um levantamento em todos os trabalhos analisados a fim de caracterizar quem eram essas mulheres estudadas. Coletamos as informações a partir dos tópicos “caracterização das mulheres”, tentando localizar as informações sobre cor/raça e condições socioeconômicas. Importante salientar que algumas

pesquisas não tinham essa informação, eram revisões da literatura, pesquisavam profissionais de saúde ou faziam análise de política. A tabela a seguir traz o consolidado desses dados:

Tabela 04: Distribuição das mulheres dos estudos analisados por raça/cor¹⁹

Raça/Cor	Negras	Pardas	Branças	Total de mulheres estudadas	Não informados
TOTAL	372	254	239	865	23*

*Quantitativo de pesquisas que não caracterizaram as mulheres a partir do critério cor/raça

De 100% (n = 865) das mulheres estudadas nas pesquisas que categorizavam a partir do marcador cor/raça, 43,0% (n= 372) eram de mulheres negras, 29,4% (n= 254) eram pardas e 27,6% (n= 239) eram brancas. Os dados acima demonstram que a maioria das mulheres estudadas eram não brancas.

Em relação ao marcador classe social, fizemos um levantamento sobre as rendas dessas mulheres informadas nos trabalhos. O consolidado dos dados está descrito na tabela a seguir.

Tabela 05: Distribuição das mulheres dos estudos analisados por renda

Renda	Sem renda	De 1 até 3 salários mínimos	De três até cinco	Total de mulheres estudadas	Não informado
TOTAL	280	368*	249**	897***	17

*Cerca de 80% dessas mulheres declaravam renda de até 1 salário mínimo. Como cada pesquisa categorizava os intervalos de salário de forma diferente, tivemos que fazer uma categoria que contemplasse essas variações.

** A maioria dessas mulheres declaravam renda de até 3 salários mínimos. Como cada pesquisa categorizava os intervalos de salário de forma diferente, tivemos que fazer uma categoria que contemplasse essas variações.

** O valor total não bate com a da tabela anterior, pois alguns trabalhos categorizavam a partir da renda e não categorizavam a partir da raça/cor.

De 100% (n = 897) de mulheres estudadas nas pesquisas que categorizavam a partir do marcador renda, 31,3% (n= 280) não possuía renda, 41,2% (n= 368) possuíam renda entre 1 e 3 salários mínimos e 27,7% (n= 249) possuíam renda ente 3 e 5 salários mínimos. Importante salientar que a maioria dessas mulheres não possuía vínculo empregatício formal.

Esses dados demonstram que as mulheres estudadas pelas pesquisas analisadas tem cor e classe social. Elas são na maioria não brancas e pobres. E

¹⁹ Não investigamos de a classificação de cor descritas nos trabalhos foram autodeclaradas ou atribuída pelas pesquisadoras e pesquisadores.

essa especificidade de localizar quem de fato são essas mulheres é fundamental, pois as análises feitas desses materiais deveriam contemplar hegemonicamente essa perspectiva.

A revisão mostra que a maioria das pesquisas não opera analiticamente a partir dos debates sobre raça/racismo, inclusive muitos trabalhos não acham relevante levantar os dados sobre cor/raça (n= 23 estudos sem categorizar). Alguns faziam sinalizações da importância das questões de raça, mas não aprofundavam. Nenhum dos trabalhos abordou a relação mulher e uso de drogas ilícitas a partir da perspectiva decolonial. Este fato sinaliza uma invisibilidade das especificidades do racismo nos estudos sobre drogas ilícitas. Geralmente as pesquisas apenas citam os atravessamentos de raça e classe nas fundamentações teóricas e na análise.

A ausência em debater os impactos da pobreza na vida dessas mulheres também é um ponto crítico nos trabalhos analisados. As precárias condições de moradia, de trabalho, de acesso a lazer, saúde, cultura e moradia impactam significativamente na forma das mulheres negras se relacionarem com as drogas. Essas precarizações da vida relacionada com a pobreza faz com que essas mulheres busquem prazer a partir das substâncias, reforçando que para olhar para esse fenômeno é preciso levar em consideração o contexto em que elas estão inseridas (HART, 2014; PETUCCO & MEDEIROS, 2009).

Passamos então a analisar os repertórios acionados ao abordar mulheres que usam drogas ilícitas. Esses são: *gestação, exercício da maternidade, prostituição e práticas de sexo sem uso de preservativo e relação com os companheiros*. Esses repertórios por si só denunciam a reprodução do lugar social prescrito para a mulher o espaço privado e as tarefas domésticas como os cuidados das filhas e filhos.

Sobre a *gestação*, a maioria dos trabalhos culpabilizam e julgam as mulheres pelo fato das mesmas estarem grávidas e utilizarem drogas. Os debates estão associados principalmente com o risco para o feto e a não implicação do cuidado adequado das mulheres para com as/os filhas/os. Muitos trabalhos fazem acusações estritamente pessoais e direcionadas apenas às mulheres, sem levar em consideração os contextos sociais, as especificidades de raça e nem a implicação dos homens nesse processo.

Por exemplo, o trabalho de Gimba (2013) além de culpabilizar essas mulheres, inscreve o debate do campo da criminalização afirmando que muitas mulheres não tem a capacidade de deixar de usar as drogas e “comentem crimes como o aborto”

(resumo), ou que elas estão “renunciando a vida social e familiar em detrimento das drogas” (p. 22). Nessa mesma perspectiva temos o trabalho de Yamaguchi (2008), da área de psiquiatria, que afirma que “nas gestantes, esse problema ganha ainda mais importância, pois a exposição dessas pacientes às drogas pode levar ao comprometimento irreversível da integridade do binômio mãe-feto” (p. 45). Poucos trabalhos fazem um contraponto sobre a visão hegemônica da maternidade, como o de Freitas (2015) que problematiza a padronização da gestação. O debate sobre gestação está inserido num campo de tensão, onde os marcadores de raça e classe precisam ser mais explicitados. Fica evidenciado nesta revisão que esse julgamento é maior para as mulheres negras. Por exemplo, a autora desta dissertação convive com muitas mulheres, em sua maioria brancas, e de classe média, que fazem uso de drogas ilícitas durante a gestação construindo práticas terapêuticas de uso de maconha a partir da autonomia e escolha.

Não que essas mulheres não sofram algum tipo de repressão, mas parece que o controle sobre os corpos dessas mulheres é menor em relação à maioria das mulheres negras que são retratadas nos trabalhos.

Fazendo um pouco do contraponto com questões de raça e classe, atualmente no Brasil várias mulheres negras de periferia estão tendo seus filhos retirados ainda na maternidade por fazerem uso de drogas. Um desses casos foi denunciado na matéria do Jornal GGN intitulada “Em BH, mães com histórico de uso de drogas têm seus bebês retirados na maternidade”. A reportagem cuja foto principal é de uma mulher negra e moradora de rua afirma que existe uma portaria que obriga as maternidades a acionarem o conselho tutelar ao identificar que as mães fazem uso de alguma substância. Segue trecho da reportagem:

Desde julho de 2016, as maternidades de Belo Horizonte são obrigadas a acionar a Vara Cível da Infância e da Juventude, no prazo de 48 horas, contadas a partir do nascimento do bebê, quando houver evidências ou constatação de que a mãe é usuária de drogas e/ou tem trajetória de rua. É o que prevê a Portaria 3/2016, assinada pelo juiz Marcos Flávio Lucas Padula. A prática, no entanto, não é novidade na capital mineira. Há registros de retirada compulsória de filhos de mulheres em situação de vulnerabilidade desde 2011” (MACIEL²⁰, 2017; p.01).

²⁰ Disponível online em: <https://apublica.org/2017/07/tive-que-entregar-meu-filho-para-uma-desconhecida/>

Outro ponto que relaciona o racismo e o discriminação de classe trata da mortalidade materna das mulheres negras e de periferia. Segundo o documento “Perspectiva da Eqüidade no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal Atenção à Saúde das Mulheres Negras” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005):

A taxa das mulheres negras é quase seis vezes maior do que a de mulheres brancas. Em razão de serem, em sua maioria, chefes de família sem cônjuge, mas com filhos, a mortalidade materna de negras consequentemente relega à orfandade e à miséria absoluta um número significativo de crianças (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005; p.11).

No que tange o exercício da *maternidade*, os trabalhos também abordam em sua maioria uma perspectiva moralista ao considerar a relação entre o exercício da maternidade e o uso de drogas. A maioria das pesquisas considera essa relação incompatível com o que é esperado socialmente para as mulheres. Alguns autores associam o uso de drogas como um fator para o aumento da violência e do abandono das/os filhas/os (BITTAR, 2010; MEDEIROS, 2014).

Fica evidenciado que o lugar hegemônico que a literatura científica coloca as mulheres é quase que exclusivamente no campo da incapacidade em exercer a maternidade, tanto é que em um dos trabalhos o autor traz a fala de uma mulher entrevistada por ele que afirma que o uso de drogas não interferiu no exercício da maternidade, o que para o autor é um fato surpreendente, como no trecho a seguir: “surpreendentemente, ela considerou que o uso de drogas não interferiu no seu desempenho como mãe” (GALERA et al. 2005).

A nomeação “surpreendente” para tratar da declaração de uma mãe que afirma que seu uso de drogas não interfere na sua maternidade parece que coloca em cheque a possibilidade de pensar outras formas de maternidade que não sejam a partir de referências hegemônica e ao mesmo tempo sinaliza que é possível.

Fernanda Macedo (2016) debate sobre o exercício de maternidade e os padrões colocados para as mães e traz a reflexão do papel da mídia no debate. A autora afirma que:

Quando a mídia oculta aspetos do contexto histórico, político e sociocultural e posiciona as mulheres que fazem uso de crack como únicas responsáveis pelos problemas que envolvem o uso de crack e o cuidado a seus/suas filhos/as, está indicando sua posição limitada frente à questão. Sobretudo, discursos que além de reforçarem

significados, conceitos e modos de viver, também os constroem (p. 13).

Essa afirmação leva-nos ao questionamento de que padrão de maternidade está sendo utilizado como referência e que é construído por nossa sociedade. Quando temos uma mídia, por exemplo, que reproduz uma mulher que teria tempo para se dedicar aos filhos integralmente, em referências e padrões de classe média alta e não levando em consideração que o processo de maternidade das mulheres negras de periferia é outro.

O debate sobre *prostituição* e uso de drogas ilícitas está bastante presente ao longo das leituras do texto. Esta é uma prática circunscrita como uma das maiores vulnerabilidades em relação às mulheres que usam drogas, pois relaciona as práticas de prostituição como as formas mais eficazes das mulheres dos estudos adquirirem as drogas. Colocam como consequências dessas práticas tanto o risco de gravidez e de contaminação por doenças e infecções sexualmente transmissíveis.

Esses discursos se assemelham aos discursos moralistas relacionados com a gravidez, bem como dos discursos moralistas que estão envolvidos na própria droga em si, como sinaliza Cibele Aguiar (2014) no trecho a seguir: “O discurso diante da sexualidade torna-se muito próximo ao do consumo de drogas, disciplinador e moralista, que não busca entender os mecanismos e o contexto em que acontece” (p.49).

Também achamos necessário localizar quem de fato são essas mulheres que necessitam se prostituir para adquirir droga, para que não caiamos na ficção de universalização desta mulher como sinalizada por Judith Butler (2010) e debatida anteriormente nesta revisão. Até porque a literatura mostra que as práticas de prostituição são associadas a uma série de violências sexuais, estupros e outras vulnerabilidades que essas mulheres vivenciam.

Outro aspecto importante de ser sinalizado é que muitos estudos apontam as mulheres como únicas responsáveis pelo uso de preservativo, fazendo uma relação com o fato das mulheres estarem sobre o efeito das substâncias utilizadas. Porém existem estudos que fazem contraponto como o de Jeane Oliveira e Miriam Paiva (2007) onde trazem falas de algumas mulheres que afirmam que:

Embora os efeitos das drogas no organismo apareçam como um fator que dificulta a adoção do uso de preservativo, as entrevistadas revelaram não adotar medidas de sexo seguro, independente de estar ou

não sob efeito das drogas. Para elas, a não-incorporação dessa medida preventiva ocorre muito mais por resistências pessoais e do parceiro (p. 629).

Os trabalhos ainda afirmam que a relação com os companheiros é um fator que influencia no uso de drogas. Constroem uma mulher passiva que começou o uso porque o parceiro usava ou por causa de violências dentro da relação. Importante registrar que a construção social que coloca as mulheres como submissas ao companheiro também é reforçada pela literatura. É invisibilizada a dimensão do protagonismo e autonomia dessas mulheres na escolha em fazer o uso de drogas.

A revisão da literatura nos mostrou que ao considerar a relação “mulher e uso de drogas ilícitas”, as mulheres produzidas são irresponsáveis por não interromperem o uso de drogas na gestação, o que dá um sentido de criminalização ao seu comportamento. Além disso, são mulheres incapazes de exercer uma maternidade esperada como ideal, culpabilizando exclusivamente essas mulheres e desconsiderando os mecanismos da colonialidade que interferem na relação delas com o uso de substâncias. Importante negritar²¹ que essa exposição da gestação e da maternidade é de mulheres negras, em sua maioria.

A prostituição aparece como ponto importante de se refletir. Principalmente como uma forma de acessar dinheiro e drogas. A prostituição também é um lugar recorrente para mulheres negras nessa sociedade (GONZALES, 1984). Como este foi um repertório também acionado em nosso campo, aprofundaremos o debate na análise.

²¹ Utilizo o termo negritar e variações como negritada para dar destaque a certa situação. Os termos são frequentemente utilizados pelo movimento negro em contrapartida a termos racistas como “esclarecer” que reforçam uma conotação de positivo para referências brancas e de negativo para referências negras.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os pressupostos metodológicos e epistemológicos que orientam o processo investigativo desta dissertação. Situamos essa pesquisa como qualitativa, de orientação psicossocial crítica, na perspectiva do feminismo decolonial e negro em interface com o construcionismo social. O entendimento que temos de pesquisa qualitativa está em consonância com Norman Denzin e Yvonna Lincoln (2006) que entendem a pesquisa como práticas interpretativas que servem para dar visibilidade às interpretações sobre o mundo. Ambos compreendem o processo investigativo como construção social da realidade.

Essa pesquisa também está inserida no campo da psicologia social crítica, que percebe a dimensão política da psicologia e dos grupos socialmente excluídos e marginalizados, com a pretensão de construir uma ciência implicada com esses processos de opressão na busca de transformação social (SPINK & FREZZA, 2013).

Essa perspectiva se alinha com as referências epistemológicas do feminismo pós-estruturalista que questionam a tradição e o histórico das ciências que se embasam em certa neutralidade e distanciamento entre pesquisador e seu objeto de pesquisa. Donna Haraway (1995) faz uma crítica importante sobre tal neutralidade, afirmando que a pesquisa dentro da perspectiva feminista pós-estruturalista é posicionada e politicamente enviesada dentro de seu compromisso de transformação da sociedade.

Outro aspecto importante trazido por Donna Haraway (1995) que corrobora com essa crítica de ciência à qual nos alinhamos é o caráter retórico de ciência, onde o conhecimento é “um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo” (p.10). Partindo e concordando com esse entendimento, nos afastamos por completo de uma neutralidade, afirmando que as retóricas construídas aqui estão a favor de uma desconstrução e fissuras de lugares neutralizados sobre a relação entre raça, gênero, classe e uso de drogas.

Nesse aspecto, o feminismo pós-estrutural está em consonância com os debates sobre o feminismo decolonial e negro. Este procura focar em processos analíticos que denunciem o funcionamento das hierarquias do processo colonizador e suas atualizações. Além disso, se engaja numa reflexão sobre como tais hierarquias produzem opressão de raça, gênero e classe, bem como a manutenção

dos privilégios dos colonizadores sobre a vida das pessoas colonizadas – especificamente, sobre a vida de mulheres negras e pobres, objeto de estudo desta dissertação (LUGONES, 2014).

Precisamos estar atentas às divisões hierárquicas dicotômicas centrais do processo colonizador e suas atualizações (LUGONES, 2014). O lugar construído socialmente pelo processo colonizador e a especificidade de escravidão no Brasil e seus atravessamentos nos corpos das mulheres negras e pobres, nos colocam o compromisso epistêmico, metodológico, ético e político de assumir um posicionamento implicado com a denúncia das opressões vivenciadas pelas mulheres negras e pobres nesse Brasil colonizado. Estamos atentas a esse lugar de não-humanas, em que as especificidades atribuídas às opressões de gênero – aliadas ao racismo – submetem as mulheres a maior vulnerabilidade social.

Lélia Gonzales (2011) também denuncia as opressões relacionadas aos processos colonizadores, afirmando que o “eurocentrismo e seu efeito neo-colonizador” produziram práticas alienadas nas dimensões teóricas e práticas de pensar as sociedades colonizadas. A autora defende a construção de formas analíticas a partir da intersecção entre gênero, classe e raça, entendendo que as mulheres negras e pobres são a base desse processo colonizador feito pelo homem branco, burguês, europeu e heteronormativo (GONZALES, 2011; LUGONES, 2014).

O outro referencial teórico metodológico que atravessa esta pesquisa e que está interligada ao que foi apresentado anteriormente é o Construcionismo Social. Mary Jane Spink e Rose Frezza (2013) sinalizam a partir desta perspectiva que a realidade é uma construção sócio-histórica e não está representada e posta como uma verdade que vai ser acessada. Sendo assim, sujeitos e objetos de pesquisa precisam entrar num constante e ininterrupto processo de desfamiliarização e problematização.

Nesse referencial, a realidade é compreendida como socialmente produzida a partir de práticas e trocas simbólicas entre pessoas, de forma historicamente situada (SPINK & FREZZA, 2004). Deste modo, a pesquisa científica é um instrumento de desnaturalização da realidade social a partir de análise sobre as práticas discursivas e de produção de sentidos, compreendidas como empreendimento coletivo e processual, a partir da negociação, de disputas e de afetações entre as pessoas, no movimento de produzir a si e ao mundo (SPINK & MEDRADO, 2004).

Dentro da abordagem das práticas discursivas e de produção de sentido no cotidiano é fundamental visualizar o lugar que a palavra sentido ocupa. Mary Jane Spink e Benedito Medrado (1999) afirmam que

Sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (p. 41).

Assim, o sentido é tido como um empreendimento coletivo e processual, produzido a partir da “linguagem em uso” (p. 42) e do campo da interação linguística. Mary Jane Spink e Benedito Medrado (1999) afirmam que o empenho é “entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas, por exemplo), como repertórios utilizados nessas produções discursivas” (p. 42). Ainda para Mary Jane Spink (2010) “os sentidos são fluidos e contextuais” (p.28).

Sobre a linguagem em uso, os autores trazem as dimensões performáticas e de produção da linguagem, como também aspectos históricos, contextuais e de interação da ação comunicativa. Nessa perspectiva, Mary Jane Spink e Benedito Medrado (1999) afirmam que é necessário fazer uma diferenciação entre discurso e práticas discursivas.

Utilizando como referência as reflexões de Mikhail Bakktin, os autores afirmam que o discurso está mais voltado para a ordem da institucionalização da linguagem, tanto nas dimensões macro quanto micro dos sistemas disciplinares e políticos. Estes se expressam a partir de discursos oficiais, cristalizados ou regulares com tendência a não se alterar, mesmo com a mudança de contexto. Porém, mesmo estando aprisionado à ordem da regularidade, os discursos também podem produzir “a diversidade e a não-regularidade presentes” (p. 44) e mesmo em contextos semelhantes podem produzir versões que competem entre si. A partir desta reflexão, estivemos atentas em nosso processo analítico à investigação das institucionalizações dos discursos em certos meios de comunicação que cristalizam o lugar de mulheres negras e pobres em lugares subalternos.

Para Mary Jane Spink e Benedito Medrado (1999) ver esses furos para além das regularidades depende de uma escolha entre figura e fundo, e de observar as polissemias. É um exercício de não se ater ao todo e em suas regularidades fixas e

hegemônicas, mas desenvolver um processo de esmiuçar e deslocar o olhar para outras partes e outras versões no processo de ação da linguagem. É preciso se ater às práticas discursivas e seus momentos ativos, considerando as negociações, as normatizações e diversidades, as rupturas.

Mary Jane Spink e Benedito Medrado (1999) descrevem os três elementos das práticas discursivas: (a) a dinâmica (que abrange as vozes e enunciados na interação dialógica, considerando que pode haver um espaçamento temporal entre essas vozes); (b) as formas (que dizem respeito aos atos de fala, os posicionamentos imbricados e estabilidades nas formas de enunciado); e (c) os conteúdos ou repertórios interpretativos. O foco desta dissertação recai sobre a análise dos repertórios linguísticos relacionados às notícias na mídia sobre mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas.

Inicialmente os repertórios eram chamados de repertórios interpretativos que, para Mary Jane Spink e Benedito Medrado (1999), são “as unidades de construção das práticas discursivas – o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas, tendo por parâmetro o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos” (p. 47). Assim, segundo as autoras, os repertórios interpretativos possibilitam que consigamos identificar dentro da produção de sentidos as estagnações, os consensos e estabilidades, bem como as variações e permanências linguísticas. Identificar a relação entre processos mutáveis e variáveis possibilita não só ver os sentidos hegemônicos que (não) estão cristalizados na história, bem como os furos possíveis nessa negociação de sentido e na mistura entre novo e velho.

Posteriormente, Mary Jane Spink (2010) reformula o conceito de repertórios interpretativos e passa a chamá-los de repertórios linguísticos, afirmando que: “esses repertórios circulam na sociedade de formas variadas. Aprendemos repertórios no próprio processo de aprendizagem da linguagem, por meio de livros que lemos, dos filmes a que assistimos e daí por diante” (p. 32). Ela reitera a linguagem enquanto ação e como “prática social” (p. 26). Ainda deixa negrito que a análise das práticas discursivas não pode ser desatrelada de seu contexto, sendo este fundamental para o processo analítico dos repertórios.

Outro aspecto importante pontuado por Mary Jane Spink (2010) é a noção de que o tempo é fundamental no processo analítico sobre a circulação de repertórios.

Nessa perspectiva o tempo não é entendido somente a partir de sua linearidade e cronologia; ele é dividido em três interfaces: o tempo longo, o tempo vivido e o tempo curto.

O tempo longo é entendido como a “longa história da circulação de repertórios linguísticos na sociedade e o fato de que eles não desaparecem ao deixarem de estar presos às condições de sua produção” (SPINK, 2010, p.3). Mary Jane Spink pondera que esse tempo longo contempla “as primeiras produções linguísticas e pictóricas que temos conhecimento” (p. 33). Ela chama a atenção para as produções pictóricas, pois as imagens também contêm circulação de repertórios. Já o tempo vivido está relacionado diretamente aos processos de socialização e posicionamentos que atravessam as pessoas no constante movimento de resignificação dos conteúdos históricos. E o tempo curto, que segundo Mary Jane Spink (2010) “é o tempo das interações; o tempo da interanimação dialógica” (p. 33) ou o tempo da produção de sentido acontecendo em ato.

Sérgio Aragaki et al. (2014) também discorrem sobre a análise de repertórios a partir do construcionismo social. Elas conceituam repertório como a “circulação de unidades de construção das práticas discursivas: os termos, as descrições, os lugares comuns e as figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades da produção de sentidos” (p. 229). Descrevem uma série de objetivos possíveis de serem alcançados quando se opta por trabalhar com repertórios. Focalizaremos nossa atenção, principalmente, em dois dos objetivos, para fins analíticos desta dissertação. São eles:

d) compreender como repertórios contribuem na construção de fatos e de distintas versões de realidade; e e) entender os posicionamentos e as relações de poder presentes em um tema e/ou campo específico (científico ou não) e as controvérsias daí decorrentes (ARAGAKI et. al., 2014, p. 231).

Do ponto de vista operacional, tomamos como campo-tema de investigação a produção midiática, pois esta se configura como um importante mecanismo de produção de sujeitos e subjetividades (MEDRADO, 1999; QUIRINO, 2017). A partir das novas tecnologias e das atualizações nos meios de comunicação, a mídia vai tomando um lugar bastante central para o processo de construção cultural. Em espaços como a televisão, os jornais e internet, verdades podem ser produzidas e disputadas, reproduzidas, transformadas, ratificadas, retificadas. Sentidos são

produzidos e negociados (QUIRINO, 2017; FISCHER, 2001). A mídia atua na “formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças – temas fundamentais hoje nos mais diversos campos das ciências humanas” (FISCHER, 2001, p. 588).

Lenise Borges e Flávia Ribeiro (2014) defendem que a mídia é um campo influente nas produções de sentido, pois introduzem temáticas consideradas tabus e permeadas por alguns valores característicos. Também são direcionadas para uma grande quantidade de pessoas e trazem formas específicas de abordar temas. Para elas:

Os meios midiáticos, em particular os impressos, como os jornais diários, fornecem aos acontecimentos uma visibilidade peculiar, pois rompem barreiras espaço-temporais e levam informações para pessoas em diferentes contextos e, assim, modelam e influenciam o rumo dos acontecimentos (BORGES & RIBEIRO, 2014; p. 185).

Benedito Medrado (1999) afirma que a mídia é uma importante protagonista na construção e propagação de repertórios, interferindo nas formas como as pessoas produzem sentido de si e do mundo e se posicionam diante dos acontecimentos. Além disso, a mídia reconfigura os limites que separam a dimensão privada da pública dos espaços, permitindo outras formas de interação que rompem com as barreiras de espaço e tempo e das limitações das interações face-a-face. Segundo o autor (MEDRADO, 1999):

A mídia não é apenas um meio poderoso de criar e fazer circular repertórios, mas que tem um poder transformador de reestruturação dos espaços de interação, propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentido. O espaço fluido – sem fronteiras espaciais e temporais – que a mídia propicia leva, inevitavelmente, a reconceituar a divisão estabelecida na modernidade clássica entre privado e público (p. 246).

Segundo Benedito Medrado (1999), as produções midiáticas são consideradas “práticas sociais de caráter discursivo, construídas por um grupo social (*os medias*), a partir da seleção e reconfiguração de determinados repertórios. Esses repertórios funcionam como substratos na composição da linha argumentativa ou retórica midiática” (p. 251). Para ele são escolhidos repertórios que vão produzir visibilidades no processo de construção das peças midiáticas e que vão compor as práticas discursivas do cotidiano das pessoas que acessam esses materiais

(MEDRADO, 1999). Possibilitam significações diversas de sentidos dessas pessoas na forma de produzir a si e ao mundo.

Rosa Maria Fischer (2001; 2002) afirma que “é necessário nos voltarmos justamente para o estudo da mídia [...] como lugar por excelência da produção de sentidos na sociedade” (p. 158). Inspirada em Foucault, a autora procura identificar como a mídia produz informações e narra sobre os fatos e a vida das pessoas produzindo certas “verdades”. Para ela a mídia:

Amplia-se em direção ao entendimento de que os aprendizados sobre modos de existência, sobre modos de comportar-se, sobre modos de constituir a si mesmo – para os diferentes grupos sociais, particularmente as populações mais jovens - se fazem com a contribuição inegável dos meios de comunicação. Estes não constituiriam apenas uma das fontes básicas de informação e lazer: trata-se bem mais de um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações – relacionada a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas das camadas populares, portadores de deficiência, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante. Em suma: torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas. (FISCHER, 2002, p. 153).

A autora conceitua então a mídia como um “dispositivo pedagógico”, a partir de dois argumentos. O primeiro aborda o fato das diversas formas e meios de comunicação (como a TV, jornais, rádio e internet) serem meios privilegiados de informação e de “educação” das pessoas, constituído a partir da elaboração de estratégias linguísticas para narrar sobre um fato. O segundo argumento focaliza a publicização da intimidade, principalmente a partir de atos confessionais, que possibilita às pessoas se identificarem e serem capturadas por essas “versões” publicizadas, também produzindo a si mesmas.

As reflexões da autora demonstram que tanto a função de educação da mídia, como a de exposição da intimidade se dão a partir de formas complexas, entrelaçadas, não homogêneas e diversas. Existem maneiras e formas diferentes de falar e se expressar sobre um determinado público, que muitas vezes são sutis e outras mais explícitas. É a partir dessas diferentes formas de exposição e de narrativas que as relações de poder operam, e os lugares de privilégio e subalternidade se mantêm (FISCHER, 2001; 2002).

Há modos muito específicos de a mídia fazer falar grupos de jovens, adolescentes, crianças, mulheres – e para cada um desses grupos podem-se identificar outras diferenciações, conforme se trate, por exemplo, de mulheres jovens, adultas, idosas, apresentadas como criminosas, prostitutas ou modelos do mundo fashion, mulheres da classe trabalhadora ou do cenário político nacional e assim por diante (FISCHER, 2001; p. 587).

Assim, nesse processo de construção de modos de subjetivação pela mídia, é fundamental observar como as pessoas são retratadas, incluídas e excluídas, quais as estratégias são usadas para nomear as pessoas, que lugares simbólicos são produzidos para certas pessoas e para outras não, como essas pessoas e suas diferenças são narradas. Todas essas relações são decisivas na constituição das pessoas e de “sujeitos contemporâneos” como sinaliza Rosa Fischer (2002). Sujeitos que estão o tempo todo sendo atravessados por esses sentidos e convidadas/os a se observar, reconhecer a si “como lugar de saber e de produção de verdades” (FISCHER, 2002).

Para a autora, corroborando com o pensamento foucaultiano, a noção de sujeito e a noção de poder estão atreladas. Ela afirma que “para Foucault, o sujeito é aquele que de alguma forma está submetido ao outro (por meio de relações de controle ou dependência) ou então a si mesmo, preso a sua própria identidade, mediante a prática de conhecimento de si (FISCHER, 2002, p. 154). Então, a partir dessa perspectiva, o sujeito fica atrelado a certa produção de controle e dependência, como também uma produção e forma de dizer de si e de construir verdades. Mas a autora ainda afirma que esse voltar para si pode também ser uma forma de fuga contra as sujeições e submissões das subjetividades, uma forma de ser “artista”.

Essas fugas sinalizam para uma produção de sujeitos que não é estagnada e cristalizada. Há fendas, rupturas, inúmeras possibilidades tanto éticas quanto estéticas bem como contextos históricos que devem ser considerados e que não são “pensadas pelos saberes e poderes em jogo” (p. 154).

Rosa Maria Fischer (2002) também define o dispositivo pedagógico da mídia como aparato discursivo e não-discursivo. Discursivo porque, através dele, se produzem discursos e saberes. Não discursivo por estar relacionado com formas, práticas e maneiras de veicular e consumir as notícias. Essas duas dimensões,

discursivas e não discursivas, atuam na produção constante de si e na produção da cultura, estando atenta ao

(...) reforço de controles e igualmente de resistências, em acordo com determinadas estratégias de poder e saber, e que estão vivos, insistentemente presentes nesses processos de publicização da vida privada e de pedagogização midiática (FISCHER, 2002, p. 155).

Esta autora afirma ainda que há diferentes formas e técnicas de perguntar, explicitar a intimidade, questionar as pessoas a partir dos mecanismos de meio de comunicação. Ela chama a atenção para o fato de que os sentidos que circulam nos meios de comunicação “correspondem a uma circulação política, econômica e financeira”. Além disso, ela aponta para uma luta a ser travada contra a mídia quando esta opera produzindo mecanismos de submissão da nossa subjetividade, inclusive participando de um exercício de reflexão de si, como no trecho abaixo

Um dos investimentos maiores será justamente indagar sobre, afinal, como cada um de nós participa dos processos de produção de sentidos na nossa sociedade, como cada um de nós está submetido a normas e regras veiculadas não apenas nos lugares tradicionais de “doação de identidade” (COSTA, 1998), mas sobretudo nos meios de comunicação (FISCHER, 2002; p. 158).

É importante estarmos atentas às formas que a mídia nomeia as diferenças e ratifica os lugares, produzindo exclusões ou normalizações e se essas diferenças são demarcadas para produzir um lugar de reconhecimento social das diferenças ou exclusão. Nesse sentido e relacionando mais diretamente ao nosso processo investigativo, fazemos alguns questionamentos acerca da relação da mídia com a manutenção da colonialidade. Podemos usar como exemplo as reflexões de como a mídia opera na manutenção do racismo, a partir do movimento de criação e consolidação de lugares fixos para pessoas brancas e negras.

Por exemplo, ao debater mídia, racismo e produção de subjetividade, Maria Aparecida da Silva Bento (2009) alerta sobre a importância de estarmos atentas para o papel central da mídia na manutenção do racismo: “é o nosso grande centro de preocupação” (p. 141). A autora afirma que tanto os principais textos que debatem racismo, como o movimento negro sempre abordam a mídia e seus meios de comunicação como criando imagens onde as pessoas brancas sempre estão em lugares de privilégio em relação às pessoas negras.

Segundo a autora, a mídia vai produzindo, inventando as pessoas brancas e negras “a partir de suas subjetividades” (BENTO, 2009, p. 145) com o intuito de

determinar lugares fixos e universais. As referências de branquitude sempre são lugares de reconhecimento, de referência de beleza e de competência. Já “esse negro inventado é negro bandido, ou subalterno, ou que não tem família na novela, um negro que tem pouca voz” (BENTO, 2009, p. 145). Esse jogo, que a autora chama de discriminação por interesse, dialoga abertamente com a autoestima. Segundo a autora “o grupo que controla a mídia forma bodes expiatórios, e eles se tornam os culpados pelos problemas sociais [...] para os quais dirigimos a agressividade” (p. 145-146).

Precisamos lançar nosso olhar sobre a construção midiática sobre as pessoas negras, identificando quais os mecanismos utilizados para manutenção desse lugar. Sobre esse aspecto Joel Rufino dos Santos (2009) chama a atenção para a necessidade de observar a espetacularização da mídia ao afirma que:

Quando se discute a questão da mídia no Brasil, pode-se pensar o seguinte: estou discutindo o fato de o negro estar ou não estar na mídia, de não aparecer em publicidades, em cartazes, na televisão, etc. penso que essa perspectiva é enganosa. Qualquer tentativa de mudar a aparência da mídia sem mudar o fato essencial da mídia atual – a sociedade do espetáculo – está fadada ao fracasso (p. 156).

Essa espetacularização certamente alinhada com a publicização da intimidade apontada acima por Rosa Maria Fischer (2002) são pontos fundamentais para qualquer ato investigativo sobre racismo e mídia.

Maria Aparecida Bento (2009) também chama atenção para outro dispositivo midiático sobre o qual precisamos lançar foco. Ela alerta que “quando pensamos em mídia e subjetividade, estamos falando de narcisismo na sua versão mais cruel, e vocês já devem ter visto muitas matérias de jornais nesse sentido” (BENTO, 2009, p. 143). A autora afirma que a mídia não só pode contribuir com a manutenção de privilégios da raça branca ao construir imagens que sinalizem para uma referência positiva de pessoas para a branquitude, como negativas para a negritude. E que essas referências causam impacto tanto nas pessoas brancas quanto nas pessoas negras. No primeiro caso vai investindo no aumento e melhoria da autoestima e no segundo caso vai construindo referências pejorativas, negativas e que têm impacto profundo nas subjetividades das pessoas negras.

Consideramos esses mecanismos ao realizar uma análise de mídia. Ficar atentas sobre as formas de manutenção de privilégio a partir da espetacularização, das visibilidades de alguns casos através da constituição de imagens negativadas,

da invisibilidade de alguns casos por ser corpos sem importância social, na publicização de confidencialidades que produzem efeitos de referência. Também precisamos nos ater aos efeitos produzidos nas pessoas que leem as notícias a partir de seus lugares diferentes e nas pessoas que produzem as notícias. Para Maria Aparecida da Silva Bento (2009) a maioria das pessoas que produzem as notícias são pessoas brancas e que esse fato tem impacto significativo na forma com que as notícias são construídas. Aparecida também aponta para os interesses dos contratantes: “há um grupo que contrata, que tem interesses, e que precisa que esses interesses sejam permanentemente defendidos. É um grupo que não quer mudanças” (p.144).

4.1 Percurso metodológico

A imersão no campo foi feita em consonância com as reflexões trazidas por Peter Spink (2003) ao afirmar que “a pesquisa nasce da curiosidade e da experiência tomados como processos sociais e intersubjetivos de fazer uma experiência ou refletir sobre uma experiência” (p. 26). O autor debate a dimensão da experiência e da mistura da/o pesquisadora/o com o campo-tema e afirma que precisamos ter “a convicção moral que, como psicólogos sociais, estamos nesta questão, no campo-tema, porque pensamos que podemos ser úteis” (p. 20).

A coleta das notícias ocorreu de forma orgânica entre maio e outubro de 2017. Utilizamos a internet como veículo principal de coleta de informações. Escolhemos a internet por entender que esta mídia se configura como o meio de acesso à informação mais utilizado na atualidade. Ricardo Velloso (2008), ao debater o ciberespaço chama a atenção para as dimensões de temporalidade e territorialidade que são resignificadas a partir do advento da internet. Ele afirma que

O espaço virtual, imbricado com outras temporalidades e outras territorialidades, destaca-se pela celeridade das informações hipertextuais, dispostas em rede, as quais possibilitam leituras mais imediatistas pela associação da expressão verbal a imagens e sons entre outros; mas ensejam também leituras extensivas, caminhos alternativos para o leitor que, valendo-se dos nós na rede hipertextual não-linear, vê-se co-autor, em um exercício autônomo de produção de sentido da malha textual. Em muitas situações, as temporalidades são também redimensionadas por atualizações contínuas e quase simultâneas aos fatos, às notícias, aos múltiplos registros na Internet (p. 106).

Nossa escolha inicial foi trabalhar com sites de jornal de grande circulação no estado de Pernambuco. Esta escolha se deu ao considerarmos a importância de analisar mídias produzidas pelos meios de comunicações locais que de certa maneira também constituíram e constituem a pesquisadora enquanto mulher negra e recifense. O outro motivo relacionado com a escolha de jornais de grande circulação foi a compreensão de que estes são carregados de discursos institucionalizados, hegemonicamente conservadores e que atravessam os processos subjetivos e os sentidos atribuídos localmente (BORGES e RIBEIRO, 2014).

O movimento inicial foi de acessar os sites dos jornais de grande circulação em Pernambuco e coletar notícias sobre mulheres que usassem drogas ilícitas. Essa busca se iniciou nos sites do Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio e Folha de Pernambuco. A primeira questão nesse processo foi escolher quais os melhores termos de busca para conseguir coletar matérias sobre mulheres que utilizavam drogas ilícitas. Esse questionamento partiu da reflexão sobre as possíveis invisibilidades as quais essas mulheres poderiam ter sido retratadas pela mídia, que é hegemonicamente conservadora, bem como os termos que a mídia utiliza para nomear essas mulheres e que muitas vezes estão na dimensão do pejorativo.

Pensamos em algumas estratégias. A primeira foi utilizar a associação do termo “mulher” mais o termo “droga(s)”, além dos nomes das drogas em si, como por exemplo, “mulher + maconha”, “mulher + crack”, “mulher + cocaína ou pó”. Importante destacar que não colocamos o termo “mulher negra” por considerar as próprias invisibilidades apontadas anteriormente. A segunda foi utilizar termos que cotidianamente são abordados pela mídia conservadora e que se caracterizam na forma de uma adjetivação preconceituosa em relação às pessoas que usam drogas ilícitas. Nessa categoria utilizamos os termos “mulher” em associação com “drogada”, “noiada”, “maconheira” ou “craqueira”.

Nesse primeiro exercício de busca praticamente todas as notícias que apareciam nos sites estavam associadas à apreensão de mulheres por tráfico de drogas (por exemplo, a notícia do site do Diário de Pernambuco intitulada “*Mulheres são presas por tráfico de drogas em Jaboatão e Orocó*”). Ao realizar uma leitura mais atenta em algumas dessas notícias (com o intuito de avaliar se as mesmas abordavam o uso de drogas por mulheres) percebemos que elas retratavam

basicamente casos de mulheres no lugar de “mulas”²² que foram apreendidas pelo transporte de drogas ilícitas em lugares como os presídios ou aeroportos. Geralmente essas apreensões em presídios eram feitas nas entradas das mulheres para visita dos companheiros e filhos.

Esse primeiro contato com a produção jornalística evidenciou que as visibilidades prioritárias na abordagem dos jornais estão relacionadas com a criminalização das mulheres na relação com as drogas ilícitas. Abordam os aspectos punitivos, dando maior ênfase aos dispositivos de ilicitude. Essa primeira imersão trouxe à tona uma importante denúncia em relação aos atravessamentos do campo, que são as consequências relacionadas com o encarceramento das mulheres, principalmente as mulheres negras e pobres.

Esses atravessamentos estão relacionados desde os dados de encarceramento em massa das mulheres negras, como trazido no capítulo teórico, bem como outras questões que estão intimamente ligadas ao debate da solidão da mulher negra. Júlia Gregório (2017) reflete sobre a solidão da mulher negra em contexto de cárcere e afirma que 62% das mulheres presas, que são em sua maioria negras, não recebem visita. Esse é apenas um exemplo de tantas questões relacionadas com o encarceramento de mulheres.

Apesar de toda essa reflexão a partir das notícias apresentadas, ainda existia uma questão no campo que era localizar de fato notícias que falassem sobre mulheres negras que usavam drogas ilícitas. Esse primeiro momento reforçou a invisibilidade da mídia em retratar a relação das mulheres com o uso de drogas ilícitas, principalmente se comparamos à forma com que retrata os homens. Essa invisibilidade foi apontada por muitos trabalhos analisados na revisão da literatura. Demarca que de alguma forma o uso de drogas ilícitas por mulheres ainda está no âmbito do privado e que produzem vários efeitos negativos como a pouca procura por cuidado. Como exemplo, temos os Centros de Atenção Psicossocial onde a maioria das pessoas que frequentam o serviço são homens.

Continuamos nossa investigação e em algum momento em uma conversa do cotidiano sobre o tema desta pesquisa, um amigo falou sobre uma série de matérias que foi publicada no jornal Diário de Pernambuco sobre as “mulheres-caranguejo”.

²² Mula é a nomeação comumente utilizada para designar as pessoas que atravessam barreiras policiadas carregando drogas ilícitas no corpo.

Com essa informação, fizemos uma primeira busca no Google e encontramos algumas reportagens relacionadas. A partir daí empreendemos uma busca mais ampla nos sites de busca Google e Escavador tentando identificar a maior quantidade possível de matérias sobre essas mulheres. Utilizamos como termo de busca não só “mulheres-caranguejo”, que foi a expressão da matéria original, mas também os termos “mulheres-mangue”, devido à nomenclatura do vídeo da TV Record, que localizamos e que identificava as mulheres dessa forma.

A partir dessa primeira pesquisa, encontramos uma série de notícias e dois vídeos sobre as chamadas “Mulheres-Caranguejo”. Este material retratava a vivência de mulheres que usavam drogas e se prostituíam em uma área de mangue na Av. Arthur Lima Cavalcante, no Bairro de Santo Amaro, no município de Recife/PE. O encontro com essas notícias trouxe um desejo de ampliar a investigação sobre o caso e que logo se tornou certeza de que as matérias encontradas seriam o campo de investigação desta dissertação.

A escolha se deu principalmente por serem matérias que abordavam mulheres que faziam uso de drogas ilícitas. Além disso, a maioria das mulheres retratadas nos vídeos e nas imagens das notícias eram negras. Outro ponto que influenciou na escolha dessas notícias foi o fato de se tratar de mulheres recifenses e de uma experiência local de uso de drogas.

Ao todo foram encontradas 17 notícias e dois vídeos de diferentes meios de veiculação. As notícias eram principalmente do jornal Diário de Pernambuco, que foi o local onde a primeira notícia sobre o caso foi noticiada. Também encontramos notícias de blogs que tinham como característica expressar uma opinião pessoal sobre essas mulheres. Sobre os vídeos, um deles era do Diário de Pernambuco e foi publicado junto às primeiras notícias sobre o caso. O segundo era um capítulo do programa Câmera Record, veiculado pela emissora de TV Rede Record. Este foi lançado em 2017 e se refere a essas mulheres negras como “Mulheres do Mangue”.

Diante do material encontrado, resolvemos definir os critérios de inclusão e exclusão para escolher quais notícias seriam analisadas. Optamos como critério de inclusão analisar apenas notícias veiculadas por jornais. Essa escolha se deu principalmente por entendermos que os jornais são documentos públicos que produzem versões da realidade e rompem com as barreiras espaço temporais (SPINK, 2004). Também compreendemos o jornal como o expresso por Lenise Borges e Flávia Ribeiro (2014) que afirmam que

Ele (o jornal) tem suas especificidades, como a periodicidade, as fontes e autorias, o público que lê determinadas editorias e sua classe social, quem mantém a publicação e os agentes do poder que submetem as matérias sob sua vigilância. [...] Possui regras preestabelecidas; porém, a produção da notícia passa pela influência dos próprios jornalistas e de sua visão de mundo (BORGES & RIBEIRO, 2014 p. 187).

Definimos como critério de exclusão todas as notícias que não fossem veiculadas em outros meios de comunicação que não os jornais, bem como os vídeos. As notícias veiculadas em outros meios que não os jornais foram excluídas por entendermos que estas têm um caráter mais livre e não estão presas a uma certa institucionalidade ou empresa. Os vídeos foram excluídos por compreendermos que estes exigem um processo analítico mais minucioso que não condizia com o tempo de que dispúnhamos para encerrar este trabalho. Utilizamos os vídeos como instrumentos auxiliares da análise e foram fundamentais para ampliar o conhecimento sobre o caso e subsidiar algumas questões.

Ao todo foram analisadas 09 notícias veiculadas pelo Diário de Pernambuco, jornal de grande circulação no estado de Pernambuco. Fundado em 1825, é o jornal mais antigo da América Latina e tem como perfil de leitoras e leitores 50 % da classe econômica A e B, sendo 35% de pessoas de nível superior (DIÁRIOS ASSOCIADOS, 2008). Tem como histórico de proprietários

Além do seu fundador, Antonino José de Miranda Falcão, o comendador Manuel Figueiroa de Faria (1835); o ex-senador do Império e líder político de Pernambuco conselheiro Rosa e Silva (1901); o industrial Carlos Benigno Pereira de Lima (1912); a cadeia dos Diários e Emissoras Associados, fundada por Assis Chateaubriand (1931); um Condomínio Associado, uma parceria entre jornalista e empresários pernambucanos (1994) e finalmente, em 1997, voltou novamente para as mãos dos Diários Associados (GASPAR, 2009)²³.

As quatro primeiras notícias localizadas foram publicadas ao mesmo tempo na versão impressa do jornal no dia 05/08/2014 e formam um bloco de notícias que tem o principal objetivo de anunciar o caso dessas mulheres a partir de alguns marcadores. A primeira (N.01) intitulada “Mulheres-caranguejo” no mangue de Santo Amaro” tem o objetivo principal de dar as primeiras informações sobre o caso,

²³ Disponível online em

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=237. Visualizado em dezembro de 2017.

caracterizando essas mulheres negras. A segunda notícia (N.02) intitulada “Riso de doença não afasta clientes” tem como foco descrever as doenças que circulam na vida dessas mulheres negras. A terceira notícia (N.03) intitulada “A venda do corpo por um pouco de crack” se propõe a explicitar como algumas drogas atravessam a vida dessas mulheres negras. E a quarta notícia (N.04) intitulada “Violência e medo são parte da rotina” descreve as situações de violência vivida por essas mulheres.

As próximas três notícias formam um bloco específico que trata sobre as audiências públicas e sobre um grupo de trabalho criado em decorrência dessa audiência. A notícia cinco (N.05) cujo título é “Audiência debaterá prostituição” foi publicada em 06/08/2014. Um dia depois do primeiro bloco de notícias. Esta teve o objetivo de anunciar o pedido de audiência pública realizado pela presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores. A notícia seis (N.06) cujo título é “Audiência pública discute a situação das “Mulheres-caranguejo”” foi publicada em 05/11/2014 e tem o objetivo de anunciar o dia que acontecerá a audiência pública solicitada. A notícia sete (N. 07) cujo título é “Grupo de trabalho formulará políticas públicas voltadas às mulheres-caranguejo” foi publicada em 06/11/2014 e noticia os encaminhamentos da audiência pública.

A notícia oito (N.08) cujo título é “Polícia militar alega que imagens não revelam se abordagem abusiva foi feita por PM” foi publicada em 20/04/2015 e tem como objetivo comunicar a resposta da Polícia Militar de uma denúncia de suposta abordagem indevida flagrada por um leitor anônimo. A notícia nove (N.09) cujo título é “Pesquisadora analisa relação das prostitutas do mangue com o vício de crack” foi publicada em 04/11/2017 e objetiva anunciar uma pesquisa de mestrado feita por uma estudante de serviço social da UFPE cujo campo foi com essas mulheres negras. Todas as notícias estão em anexo (ANEXO). Abaixo segue quadro com informações sistematizadas sobre as notícias analisadas e sobre as notícias e vídeos utilizados como auxiliares a análise.

Tabela 06: Sistematização das notícias analisadas e vídeos e notícias auxiliares à análise

MATERIAL MIDIÁTICO SOBRE AS MULHERES-CARANGUEJO

NOTÍCIAS ANALISADAS

N	DATA DA MATÉRIA	TIPO DE NOTÍCIA	FONTE DA NOTÍCIA	AUTORA/O R	TÍTULO DA NOTÍCIA
N.01	05/08/2014	Texto com imagem	Diário de Pernambuco caderno local	Marcionilda Teixeira	"Mulheres-caranguejo" no mangue de Santo Amaro
N.02	05/08/2014	Texto com imagem	Diário de Pernambuco caderno local	Marcionilda Teixeira	Risco de doença não afasta clientes
N.03	05/08/2014	Texto com imagem	Diário de Pernambuco caderno local	Marcionilda Teixeira	A venda do corpo por um pouco de crack
N.04	05/08/2014	Texto com imagem	Diário de Pernambuco caderno local	Marcionilda Teixeira	Violência e medo são parte da rotina
N.05	06/08/2014	Texto com imagem	Diário de Pernambuco caderno local	Não informado	Audiência debaterá prostituição
N.06	05/11/2014	Texto com imagem	Diário de Pernambuco caderno local	Não informado	Audiência Pública discute a situação das "mulheres-caranguejo"
N.07	06/11/2014	texto com imagem	Diário de Pernambuco caderno cidadania	Não informado	Grupo de trabalho formulará políticas públicas voltadas às mulheres-caranguejos
N.08	20/04/2015	texto com imagem	Diário de Pernambuco caderno cidadania	Não informado	Polícia Militar alega que imagem não revela se abordagem abusiva foi feita por PM
N.09	04/11/2017	texto com imagem	Diário de Pernambuco caderno local	Marcionilda Teixeira	Pesquisadora analisa relação das prostitutas do mangue com o vício no crack

VÍDEOS AUXILIARES

N	DATA DA MATÉRIA	TIPO DE NOTÍCIA	FONTE DA NOTÍCIA	AUTORA/O R	TÍTULO DA NOTÍCIA
V1	04/08/2014	Vídeo 04`15``	Diário de Pernambuco	Marcionilda Texeira	As "mulheres-caranguejo" do mangue de Santo Amaro
03	04/08/2017	Vídeo 1hr	Repórter Record Investigação	N informado	Câmera Record - As Mulheres do Mangue 04/2017 HD

As mulheres retratadas pela matéria são mulheres negras e pobres que usam majoritariamente crack e que se prostituem por baixos valores. Algumas reportagens falam de valores que variam entre R\$ 2,00 e R\$ 10,00. Elas ficam a maior parte do tempo no mangue da Avenida Prefeito Artur Lima Cavalcanti. Aquele território é conhecido como ponte do Limoeiro ou chupa-chupa. Essa nomenclatura chupa-chupa foi dada pela população recifense pelo fato de ser um lugar de prostituição.

O bairro de Santo Amaro pertence à primeira região político administrativa (RPA I) da cidade de Recife/PE. Está situado perto do centro comercial da cidade e possui uma área territorial de 380 hectares e uma população total de 27.939 habitantes. É um bairro que tem alto índice de vulnerabilidade social e que constantemente está na mídia impressa e televisiva com notícias sobre assassinatos e tráfico de drogas.

4.2 Processo analítico

O processo de análise de mídia aqui empreendido foi direcionado principalmente a partir das reflexões de Rosa Maria Bueno Fischer (2002a) e de sua experiência de análise de mídia. A autora problematiza o exercício de se fazer uma análise de mídia levando em consideração toda a complexidade dos materiais relacionados como textos, sons e imagens interagindo e transmitindo sentidos. Para ela é um exercício complexo que não se propõe a chegar a descrever representações fixas. A tarefa está mais voltada em identificar “possibilidades de significação, datadas e bem localizadas, seja do ponto de vista daqueles que as produziram e colocaram em circulação, seja do ponto de vista daqueles que a receberam e, com ela, de alguma forma, interagiram” (p. 83-84).

Para a autora essa interação se dá de diversas formas e a partir de sujeitos “que sempre estão por se fazer” (FISCHER, 2002b, p.154). Assim, também implica a pesquisadora ou a analista de imagem, por esta fazer parte do lugar de

Alguém que especta, que olha, que investe seu corpo nesse jogo de interioridade e de exterioridade que diz respeito ao ato de ver, de receber imagens e de operar sobre elas – como espectador comum do cotidiano e, simultaneamente, como estudioso das questões da comunicação (FISCHER 2002b, p. 84).

Ela propõe que na análise de materiais midiáticos foquemos nossa atenção nas práticas discursivas e não-discursivas intrínsecas no jogo comunicacional, que atravessam “criadores, produtores, atores, técnicos de todos os níveis, e os espectadores, nas mais distintas situações e condições de recepção” (p. 84). Devemos ficar atentas também para as formas de nomeação que sinalizam os jogos de poder, marcações de tempo e lugar e que produzem de certa forma sujeitos e aos enunciados que estão atrelados a certos reforços de lugares na construção de pessoas tanto individualmente quanto coletivamente.

Rosa Maria Fischer (2002b) sugere que o processo investigativo de mídia seja um exercício de analisar as visibilidades e invisibilidades, fendas e rupturas. E que faça emergir o que a autora chama de dispositivo pedagógico da mídia, como expresso no trecho abaixo (FISCHER 2002a; 2002b)

Tratar do “dispositivo pedagógico da mídia” significa tratar de um processo concreto de comunicação (de produção, veiculação e recepção de produtos midiáticos), em que a análise contempla não só questões de linguagem, de estratégias de construção de produtos culturais (no caso aqui referido, de programas televisivos), apoiada em teorias mais diretamente dirigidas à compreensão dos processos de comunicação e informação, mas sobretudo questões que se relacionam ao poder e a formas de subjetivação (FISCHER, 2002b; p. 155).

A autora descreve dois aspectos que devem ser levados em consideração ao fazer a análise de mídia. O primeiro está relacionado com mecanismos que levam a uma produção ou “volta sobre si mesmo” (p. 155), exemplificadas por elas como técnicas de exposição das pessoas e que estimulam que façamos “minuciosas operações sobre nosso corpo, sobre nossos modos de ser, sobre as atitudes a assumir” (p. 156). O segundo grupo está relacionado com a “linguagem *stricto sensu* da mídia” (p. 156) ou sintaxe da mídia ligada às práticas de subjetivação.

Rosa Maria Fischer (2002b) sugere desmanchar, rachar, dar visibilidade, fazer uma leitura crítica e criteriosa dos materiais a fim de identificar formas de controle impostas pela sociedade civil e que produzem controle nelas mesmas. Olhar as construções de linguagem, as emoções e sentimentos relacionados. A autora afirma que “operar científica e pedagogicamente com os produtos midiáticos significa trazer à tona, mais amplamente, o problema da cisão ou da distância entre cultura, sociedade e indivíduo” (p. 158)

Coloca como exemplo mirar o produto a ser analisado; qual a política de produção e veiculação do produto para capturar determinados públicos; a articulação entre o produto e o público, relacionando as reações e manifestações destes com base no produto; e a emergência de certos discursos vinculado ao produto em determinado lugar ou época, atrelado a certas “práticas institucionais, dos acontecimentos políticos, dos diferentes processos econômicos e culturais” (FISCHER, 2002b, p. 85)

Com base na perspectiva analítica exposta acima foi que empreendemos a investigação das notícias produzidas pelo Jornal Diário de Pernambuco.

Debruçamo-nos na leitura incessante dos textos, na observação das nomeações, dos repertórios, das imagens, na ligação entre as notícias e outros acontecimentos relacionados com a prática de produzir notícias sobre mulheres negras e pobres e com o uso de drogas ilícitas. Buscamos rachar, ver a partir de diversos ângulos. Mas sempre olhando a partir da nossa perspectiva epistemológica e metodológica adotada.

Registramos nossas afetações e emoções geradas pela imersão no campo, pelas conversas do cotidiano sobre o trabalho, pelos encontros de orientação e pelas experiências nos encontros com o diário de bordo.

Sistematizamos o material em um mapa de análise, como sugerem Mary Jane Spink e Helena Lima (2004), cujas categorias eram repertórios relacionados às mulheres, as drogas, aos aspectos estéticos das notícias, o registro das afetações pessoais ao ler as notícias e outras observações gerais. Após essa primeira versão do quadro de análise, sentimos a necessidade de ampliar o quadro diante do exercício investigativo. Incluímos categorias relacionadas com os repertórios sobre o contexto no qual essas mulheres estavam inseridas, acrescentando as colunas território, prostituição e homens. Após o preenchimento da versão atualizada do quadro analítico, sistematizamos os repertórios e realizamos a análise a partir de cada coluna e seus respectivos repertórios agrupados. A análise propriamente dita está localizada no próximo capítulo.

5 ANÁLISE

A presente análise está dividida em dois blocos. O primeiro intitulado “Esse corpo de lama que tu vê” tem como foco analisar que mulher negra e pobre que usa drogas ilícitas é produzida pelos repertórios jornalísticos, a partir do paradigma da redução de danos, que considera a pessoa, a droga e o contexto de forma interligada. Assim, analisamos a produção dessas mulheres negras a partir dos repertórios relacionados diretamente a elas, aos repertórios sobre drogas e o repertório sobre o contexto. No repertório sobre contexto, consideramos repertórios sobre o território no qual estas mulheres estão inseridas, sobre a temática da prostituição e sobre os homens que circulavam o espaço e se relacionavam com essas mulheres. No segundo bloco procuramos apontar e discutir alguns efeitos que essa produção pode gerar, a partir dos efeitos relacionados com a família tradicional branca burguesa oligárquica; e dos efeitos produzidos na vida das mulheres negras e pobres.

Utilizamos como elementos metafóricos para nos auxiliar na construção de imagens, sentidos e afetos produzidos pelas notícias jornalísticas aqui analisadas, trechos de músicas da banda Chico Science e Nação Zumbi. Esses elementos metafóricos foram acionados pelo próprio conteúdos das notícias, principalmente pelo fato dessas mulheres negras e pobres que usam drogas serem nomeadas de “caranguejo”. Assim, o caranguejo e o mangue estão atrelados a uma estética e poética do movimento cultural recifense Mangubeat²⁴ e no nosso entendimento agregam sentidos por este movimento ser um lugar de denúncias sobre as opressões produzidas pelo sistema colonial na cidade do Recife.

A jornalista Marcionilda Teixeira começa a reportagem adjetivando o exercício de ir ao local como uma tarefa desafiante, dando um tom de periculosidade ao local e ao exercício profissional:

Desvendar o mangue da Avenida Prefeito Artur Lima Cavalcante, em Santo Amaro, não é tarefa para desavisados. (N.01)

²⁴ O movimento Mangubeat surgiu em 1991 em Recife/PE. Misturando alguns elementos da musicalidade pernambucana com batidas do maracatu rural, hip-hop e rock´holl, O nome surgiu da mistura da palavra mangue (que se referia a vegetação costeira que está bem presente em Recife) e beat (que vem de batida e representa a cidade. O movimento lançou o manifesto “Caranguejos com cérebro” e seu objetivo era a partir da música denunciar as opressões e desigualdades da cidade (GUIMARÃES, CARVALHO, 2016)

Esse alerta inicial dado pela jornalista, além de trazer um tom de periculosidade, aponta o perigo com relação à área e ao exercício jornalístico de ir “catar” as notícias. A jornalista também se diferencia das mulheres negras que estão no mangue, demarcando que ela não é uma das mulheres que frequentam aquele território, mas que escolhe correr o “risco”.

Ao longo das notícias, as mulheres negras e pobres vão sendo caracterizadas a partir das nomeações associadas a elas e ao território onde elas estão. Começam a serem demarcadas as diferenças entre essas mulheres e a jornalista, entre essas mulheres negras e o público que lê o jornal, como nos trechos abaixo.

Um dos símbolos da paisagem recifense é também esgoto sexual, como diria Oswald de Andrade em seu poema Santeiro do Mangue. É abrigo de uma **“quase espécie”**, a **“mulher-caranguejo”**. **Seres dormentes** pelos efeitos do crack e por um histórico de desestrutura familiar e pobreza. **Ocupantes da base da pirâmide da prostituição, não possuem dentes, carecem de banho**. Têm ferimentos ou marcas deles pelo corpo. O dinheiro obtido no **sexo barato feito na lama** é gasto com drogas. (N.01, grifo nosso)

Dependentes de crack, as mulheres-caranguejo se prostituem em meio à lama, em troca de pedra, alimentos ou valores irrisórios. Vítimas de um histórico de desestrutura familiar e pobreza extrema, elas estão no nível mais pobre da cadeia da prostituição. Muitas não têm dentes, estão em estado lamentável de saúde e são tomadas por ferimentos ou marcas de agressões praticadas por clientes”(N.05).

As nomeações “quase espécie” e “mulher-caranguejo” são nomeações extremamente racistas, que além de animalizar essas mulheres, ratificam o lugar de não humanidade destinado às pessoas negras nessa sociedade colonial, como sinaliza Maria Lugones (2014). Além disso, as nomeações “caranguejo”, “seres dormentes”, “não possuem dentes”, “carecem de banho” e “sexo barato feito na lama” associam as mesmas a certa sujeira. Lembrou-nos um trecho da música de Chico Science e Nação Zumbi que remete um pouco esse exercício primeiro de ir atrás das notícias.

**Fui no mangue catar lixo,
Pegar caranguejo,
Conversar com urubu.**
Maguetown
Chico Science & Nação Zumbi

Ir ao mangue catar lixo e pegar caranguejo está associado a uma espetacularização da vida destas mulheres negras que já começam sendo

mostradas como “seres sujos” e dormentes (SANTOS, 2009). Mas qual o objetivo desta espetacularização? Para quem as notícias estão comunicando? É uma conversa entre Urubus?

O próprio trecho da música acima nos dá uma pista dessa resposta. Ir ao mangue, catar lixo, pegar caranguejo e “conversar com Urubu”. Utilizamos neste trabalho a nomeação “Urubu” como recurso metafórico para demarcar as posições de privilégio que essas notícias produzem, ao considerar o público que lê o jornal e a serviço de que essas notícias estão. Outro trecho da mesma música de Chico Science e Nação Zumbi caracteriza quem são os Urubus:

**Estou enfiado na lama.
É um bairro sujo.
Onde os urubus tem casas.
E eu não tenho asas.**
Manguetown
Chico Science & Nação Zumbi

Os Urubus têm casas, possuem os meios de produção para construírem e publicizarem notícias com o intuito de manter seus lugares de privilégios, suas casas. Optamos por fazer o mesmo jogo de palavras e sentidos que fizeram com as mulheres ao escolherem a nomeação caranguejo para animalizá-las e desumanizá-las. Assim, utilizaremos a nomeação “Urubus” quando quisermos representar os mecanismos da colonialidade cuja intenção é a manutenção de privilégio²⁵. Para Maria Lugones (2014) os Urubus seriam o homem, branco, burguês, heterossexual e cristão. Passaremos agora para os dois blocos.

5.1 “Esse corpo de lama que tu vê”

Nessa primeira parte construímos um desenho analítico a partir da complexidade que a leitura do material apresentou, bem como da complexidade que está relacionada com as discussões sobre uso de drogas ilícitas. Alinhadas com o paradigma da redução de danos (HART, 2014; PETUCCO, MEDEIROS, 2009), analisamos a produção jornalística das mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas a partir da relação pessoa x droga x contexto. Sistematizamos essa relação no esquema abaixo:

²⁵ Reohecemos que a nomeação metafórica “Urubu” utiliza o mesmo recurso de animalização, o qual é central na constituição de não-humanidades e na hierarquização das espécies dentro dos recursos do mundo moderno colonial. Mesmo assim, resolvemos utilizar o recurso por entender que ele compnoem os jogos de poder e negociações nas produções de sentido neste trabalho.

Pessoa – foram analisados todos os repertórios da coluna **mulher** do mapa de análise.

Droga – foram analisados todos os repertórios da coluna **drogas** do mapa de análise.

Contexto – foram analisados todos os repertórios da coluna **território, prostituição e relação com os homens** do mapa de análise.

Essas três categorias não são fixas e imutáveis. Elas se conectam e se interrelacionam em um complexo emaranhado. O exercício de categorização serviu para organizar o processo analítico de como esses repertórios interligados produzem essa mulher negra, considerando as formas de nomear; a produção de fatos e de múltiplas versões da realidade; e os tensionamentos e relações de poder produzidas. Passaremos agora para as categorias do primeiro bloco de análises.

5.1.1 Repertórios sobre as “mulheres-caranguejo”

A primeira parte desse primeiro bloco de análise traz as nomeações diretas relacionadas com as mulheres negras noticiadas. As notícias anunciam e nomeiam as mulheres negras desde o título da primeira notícia

“Mulheres-Caranguejo” no mangue de Santo Amaro (N.01)

Caranguejo é o repertório utilizado para adjetivar as mulheres noticiadas. O primeiro ponto que nos chama atenção é a própria desumanização dessas mulheres quando elas são animalizadas e chamadas de caranguejo. Os discursos continuam equiparando essas mulheres aos caranguejos, não só pelo nome mas por descrever que ambas estão no mesmo habitat deles, imersas na lama:

Meninas e mulheres misturam-se aos caranguejos habitantes da mesma lama salobra (N.01)

O trecho acima já vai sujando essa mulher de lama. E importante atentamos para o fato de que são mulheres negras que estão sendo animalizadas, desumanizadas e construídas como sujas. Assim, essas matérias acabam reforçando o sentido e a lógica racista colonial de hierarquizar as espécies e pessoas a partir da destituição da humanidade dessas mulheres e das pessoas negras em geral (LUGONES, 2014; NASCIMENTO, 2017). Associar essa mulher a bicho produz um efeito de irracionalidade, de não responder por si. Esse lugar coisificado é

confirmado no trecho em que descrevem o território de mangue onde essas mulheres estão:

É abrigo de uma “quase espécie”, a “mulher-caranguejo” (N.01)

A nomeação “quase-espécie” ratifica esse lugar racista de não humano destinado às mulheres negras pelo mecanismo da colonialidade (LUGONES, 2014; NASCIMENTO, 2017). Em momento nenhum as matérias descrevem a classificação racial dessas mulheres. Só caracterizam essas mulheres pela classe social e pela desestruturação familiar como no trecho abaixo

Muito pobres (N.03)

Com histórico de desestrutura familiar e pobreza (N.01; N. 05)

Em se tratando de um país que se baseia na falácia da democracia racial (CARNEIRO, 2005), sinalizar raça/cor dessas mulheres não se faz necessário. Mas basta olhar para as imagens das matérias e assistir os vídeos que veremos pelas retintas. As mulheres noticiadas na reportagem são quase que em sua totalidade negras. E é nessas peles retintas principalmente que o racismo à brasileira opera de maneira mais cruel. Ele é fenotípico. Para Sueli Carneiro (2005) essa relação fenotípica se dá porque “o dispositivo de racialidade também será uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação” (p. 42).

Ainda que não sejam descritas como negras as nomeações de animais ainda continuam, tal qual as mulheres e homens colonizados entre os séculos XV e XIX (LUGONES, 2014; NASCIMENTO, 2011). Essa animalização produz um efeito de pessoas inferiores, destituídas de direitos e de cidadania. Na notícia nove (N.09) é referida uma ausência prévia de cidadania:

Corpos já ausentes de cidadania e são considerados mais desvalorizados (N.09)

Esse reconhecimento se dá pelo fato da notícia nove versar sobre resultados de uma pesquisa feita com essas mulheres. Porém as demais notícias não dão esse tom, antes constituem uma mulher unicamente responsável pelo fato de estar se prostituindo em meio à “lama”.

Sobre os aspectos trabalhados até agora, cabe resgatar Maria Lugones (2014) que sinaliza o caráter impositivo da destituição da categoria de humanidade por parte do homem ocidental sobre a vida das pessoas escravizadas. Para a autora “essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres” (p. 936).

Aqui, essas mulheres não são consideradas humanas. São construídas como caranguejos sujos. E caranguejo você pega, arranca o pedaço, chupa e joga o resto fora. Vira lixo. Imagens de lixo, sujeira e lama vão constituindo o repertório dessa mulher negra. Esse repertório produzindo um efeito de sujeira também está reforçado pelo fato dessas mulheres usarem crack e serem prostitutas. Logo, a sexualidade marginal também suja essas mulheres negras. Esse sentido de lixo, de sujo é reforçada pelos trechos abaixo:

Não possuem dentes, carecem de banho (N.01)

O banho é artigo supérfluo após o sexo(N. 01)

Quando desejam fazer a higiene, procuram a torneira próxima a ponte do limoeiro (N.01)

Tem ferimentos ou marcas deles pelo corpo (N.01)

Emagrecidas, machucadas e com a dentição comprometida (N.09)

19, com corpo de menina de 12 anos e rugas em torno dos olhos comuns a mulheres maduras. (N.01)

Aqui percebemos a produção de sentido de um corpo sujo ao destacarem que essas mulheres carecem de banho. Também constroem sentidos de que essas mulheres são descuidadas com a sua saúde de seu corpo, por terem a dentição comprometida ou até falta de dente, por não se alimentarem direito e serem emagrecidas e por terem ferimentos.

As notícias vão reproduzindo, com essas construções imagéticas, aquela mesma imagem produzida pela colonialidade que descreve as/os negras/os escravizadas/os como bestiais, sujos, hipersexualizadas/os (LUGONES, 2014). Provavelmente, considerando a mídia como um mecanismo da colonialidade, mulheres brancas de classe média alta não seriam produzidas dessa forma.

Com o intuito de manter seus privilégios, a elite brasileira vem historicamente negando acesso à educação, saúde, moradia e outros direitos para essas mulheres.

Porém, as notícias não ressaltam essas condições de desigualdade e vulnerabilização que a sociedade brasileira e seus pressupostos coloniais produzem na vida dessas mulheres negras (CARNEIRO, 2005; LUGONES, 2014; NASCIMENTO, 2017). Constroem uma narrativa que culpabilizam as mulheres negras de forma isolada e descontextualizada pela falta de cuidado com seu corpo, produzindo um sentido de desumanização do cuidado de si.

Na notícia 09, cujo objetivo é abordar uma pesquisa acadêmica realizada com essas mulheres negras, a pesquisadora Mércia Assis descreve as adversidades vivenciadas por elas. Acreditamos importante destacar essas violências que foram registradas nessa notícia em específico para que possamos ter a dimensão das vulnerabilidades vivenciadas por essas mulheres ao longo de suas vidas:

Os relatos foram muito ricos e demonstram o quanto é difícil e preocupante a vida delas. São vidas atravessadas por diversas violências, inclusive sexual, desde a infância à vida adulta. Todas têm vivência próxima com a rua desde criança, um contexto familiar deteriorado e uma ausência de políticas públicas brutal, que só vai emergir quando estão em contexto de extrema vulnerabilidade. (N.09)

Apesar de descrever as violências vivenciadas por essas mulheres ao longo de sua vida, as notícias não caracterizam o caráter racista e misógino intrínsecos à sociedade, que fazem com que situações como essas sejam corriqueiras na vida das mulheres negras nessa sociedade. A situação de vulnerabilização sempre foi uma realidade na vida das mulheres negras e pobres. Ao término da institucionalização da escravização, as pessoas escravizadas ficaram desamparadas de políticas sociais que garantissem o mínimo de condições de subsistência. Sempre foi necessário muito esforço para que essas mulheres sobrevivessem e resistissem às condições adversas à sua existência. No caso das mulheres estudadas nesta dissertação, é uma realidade análoga da vivenciada pelas mulheres negras na época da escravidão (DAVIS, 2016). Como diz a cantora Luedji Luna no trecho de sua música Iodo + Now Frágil, são “políticas uterinas de extermínio de um povo que não é reconhecido como civilização” (p.01).

A notícia 04 intitulada “violência e medo são parte da rotina” (N.04) descreve as violências atuais vividas pelas mulheres negras e pobres que se prostituem na ponte do Limoeiro. Descrevemos algumas abaixo:

Fernanda perdeu os dentes da frente depois de ser atraída por um homem que a arrastou por um dos braços pela janela do carro. (N.04)

Maria passou a virada do ano amarrada a uma árvore em uma mata do Recife. (N.04)

Uma jovem escapou de morrer após ser esfaqueada por um desconhecido. (N.04)

Outra mulher apareceu morta na lama e um homem foi vítima de tentativa de homicídio. (N.04)

Apesar de terem sido abordadas de forma sensacionalista, destacamos as situações de vulnerabilidades vividas por essas mulheres e que de certa forma são visibilizadas pelas notícias. Importante destacar que as violências têm certo requinte de crueldade muito peculiar da intersecção entre gênero e raça. Os corpos das mulheres negras que estão em situação de maior vulnerabilidade como a ruas acabam sendo mais tocados e acessados, machucado de forma extremamente violenta. E essas violências muitas vezes são deslegitimadas como observado no trecho final da notícia quatro (N.04) que é a fala de um delegado:

O delegado Alfredo Jorge investiga os crimes, mas não confirma o suposto vingador. “A tentativa de homicídio da mulher pode ter sido passional. Já a vítima que apareceu morta pode ter sofrido morte súbita. Quanto ao homem, não seria frequentador do local”, afirma Alfredo Jorge. (N.04)

Destaque para o fato de o policial utilizar a nomeação “passional” para adjetivar a tentativa de feminicídio vivenciada por essa mulher negra, ratificando uma não valorização da violência sofrida, que deve estar associada ao fato dessas mulheres serem prostitutas e fazerem uso de crack. A banalização da violência e da morte de pessoas negras produzidas pelo racismo se expressa mais uma vez aqui. Segundo Débora Prado (2017)

O racismo é um fator determinante para o número elevado de feminicídios no Brasil. O legado histórico da colonização e desenvolvimento econômico baseado na escravidão e exploração da população negra não só aumentam o risco de violência fatal, como geram condições de vida muito desiguais. Os indicadores sociais brasileiros, quando avaliados na perspectiva das mulheres negras, revelam um contexto de desigualdades que potencializam o risco de vida, prejudicam o acesso à justiça e a outros serviços que devem ser garantidos pelo Estado e reforçam caminhos de desvalor de vidas (PRADO, 2017; p. 61).

A maior parte do conteúdo do vídeo do Diário de Pernambuco – VDP – também é destinado ao relato dessas mulheres acerca das violências sofridas. Elas narram as situações vividas, principalmente as violências praticadas pelos clientes:

A gente entra no carro e não sabe se vai voltar. Muitos batem. Outros saem com nós e não paga. Faz e acontece. Eles botam a gente para fora do carro com revólver na cabeça. Tem uns que jogam a gente dentro do carro. Chega até a matar uma de nós. (VDP, 2'32")

Eu fui até estuprada. Ele disse que ia parar e não parou. Aí ele começou a dar porrada. Me bateu muito. (VDP, 2'35")

Tenho medo de alguém chegar, danar uma pedrada ou jogar álcool e tocar fogo e ficar por isso mesmo (VDP, 3'51")

Os relatos acima mostram as violências de gênero e raça vivenciadas cotidianamente pelas mulheres negras que estão no mangue de Santo Amaro. Ao assistir tanto o vídeo do Diário de Pernambuco quanto o da Record o que chamou nossa atenção foi o tamanho das cicatrizes no corpo dessas mulheres negras. Parece que o racismo dá um tom de crueldade às violências sofridas por essas mulheres. São estupros, facadas, armas na cabeça. Violências que não importam para a sociedade colonizada, que ainda responsabiliza essa mulher pela realidade vivida.

O corpo das mulheres negras foi constituído historicamente, inclusive pelas mídias coloniais, como de livre acesso. Segundo Lélia Gonzáles (1984), um dos lugares produzidos socialmente para o corpo das mulheres negras está ligado à carnavalização. Assim, este corpo é produzido a partir de uma permissividade de ser tocado, usado, estupro. Afinal, como afirmam Abdias do Nascimento (2017) e Angela Davis (2016), o embranquecimento da sociedade se funda no estupro da mulher negra.

As notícias também produzem essas mulheres como violentas, como no trecho a seguir:

Entre as mulheres, a violência é outra constante. A mesma que foi amarrada ateou fogo em uma das colegas que dormia (N.04)

Ao constituir essa mulher como violenta, as notícias acionam um repertório de ameaça e periculosidade típica do racismo (NASCIMENTO, 2017). Outros repertórios acionados pela matéria corroboram com essa imagem de ameaça, só que dessa vez a ameaça está relacionada com o risco de contaminação por doenças e infecções sexualmente transmissíveis. O título da notícia 02 deixa essa afirmação bem negritada

Risco de doença não afasta clientes (N.02)

O título acima chama nossa atenção a partir de dois principais aspectos. O primeiro é que sinaliza para o risco de uma possível contaminação dos clientes, ponto que será mais abordado no item “contexto” desta análise. A outra questão é o fato das palavras “risco” e “doença” estarem no singular, dando destaque para o risco de contaminação de uma doença. Acreditamos que o destaque para a chamada da matéria está relacionado com o risco de infecção pelo HIV/AIDS. Síndrome que foi/é utilizada pelas mídias sensacionalistas, para produzir efeitos estigmatizantes e preconceituosos, principalmente contra a população LGBT e prostitutas (ALMEIDA, 2008).

Ainda na notícia 02 esse risco torna-se realidade quando é descrito nas notícias uma ação da Secretaria de Saúde onde é referido que algumas das mulheres estão infectadas, constituindo a possibilidade real de contaminação por parte dos clientes. Segue abaixo o trecho:

O último levantamento feito no lugar pela Secretaria Municipal de Saúde constatou que, de 19 jovens testadas, duas eram portadoras do HIV, o vírus da Aids, e cinco tinham sífilis. (N.02)

Risco que se efetiva de fato, quando na mesma notícia é informado que “a maioria” dos homens pede para fazer sexo sem o preservativo, e que as mulheres “afirmam” que esses mesmos homens fazem proposta de mais dinheiro, caso o sexo seja feito sem camisinha. Pelo fato dessas mulheres usarem crack, as notícias dão um tom de risco aumentado ao produzir um efeito de que elas são “seres dormentes” (N.01) que fariam qualquer coisa para conseguir mais dinheiro para usar o crack. Essa construção racista associada ao uso de drogas e a destituição de humanidade (LUGONES, 2014; HART, 2014, SAAD, 2013) produz de certa forma uma responsabilização dessas mulheres pela contaminação. O que é corroborado pela reprodução do sentido de uso como algo que tira essas mulheres do lugar de consciência.

O repertório de mulher contaminada vai compondo a imagem racistas das mulheres negras produzidas pelas notícias, fortalecendo uma estética de mulher suja, infectada e desconectada com a realidade. As fotos contidas nas notícias também retratam essas mulheres de cabeça baixa, jogadas na calçada, oferecendo seus corpos, com pouca roupa e pés descalços:



Figura 1 - Foto da notícia 09



Figura 2 - Foto da notícia 03

As notícias também trazem repertórios que evocam sentidos de gravidez e maternidade, como no trecho abaixo:

Maria*, 25, passou um ano morando no mangue, sendo oito meses grávida da terceira filha (N.02)

Maria passou a virada do ano amarrada a uma árvore em uma mata do Recife. Estava grávida” (N.04)

Como descrito no trecho acima, quando as notícias acionam os sentidos de gravidez associado ao uso de drogas produzem um efeito que está relacionado com

a culpabilização destas mulheres por estarem grávidas e usarem drogas. O que publiciza esta relação na dimensão do julgamento e controle sobre a maternidade das mulheres negras. Mais uma vez o controle destes corpos se expressa, como o caso da retirada das crianças de suas mães ainda na maternidade pela suspeita do uso de drogas. É essa forma de construção midiática que atravessa a constituição de profissionais de saúde e operadores do direito que se julgam no direito de culpabilizar essas mulheres negras e deslegitimar essa maternidade (FREITAS, 2015).

Além das notícias, a relação entre gestação e uso de drogas também é abordada pelo vídeo da Record – VR. Logo no início do programa eles colocam a fala de uma mulher grávida e costurando com um tom sensacionalista a questão:

O narrador avisa: o que você vai ver são imagens fortes.
Repórter pergunta para uma das mulheres: Qual vai ser o destino desta criança?
Ela responde: eu não sei não. Porque as vezes eu penso que é um bebê. As vezes eu penso que é uma doença. (VR, 0'01'')

Além disso, o VR é dividido em blocos e um deles chama-se “As gestantes”. Na introdução do bloco o repórter anuncia que

Antes você vai ver uma situação ainda mais absurda. Por uma pedra de crack mulheres grávidas enfrentam a dramática rotina de prostituição no mangue. Algumas já abandonaram outros filhos. E para ganhar um dinheiro a mais dos clientes, elas fazem programas sem preservativos. (23'27'')

Ao entrevistar uma dessas mulheres negras, destacando que a mesma está grávida de nove meses de gestação, indagam-na sobre o que ela vai fazer com o dinheiro que conseguiu com o programa. Ela responde que vai servir “pra comida para os meus filhos” (25'20''). Mas assim que ela responde entra a voz do narrador para deslegitimar sua fala. Ele diz: “mas logo ela revela o verdadeiro motivo para se prostituir” (25'24'') e em seguida o repórter pergunta: “você usa drogas” (25'29'').

O trecho acima demonstra o papel da mídia através da metáfora do Urubu, no ao silenciar o lugar de fala dessa mulher negra, deslegitimando os motivos trazidos por ela para se prostituir diante da necessidade de levar alimento para suas filhas e filhos. E para fazer isso utiliza a o uso de droga ilícita como instrumento. No mesmo bloco o repórter entrevista outra mulher negra grávida, questionando a mesma sobre

os cuidados com a gestação, dando o tom que a mulher está negligenciando o cuidado com a gestação, além de questionar se a entrevistada sabia quem era o pai.

Logo após, o vídeo da Record passa a palavra para psiquiatras que informam os riscos do uso para a gestante e o feto, que são aborto, parto prematuro, má formação do feto e agitação deste ao nascer, risco de AVC e infarto das gestantes.

Tanto as notícias como o vídeo da Record enfatizam que aquelas mulheres usam drogas enquanto grávidas. Também constroem uma imagem de mulher (ir)responsável pela gestação por si só. Julgando-as moralmente por não saberem quem é o pai. Além disso, ao destituírem essas mulheres do lugar de fala, legitimam a fala da psiquiatria e seus paradigmas médicos para descrever os riscos os quais as mulheres estão, “por escolha”, se submetendo.

O que de fato evidencia-se é que esse paradigma médico produz um poder e oprimem essas mulheres negras e pobres, que têm sua maternidade julgada, publicizada e associada há uma imagem negativa de mulher, típica do racismo que se expressa deslegitimando essas vidas (SAAD, 2013; LUNARDON, 2015; BOITEUX, 2006).

O lugar dessa maternidade julgada expressa uma suposta subversão da posição de gênero dessas mulheres negras, que deveriam estar exercendo seu papel de ama de leite cuidadora das filhas e filhos da elite (GONZALES, 1984). Segundo Lélia Gonzales (1984) um dos lugares normativos destinados às mulheres negras é o de doméstica: “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (p.230).

Reconhecemos que a relação entre gestação e uso de drogas de forma abusiva podem gerar problemas para essa mulher. Mas essa publicização e julgamento da maternidade na relação com o uso de drogas ilícitas não se dá da mesma forma para todas as mulheres. O racismo a destituição da humanidade produzida pela colonialidade faz com que a experiência de maternidade das mulheres negras seja deslegitimada. Convivemos com várias mulheres brancas e de classe média que fazem uso de drogas ilícitas e que não tem seus corpos publicizados e controlados desta forma. Não que as mesmas não recebam julgamentos morais, mas essa provavelmente restringe-se mais à dimensão do privado.

Também pudemos observar que o funcionamento do mecanismo da colonialidade sempre recorre ao saber médico e jurídico como formas de ditar regras e comportamentos sobre a vida das mulheres negras. Desconsideram que a maternidade muitas vezes serve como uma via de redução de danos para essas mulheres negras e, negando a possibilidade do exercício da maternidade ao invés de construir meios para que esse exercício se estabeleça, colocam estas mulheres em condições sociais de maior precariedade (CARNEIRO, 2005).

5.1.2 Repertórios sobre drogas e seus efeitos

A segunda parte desse primeiro bloco da análise está relacionada com os *repertórios sobre drogas e seus efeitos*, e sobre as imagens construídas na relação das mulheres retratadas nas notícias com o uso dessas drogas ilícitas.

As nomeações sobre drogas descritas nas notícias analisadas foram “crack”, “pedra”, “pedra de crack” e “maconha”. A maconha só apareceu uma vez a partir da fala de uma das mulheres que afirma usar a mesma como redutora de danos. A droga que mais está presente nas notícias de fato é o crack, como demonstrado no título da notícia 03 que diz

A venda do Corpo por um pouco de crack (N.03)

O título já sinaliza o tom das notícias. Fala de crack e de prostituição numa relação onde a busca por usar o crack é o motivo que leva estas mulheres a se prostituírem. Mas antes de entrar nessa relação entre crack e prostituição²⁶, vamos debater um pouco sobre os repertórios atreladas ao uso de crack e a relação desse uso com as mulheres negras.

O crack é uma droga derivada da cocaína e surgiu a partir da tentativa de burlar o controle sobre os precursores (éter e acetona) do refino da cocaína, o que permitiu um barateamento da substância tornando a mesma mais acessível às classes mais populares composta hegemonicamente por pessoas negras. Assim, concordamos com Dênis Petruco (2011) que circunscreve o crack como um fenômeno político, cultural e econômico.

²⁶ Será analisada mais afrente, dentro do tópico contexto.

Por volta de 2010, o crack é caracterizado como uma epidemia, e associando a periculosidade e vício a partir do primeiro uso. Desde então, diversas ações foram implantadas para combater a dita epidemia. O Plano Integrado de Enfrentamento ao crack, lançado em 2010, e o Programa “Crack é possível vencer” são exemplos de ações disparadas pelo Governo Federal para combater a dita epidemia.

É fundamental olhar para a construção do fenômeno crack não só a partir das lentes de classe, mas olhar também a partir das lentes de raça. A associação do crack como droga de pobre nos possibilita questionar os aspectos racistas relacionados com essa substância e que contribuem na construção da imagem do que é o crack e de quem usa o crack (PETUCO, 2011; HART, 2014).

O perfil das pessoas que usam crack foi descrito na “Pesquisa Nacional sobre uso de crack – quem são os usuários de crack e/ou similares no Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?”. Realizada em 2014 pela Fundação Oswaldo Cruz, teve o objetivo de caracterizar as/os usuários de crack, principalmente por renda, classe, gênero, raça e padrões de uso.

Segundo dados da pesquisa, do total de mulheres entrevistadas²⁷, 21,32% eram mulheres, com idade média de 29,6 anos (com concentração na faixa etária entre 18 e 24 anos). Destas, 78,56% se autodeclararam não brancas (a proporção de homens declarados não brancos foi de 79,33%), ou seja, pardas ou negras. 36,28% referiram ter uma/um companheira/o ou ser casada. Sobre a escolaridade, 80% cursaram somente o ensino fundamental. Sobre moradia, 45,66% relataram estar morando na rua pelos últimos 30 dias da entrevista, pelo menos. Considerando as capitais, essa proporção vai para 51,51% (ICICT/FIOCRUZ, 2014).

Esses dados circunscrevem através dos marcadores de raça, classe e condições sociais quem são as pessoas que usam crack no Brasil. Fica evidenciado que as mulheres que usam crack no Brasil (e a população em geral, como observado nos dados da nota de rodapé) são hegemonicamente pessoas negras e pobres, sem vínculo empregatício, com baixa escolaridade e vivenciando situações de vulnerabilidade como a moradia na rua.

²⁷ Para fins de conhecimento, descrevo aqui o perfil da população em geral descrita pela pesquisa. A maioria das pessoas usam crack identificadas é de homens (78,68%). A faixa etária é de 30,28 anos, sendo 1/3 concentrada na faixa entre 18 e 24 anos (só foram entrevistadas pessoas acima de 18 anos). Em relação a Raça/ cor, cerca de 80% de autodeclararam não-brancas. Sobre Estado civil, 60,64% declarou ser solteiro. O que concerne a escolaridade, apenas 16,49 % concluíram o ensino médio e 2,35% concluíram o ensino superior. Sobre moradia e renda, 40% são moradores de rua e 65% tem trabalho esporádico ou autônomo (ICICT/FIOCRUZ, 2014).

A constituição de uma relação entre racismo e uso de drogas ilícitas e vulnerabilidade social é abordada pelo neurocientista Carl Hart (2014) em seu livro “Um Preço muito alto”. Primeiramente o autor se localiza como um homem negro e vindo de uma periferia que ascendeu pela educação e dedicou sua vida aos estudos sobre os efeitos das drogas no organismo a partir das neurociências. Dentro do processo investigativo, procurou identificar como se operava as drogas ditas de grande capacidade de dependência no organismo, principalmente as ilícitas.

Uma das constatações do autor é que os efeitos no organismo da cocaína, droga consumida principalmente por pessoas com maior poder aquisitivo, geralmente brancas, é praticamente os mesmos que os efeitos do crack. A partir destas constatações, Carl Hart (2014) começa de fato a refletir sobre os atravessamentos das questões de raça e de classe e uso de drogas e na constituição das narrativas de dependência, como no trecho a seguir:

Uma das coisas que pretendo aqui é examinar de modo crítico a visão que temos das drogas e de seus usuários, o papel que a política racial tem desempenhado nessa percepção; e de que maneira isso levou a táticas de combate às drogas que se revelaram particularmente contraproducentes nas comunidades pobres (p. 23).

Karl Hart (2014) questiona os debates hegemônicos sobre drogas cujo foco é a substância e seu efeito no corpo. O mesmo afirma que as condições sociais produzidas pelo racismo e o processo de pauperização da vida das pessoas negras, influenciam diretamente a relação destas com o uso de drogas. O autor também pontua que muitas vezes o tráfico de drogas é o único caminho possível para pessoas negras e periféricas (seu foco era mais direcionado a uma avaliação do seu lugar de homem e dos atravessamentos dessa masculinidade negra).

O autor ainda afirma que existem mecanismos de poder que atrelam a imagem de droga perigosa e viciante às pessoas negras, para operar de fato o racismo. Uma das táticas desenvolvidas para a manutenção do racismo é associar certas substâncias mais consumidas pelas pessoas negras e pobres, como o crack, a uma forma de uso exclusivamente abusiva. Também há a associação de imagens de periculosidade, de bestialidade e de sujeira (HART, 2014). Pontua então o papel da mídia “Urubu” na consolidação dessa imagem e estética, afirmando que esta funciona “explorando o medo dos brancos e o ódio aos negros [...] e legitimou políticas que na superfície pareciam infensas ao preconceito de cor, mas na

realidade resultavam em aumento dos casos de encarceramento de negros e na negação de seus direitos civis” (HART, 2014, p. 27). Ainda sobre as produções midiáticas relacionadas com o crack, ele afirma que:

A insistência dos meios de comunicação em formas extremamente patológicas de comportamento por parte de usuários de crack nos levou a acreditar em histórias incríveis. Por exemplo, um dos equívocos mais disseminados a respeito do crack era de que a pessoa podia ficar viciada só com uma dose. [...] Outro persistente estereótipo era de que, em sua maioria, os usuários de crack são pessoas impulsivas, que só pensam em conseguir mais drogas. (p.186).

Essa construção espetacularizada (SANTOS, 2009) também está presente nas produções midiáticas analisada nesta dissertação. Agressões físicas, mutilações, prostituição, vício, periculosidade e medo estão na trama dos repertórios acionados.

As notícias também corroboram com a perspectiva hegemônica da relação exclusivamente abusiva, como nos trechos a seguir:

Dependentes de crack (N.01)

As dívidas com o crack constituem um eterno ciclo. Elas sempre estão em situação de dívida e buscam saná-la (N.09)

Dependentes de crack, as mulheres usam o apurado irrisório na compra de droga (N.09)

As notícias descrevem alguns efeitos atribuídos ao uso de crack.

O efeito do crack encoraja na negociação variada com o cliente, na dormida desprovida e na caminhada pela escuridão do mangue (N.02)

Fazem sexo no manguezal, sob efeito de crack (N.01)

Os trechos acima descrevem que o crack tem como efeito a coragem. E essa coragem é usada pelas mulheres para negociarem a prostituição, fazerem sexo e caminharem pela escuridão do mangue. O que é mais importante destacar aqui é que essa coragem atribuída à mulher produz um sentido de mulher frágil que se encoraja a partir do uso da droga. O que se produz como um comportamento desviante de gênero, já que as construções sociais produzidas principalmente pela leitura colonial de gênero (LUGONES, 2014) colocam muitas vezes, as mulheres brancas como frágeis e essa fragilidade também atravessa a construção dos corpos de mulheres negras pela matriz do embranquecimento.

É importante destacar que essa construção de fragilidade foi historicamente negada aos corpos das mulheres negras. Como afirma Angela Davis (2016) as mulheres negras eram açoitadas nas lavouras tanto quanto os homens negros, o que distancia a constituição dessas mulheres negras como corpo com pouca coragem ou frágil e aproxima esses corpos ao sentido de mulher forte, que aguenta açoite e não precisa ser cuidada. Pela construção racista, é esperado que uma mulher negra, ao usar drogas principalmente ilícitas, seja mais violenta e perigosa (GONZALES, 1984; 2011; DAVIS, 2016).

Karl Hart (2014) traz algumas matérias de jornais que associam o sentido racista de periculosidade às pessoas que usam drogas ilícitas a partir dos efeitos que determinadas drogas causam em pessoas negras. Esses efeitos estão relacionados aos sentidos de violência e coragem. Ele descreve, por exemplo, um trecho de um artigo midiático acessado em suas pesquisas que descreve o efeito da cocaína em pessoas negras e que expressam o racismo como constituinte das narrativas midiáticas:

[a cocaína] gera várias outras condições que tornam o “viciado” um criminoso particularmente perigoso. Uma dessas condições é a imunidade temporária ao choque – uma resistência ao golpe decisivo, aos efeitos de ferimentos fatais. Balas disparadas contra partes vitais, que derrubariam um homem sadio, não detém o viciado (HART, 2014, p.234).

Outras notícias relacionadas com aspectos racistas são trazidas por Carl Hart (2014), como um artigo publicado por um autor médico no New York Time, de 1914, cujo título alertava “Negros viciados em cocaína são uma nova ameaça no Sul”, cujo subtítulo afirma “assassinatos e loucura aumentam entre negros de classe baixa porque começam a ‘cheirar’ ao se verem privados de uísque pela Lei Seca!” (p.233). Ele descreve ainda o trecho do artigo que afirma que

Em sua maioria, os negros são pobres, analfabetos e preguiçosos.... Uma vez criado o hábito, o negro não pode mais se curar. A única maneira de impedi-lo de tomar a droga é encarcerá-lo. E trata-se de uma terapia apenas paliativa, pois, ao ser liberado, ele invariavelmente retorna ao hábito da droga (p.233).

Essas notícias corroboram com a nossa afirmação que o dispositivo proibicionista é racista (SAAD, 2013; LUNARDON, 2015; BOITEUX, 2006). Constrói a/o preta/o lixo e justifica os atos de irracionalidade e bestialização. Fundamentam

inclusive práticas higienistas de internamento compulsório, favorecendo o genocídio das pessoas negras e o embranquecimento da sociedade (NASCIMENTO, 2017).

Esse caráter da bestialização e coisificação se expressam nas notícias analisadas a partir da caracterização destas mulheres negras onde é atribuído ao efeito do crack a falta de cuidado de si e a prática de mutilação, como em partes da matérias descritas abaixo

Seres dormentes pelo efeito do crack (N.01)
 Depois de quatro dias acordada com droga na cabeça (n.02)
 Cortou-se em crises depressivas provocadas pelo uso de crack (N.01)
 Cada tiro que dava, me cortava. (N.01)

Esses trechos produzem um lugar de irracionalidade, de perda de sentido de si, de coisificação. Caracterização semelhante ao que foi descrito por Maria Lugones (2014) e Abdias do Nascimento (2017) ao descreverem as pessoas negras na primeira divisão hierárquica da colonialidade.

Essa produção jornalística que associa o uso do crack como inexoravelmente problemático produz efeitos que invisibilizam práticas de redução de danos associada a algumas drogas ilícitas como a maconha:

Só dormia depois de fumar maconha e comer (N.02)

Aqui a maconha aparece como uma droga que ajuda na redução de danos e no cuidado de si. Uma das mulheres relata que procura se alimentar após o uso da maconha. Fato que não é apontado como positivo. Esse uso em substituição a outras drogas onde o uso é mais abusivo é uma das formas de cuidado das práticas que tem como paradigma a redução de danos. Porém, não é interessante para essa mídia a serviço da colonialidade, apontar a possibilidade dessas práticas de cuidado. A própria redução de danos vem sofrendo sérios ataques nesse atual governo instituído após o golpe de Estado de 2016. O então ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, aprovou no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas sua proposta de reformulação da política de drogas, que tem a abstinência como paradigma. A atual política tem seus pressupostos na redução de danos. No dia 01 de março de 2018, ele postou o seguinte comentário em sua página no Facebook:

Hoje, demos um importante passo para o enfrentamento à epidemia de dependência química e de violência que atinge o Brasil. O Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, Conad, aprovou minha proposta de resolução que altera a orientação das políticas sobre o

tema. A partir de agora, o governo federal vai investir em ações que promovam o tratamento dos dependentes químicos, baseando-se no que a ciência tem demonstrado como melhor caminho. Vamos promover a abstinência, afastar as pessoas das drogas, e não ficar enxugando gelo com ações de redução de danos como era feito. A nova orientação também reconhece o papel importante das comunidades terapêuticas no tratamento dos dependentes. Precisamos dar condições para que as pessoas tenham uma vida saudável e produtiva longe das drogas (FACEBOOK, 2018).

A nova política de drogas comentada acima prevê o reforço de práticas de abstinência como única possibilidade para as pessoas que usam drogas. Práticas que tem sua base em fundamentos racistas de higienização compulsória, que não respeitam o contexto das pessoas e não consideram a autonomia dessas pessoas. Mas esses “Urubus” golpistas (políticos inescrupulosos a serviço dos projetos neoliberais) estão de fato querendo continuar o seu projeto de coisificação das/os negras/os que usam drogas, atingindo diretamente mulheres como as noticiadas. Querem limpar a cidade a partir dessas práticas higienistas. E ainda mais mandar as pessoas pretas para as comunidades terapêuticas das quais são donos, conseguindo financiamento para se manterem nos lugares de privilégio à base de dinheiro público e exploração dos corpos negros (SCHWARCZ, 1993).

Essa produção midiática relacionada com o crack e o preconceito associado com o mecanismo do proibicionismo não gera apenas efeito para as/aos leitores as/aos quais as notícias se destinam. Elas também produzem esses sujeitos que usam e que se constituem a partir dessa versão racista. Atravessa quem lê as notícias e quem usa. Pois essa mesma narrativa não só perpassa os jornais lidos pela burguesia, mas também os programas de televisão que se sustentam a partir da espetacularização da miséria (SANTOS, 2009). Basta ver o vídeo da TV Record sobre essas mulheres. Nas notícias pudemos constatar que as próprias mulheres narram de si a partir dessa mesma imagem de lixo, como no trecho abaixo:

Passava a madrugada feito zumbi, circulando no meio do mato. Outras mulheres também fazem isso. A gente vira escrava da droga (N.02)

Uma das mulheres negras usa a nomeação zumbi para descrever a si e a sua relação com o crack. Interessante que essa analogia de zumbi é uma imagem recorrente dentro do imaginário social sobre pessoas que usam crack (PETUCO,

2011). Além da imagem do zumbi, a mulher negra produz a si a partir do lugar de escrava da droga. Associa a escravização do seu corpo, de sua vida com o crack.

Muitas vezes essas mulheres não reconhecem que os processos de escravização são antigos e que atravessam suas vidas, diante da invisibilidade do racismo na sociedade brasileira que são estruturantes e produzem o proibicionismo.

O discurso de escravo da droga também está atrelado à construção das pessoas na relação com a droga. Essa construção ratifica os atravessamentos racistas ligados a algumas drogas como o crack. E constitui essa mulher que se reconhece assim ao falar de si. A mídia tem um papel fundamental na construção dessa imagem de pessoas que usam droga como seres dormentes e perdidos (PETUCO, 2011; HART, 2014). Dênis Petuco (2011) localizou em seus estudos sobre propagandas de prevenção ao uso de crack, a construção da imagem de zumbi associada às pessoas que usam crack.

Existe um documentário chamado “Pedras no Caminho”, produzido pelo Observatório do Cuidado (2018) que debate a problemática das pessoas que usam crack a partir de uma perspectiva de redução de danos. Nele há o depoimento de uma mulher negra e pobre que usava crack sobre a experiência de estar gestante e ser usuária de crack e as notícias relacionadas com esses casos. Em seu depoimento ela afirma que:

Essas propagandas que tão passando, elas estão ajudando a gente a cada vez se sentir, eu acho, que mais deprimido com a situação. Porque o viciado é taxado de ladrão, a viciada é taxada de prostituta. O que o viciado precisa não é de um olhar de nojo. Nem um olhar de medo. O que o viciado precisa é de um ombro amigo. O viciado precisa é de alguém que diga que tu é alguém. Que tu pode.... que tu vi fazer parte do futuro e que tu também é o futuro da nação (7'33'')

A fala acima demonstra a resistência da mulher negra (LUGONES, 2014) ao denunciar as formas de opressões midiáticas na construção de sentidos sobre seu corpo, discordando que esta é a melhor forma. Ela resiste ao afirmar das necessidades dela em relação ao cuidado e acolhimento dos serviços de saúde, que devem cumprir sua função que não é de julgamento.

O fato do racismo produzir sentidos negativos relacionados às pessoas negras, principalmente as retintas²⁸, parece produzir nessas pessoas um reconhecimento subjetivo a partir da coisificação, do negativo, do desvalorizado. Essa mulher negra se produz fala de si a partir de repertórios de deterioração, e de fato o que ela já sentia do racismo piora significativamente. Afundam elas de fato na lama. Não consideram as violências de raça, gênero e classe que interferem nesse uso.

5.1.3 Repertórios sobre contexto

A terceira parte desse primeiro bloco versa sobre a categoria contexto e tem o objetivo de analisar os repertórios relacionados ao território onde as mulheres negras estão inseridas, a construção da prostituição exercida por elas e a relação dessas mulheres com os homens que são citados nas notícias e que frequentam o lugar. A dimensão do contexto ajuda a compor a produção jornalística sobre essas mulheres negras e pobre que usam drogas ilícitas.

5.1.3.1 Território

A necessidade de analisar os repertórios sobre território surgiu a partir da imersão no campo. Começamos a perceber que tais repertórios nos apresentavam elementos que contribuíam na produção das mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas. Em alguns momentos as nomeações relacionadas diretamente com as mulheres se assemelhavam com as nomeações do território.

O território onde essas mulheres estão é Santo Amaro. Segundo dados do IBGE, a população total de Santo Amaro, bairro do mangue Artur de Lima Cavalcante, é de 27.939 habitantes. Destes 54,62% são mulheres e 63,91% são pessoas não brancas. A densidade demográfica do bairro é de 73,52 habitantes por metro quadrado. O valor descrito de Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios é R\$ 1.892,10. A proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio é de 55,32%. Além disso, o bairro é considerado uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), ou seja, dentro desse território tem ações cujo objetivo é resguardar áreas

²⁸ Segundo Sueli Carneiro (2005) “a miscigenação tem-se constituído num instrumento eficaz de embranquecimento do país, por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o “branco da terra” oferecendo, aos intermediários, o benefício simbólico de estarem mais próximos do ideal humano, o branco” (P. 64).

ocupadas por populações de baixa renda. A proposta é proteger o direito a moradia frente à especulação imobiliária, criando mecanismos para facilitar a regularização fundiária e a urbanização (IBGE, 2010). Essa caracterização territorial demonstra que Santo Amaro é um bairro pobre, hegemonicamente habitado por mulheres não brancas responsáveis pelo domicílio e com especulação imobiliária.

O vídeo da TV Record aponta no início da reportagem que o território onde as mulheres negras estão é uma área perto dos centros de poder, como se desse uma conotação de que esses “centros de poder” não conseguem resolver um problema tão perto deles. Segue trecho do vídeo:

O mangue ocupa essa área às margens do rio Capibaribe, no Bairro de Santo Amaro. Uma região muito próxima aos principais centros do poder de Recife: a Câmara municipal, A assembleia Legislativa e o Palácio do Governo de Pernambuco estão a pouco mais de 1km de distância. A sede da Prefeitura fica ainda mais perto. Há apenas 500 metros do mangue (3’10”)

As notícias e os vídeos querem anunciar um incômodo em relação à existência dessas “meninas e mulheres” em um território próximo aos “principais centros do poder” onde “um dos símbolos da paisagem recifense (N.01)”, mangue que representa um importante movimento cultural que agrega valor à cidade, o Manguebeat, é considerado “esgoto sexual (N.01)”. O incômodo se dá principalmente por aquele território estar cheio de mulheres negras e pobres se prostituindo e usando crack, mostrando como Recife é desigual e reproduz e atualiza a colonialidade. Inclusive pela maioria das pessoas que integram “os principais centros de poder”.

As notícias analisadas vão caracterizando esse território, criando um cenário descritivo que foca não só no mangue e sua vegetação, como no lixo, nas práticas que acontecem ali, utilizando sempre a relação com o uso de drogas ilícitas e a prostituição. Nos trechos abaixo podemos ver essa afirmação:

A área é conhecida como ponto de prostituição e uso de drogas (N.08)

No local, mulheres vendem o corpo e consomem drogas em condições degradantes (N.07)

O mangue da Artur de Lima Cavalcante cheira a violência (N. 04)

Nos trechos acima, as notícias retratam que aquele território é violento e que nele há práticas de prostituição e consumo de drogas. Além disso, mas uma vez as notícias adjetivam e valoram essas práticas como degradantes, escolhendo o uso de

nomeações que inferiorizam as mulheres negras, e reforçam essa imagem racista. Outro aspecto que chama a nossa atenção é que ele traz o sentido do olfato para compor o território onde essa mulher negra está inserida, ao afirma que o mangue “cheira a violência”²⁹. Além de uma construção visual, a repórter escolhe ampliar nosso sentido agregando o cheiro, que aqui no caso, sendo de violência, é um fedor. Fedor associado à prostituição e uso de crack.

Fedor associado às mulheres negras e pobres que ali estão. A questão é que essa mídia “Urubu” não considera que a sujeira do mangue também vem da poluição das indústrias, portos e prédios dos “Urubus que tem casas” (Chico Science e Nação Zumbi, 1996) e que jogam suas sujeiras no ambiente e na natureza. Mas de fato esse é um projeto da colonialidade. Dentro do pacote está o total afastamento com a natureza, como apontado por Maria Lugones (2014) e Abdias do Nascimento (2017). Projeto urbanístico imundo, que suja, deixa fedentina e esconde as sujeiras da branca burguesia. Mas como bem avisa Chico Science e Nação Zumbi “ninguém foge ao cheiro sujo Da lama da Manguetown”.

As notícias também caracterizam o território como sujo através das fotos e trechos das matérias, como demonstrado a seguir:



²⁹ Ao ler esse trecho, veio a tona a memória de quando descobri que o racismo tinha cheiro. Em conversa com uma amiga negra sobre as situações racistas vivenciadas por nós, ela conta que um homem branco com quem ela tinha transado havia dito para ela que ela “ tinha cheiro de nego” . E no momento que ela disse isso, me veio a memória que eu já havia escutado que eu ~não tinha cheiro de nego”. E nesse dia descobri que racismo tem cheiro. Também é olfativo.

Figura 3 – Foto da notícia 02

Um dos símbolos da paisagem recifense é também esgoto sexual (N.01)

Preservativos masculinos tomam o chão do percurso (N. 01)

Apesar de as camisinhas se espalharem pelo mangue (N.02)

Embalagens de camisinha são deixadas pelo chão (N.02)

As descrições acima constroem uma imagem de um território cheio de lixo. Mas vale ressaltar que não é qualquer lixo como descrito, mas sim um lixo sexual, vindo de camisinhas espalhadas pelo chão. Esse mangue é caracterizado como “esgoto sexual”. O lixo que está ali é um lixo sexual.

A nomeação esgoto é mais uma adjetivação que reforça esse lugar racista de como a mídia descreve o território no qual essas mulheres negras e pobres estão inseridas. A palavra esgoto utilizado pela repórter faz o nosso olfato ser novamente. Esgoto também tem ratos, restos, cenário propício para essa constituição de não-humanidades. Lixo sexual que é associado a essa mulher negra, que se prostitui. Práticas sexuais das pessoas negras, que são caracterizadas por Maria Lugones (2014) ao descrever a primeira divisão colonial como “promíscuas, grotescamente sexual e pecaminosas” (p. 936).

E por falar em pecaminoso, esse território também é descrito como sujo religiosamente. Após descrever que as mulheres negras ficam corajosas ao usar o crack, a notícia traz a informação que elas só perdem essa coragem quando “se deparam com despachos”, como descrito no trecho a seguir

Tamanha coragem só cai por terra quando as meninas se deparam com despachos deixados por seguidores de religiões de matrizes africanas no meio do mangue. “Tenho medo de cruzar com um despacho desse”, confessa Juliana. (N.02)

O trecho acima deixa negrito o racismo operado pela mídia colonial ao destacar os chamados “despachos” de forma negativada, como causador de medo para essas mulheres. Essa construção reforça os preconceitos relacionados às religiões de matriz africana desde a época da colonização (LUGONES, 2014; NASCIMENTO, 2017).

A perspectiva decolonial denuncia que as práticas religiosas das pessoas negras se enquadravam como uma das características para afirma-las como sujas e

bestiais. Teve sua prática criminalizada, assim como as drogas utilizadas por essas pessoas. Opressões definidas na primeira divisão hierárquica dicotômica da colonialidade, que tem o cristianismo e o catolicismo como referências religiosas (MOTT, 1997; LUGONES, 2014).

Atualmente, mesmo não sendo uma prática criminalizada, as religiões de matriz africana sofrem com o racismo religioso. Os terreiros e as pessoas praticantes da religião são constantemente atacadas. Inclusive, enquanto esse texto era elaborado, aconteceu em Recife uma situação de racismo institucional muito séria por parte de uma vereadora da prefeitura de Recife³⁰.

Ao destacar que a coragem advinda do crack acaba quando “meninas” encontram com as oferendas feitas nos rituais das religiões de matriz africana, reforça o racismo. Traz à cena um repertório relacionado aos chamados “despachos” e associa como mais negativo do que o efeito do crack. Inclusive afirma que o efeito passa quando essas meninas cruzam por eles. E a própria troca da nomeação mulher por menina é um fato a ser negritado. Ao utilizar a nomeação menina e associa-las aos “despachos”, é agravando o efeito descritivo da notícia.

Importante ressaltar que a jornalista produz esse trecho como se fosse uma opinião dada pela mulher, na intenção de se desresponsabilizar dessa informação. Porém ela escolhe essa intencionalidade ao fazer esse destaque. Ela traz para a cena das notícias que anunciam o caso, repertórios associados com o preconceito religioso. As notícias analisadas vêm descrevendo esse território como lixo, e localiza que aquele “esgoto sexual”, além de camisinhas tem um lixo religioso.

Não que essas “meninas” não tenham feito essa afirmação. O racismo é tão cruel e sofisticado, que as próprias pessoas negras produzem racismo entre si e direcionam-no para práticas ancestrais do povo negro. As notícias do jornal fazem a questão de ressaltar essas características. Chamam atenção aos despachos como compondo aquele território.

5.1.3.2 Prostituição

Refletir a produção das mulheres negras e pobres a partir do contexto de prostituição é fundamental, pois a temática da prostituição apresenta-se a todo

³⁰ No dia 04 de fevereiro de 2018, dois dias depois do dia de Iemanjá, a atual vereadora recifense Michelle Collins, do partido Progressista (PP) publicou em sua página do Facebook uma foto cuja legenda dizia “noite de Intercessão no Recife, orando por Pernambuco e pelo Brasil, na Orla de Boa Viagem, clamando e quebrando toda maldição de Iemanjá lançada contra nossa terra em nome de Jesus. O Brasil é do Senhor Jesus” (p.01).

tempo no emaranhado dessas notícias. A prostituição está muito presente na vida das mulheres negras de maneira geral, como um lugar socialmente naturalizado. Segundo Lélia Gonzales (1984) “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (p.226)

A revisão da literatura também apresentou a prostituição como presente na relação entre mulheres e uso de drogas (AGUIAR, 2014; DAL POGETTO, 2015; HAIEK, 2016). Também se apresentou na pesquisa da FIOCRUZ (2014), onde consta que:

A frequência elevada do relato de sexo em troca de dinheiro/drogas – 7,46% (IC95%: 5,60-9,88), quando comparada à população geral, onde a proporção estimada de profissionais do sexo é inferior a 1% (PCAP, 2008). Portanto, o sexo comercial é uma fonte relevante de renda nessa população, com diferenças marcadas por sexo, embora não em consonância com observações assistemáticas, mas frequentes na sociedade, que chegam a atribuir à prática de sexo comercial o financiamento integral do hábito de consumo entre as mulheres (p. 54).

Mesmo que a porcentagem acima descrita se refira a toda população entrevistada, sem divisão por sexo, a pesquisa dá destaque para essa relação. O que corrobora a importância de analisar como as notícias abordam a prostituição e a sua produção relacionada com as mulheres negras.

As notícias utilizam os seguintes repertórios para produzir essa relação :

A venda do corpo por um pouco de crack (N.03)

Mulheres vendem o corpo por valores irrisórios para sustentar o vício de crack (N.05)

Dependentes de crack, as mulheres usam o apurado irrisório na compra de droga (N.09)

Os trechos acima produzem várias questões. A primeira é que neles o “vício” em crack é tido como fator que levam essas mulheres ao uso prejudicial. Produz aqui uma versão em que essas mulheres vendem o corpo, mesmo que por pequenos valores porque precisam comprar o crack. Mais uma vez o repertório relacionado com prostituição produzem essas mulheres negras como dependentes do crack. O que mais uma vez apontamos como um equívoco, concordando com Carl Hart (2014) que afirma: “atribuímos causas às pessoas e deixamos de ver a complexidade” (p.22).

Outro ponto que os repertórios relacionados com prostituição produzem é o não reconhecimento da prostituição como profissão³¹. Apenas na notícia 09, que fala sobre a pesquisa feita com essas mulheres, é que as notícias usam a nomeação “profissionais do sexo” (N.09).

Outra questão que gostaríamos de pontuar é o uso da nomeação “menina” associada com prostituição, como no trecho abaixo:

Meninas aguardam clientes para mais um programa que irá financiar mais um dia de uso de drogas (N.03)

O programa Câmera Record também destaca a nomeação “meninas”, em seguida utilizando a nomeação “gestantes”, como no trecho abaixo:

Boa noite. Nossos repórteres investigaram uma das faces mais deploráveis da prostituição. Em Recife, capital de Pernambuco, meninas gestantes e mulheres de várias idades se prostituem em manguezais, nas piores condições de saúde pública para consumir o crack (8'04”)

A nosso ver, essa nomeação insinua práticas de pedofilia ou exploração sexual de crianças e adolescentes. Como a prostituição é um lugar naturalizado para as mulheres negras na sociedade colonizada, mesmo que considerada uma transgressão de gênero, é muito comum mulheres menores de idade exploradas sexualmente. Essa é muitas vezes a única via produzida pela sociedade para elas (MELCOP, 2009)

A notícia 03, por exemplo, informa que na área já houve a visita de representantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Em novembro de 2012, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a mesma que recebeu denúncias de 20 pontos críticos de prostituição na capital pernambucana, estiveram no mangue da Artur Lima Cavalcanti para conhecer a realidade das meninas. A presidente da CPI, Erika Kokay, chegou a rezar com as mulheres às margens da avenida. Mas de lá para cá, nada mudou. (N.03)

³¹ No ano 2002 a prostituição foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que é o documento que reconhece, nomeia e codifica as ocupações existentes no mercado brasileiro (MINISTÉRIO, 2008).

Outro ponto importante de ser abordado sobre as nomeações acima é que elas colocam a prostituição unicamente como meio de conseguir dinheiro para comprar crack. O trecho abaixo corrobora essa afirmação:

O dinheiro obtido no sexo barato feito na lama é gasto com drogas (N.01)

Esse lugar de prostituição como forma de conseguir sanar o “vício” invisibiliza uma complexa rede de emaranhados que produz a necessidade das mulheres negras e pobres se prostituírem. Principalmente se formos analisar a prostituição a partir de uma perspectiva de raça. Segundo Alyne Nunes (2017) que debate racismo e prostituição

Compreender historicamente o lugar da prostituição no Brasil é aceitar que foram as mulheres negras que estiveram ocupando esse espaço desde a época colonial até os dias atuais. As mulheres negras estão expostas as opressões estruturantes da sociedade de maneira interseccional, tais como, a de classe, raça e gênero que muitas vezes as forçam a escolhas menos privilegiadas de sobrevivência, e a prostituição acaba por ser uma delas. Analisar a prostituição ignorando a questão racial como um dos fatores determinantes de entrada e permanência dessas mulheres negras é garantir a manutenção de um discurso que subsumiu ou excluiu o racismo como elemento central das opressões que estruturam nossa sociedade (p. 01).

Ao olhar a partir de lentes decoloniais, as mulheres negras e pobres sobrevivem em contextos muito adversos (LUGONES, 2014; GONZALES, 2011) e exercer a profissão de prostituta é muitas vezes a única opção tida por elas. Muitas dessas mulheres negras utilizam as drogas para conseguir fazer o programa.

No vídeo do Diário de Pernambuco as mulheres contam a relação com a prostituição e o uso de drogas a partir de outros lugares, como nos trechos abaixo:

Olha é uma.... é má vontade. A gente tem que fazer com má vontade. A gente finge que tá gostando, mas é uma má vontade. Porque eu cheguei até a já chorar. Tendo relação, mas com a cabeça assim baixa, fechando o olho. E pensando que eu só ia arrumar o dinheiro assim para, pelo menos quando eu usasse o crack eu ia esquecer que eu fiquei com aquele homem. (VDP 1'07'')

Na fala acima percebemos que essa mulher negra descreve as dificuldades da prostituição e afirma que o prazer que ela tem ao usar crack ajuda a ela esquecer que se prostituiu com alguém que não queria. No vídeo da Record existem situações efetivas de deslegitimar a fala das mulheres, quando indagadas sobre o motivo de

se prostituírem. Em muitos momentos, o repórter pergunta para as mulheres negras e pobres o motivo para elas se prostituírem. Muitas delas respondem que estão ali para levar dinheiro para casa ou como modo de vida. O que vai além da tentativa do repórter de deslegitimar os motivos que levam essas mulheres a prostituição é a demonstração de resistência dessas mulheres negras na busca de legitimar o motivo de estarem se prostituindo. Na busca por formas de sobrevivência, inclusive financeira, sendo a prostituição uma forma de trabalho.

Ao não visibilizar as questões sociais associadas com a prostituição, as notícias culpabilizam e responsabilizam unicamente essas mulheres negras pelas suas ações. Apaga outras questões relacionadas com a necessidade dessas mulheres negras e pobres se prostituírem, que estão associadas a lugares fixos da colonialidade (GONZALES, 1984). Ser uma mulher negra e pobre nessa sociedade colocam essas mulheres a mercê das piores condições de trabalho dentro do sistema capitalista (NASCIMENTO, 2017), bem como limita a possibilidade desta mulher exercer sua profissão de forma segura ou acessar outras posições. Porém a relação entre prostituição e racismo ainda é invisibilizada nos processos analíticos (NUNES, 2017).

Também destacamos os lugares que o racismo coloca essas mulheres negras e pobres que se prostituem. Apesar do julgamento que paira sobre todas as mulheres prostitutas, há uma diferenciação na forma de construção dessa imagem quando consideramos as questões de raça.

Existem vários tipos de prostituição. Umas são exercidas por mulheres que estão mais enquadradas nas matrizes de embaquecimento e em territórios mais privilegiados em relação às posições sociais onde há uma maior valorização financeira. Em outros cenários, a prática de prostituição é colocadas “na base da pirâmide”, onde as mulheres “fazem sexo barato na lama”. Neste caso são as mulheres negras e pobres associadas a essas práticas (MELCOP, 2009).

A prostituição mais elitizada, chamada pelo vídeo da Record prostituição “de luxo”, está mais presente no imaginário social. Por exemplo, na dissertação de Denis Petuco (2011) com foco na análise de campanhas de prevenção ao uso de crack, o autor aborda o tema da prostituição ao analisar uma das campanhas da seguinte forma:

Vender o corpo nos remete a prostituição. Mas o texto no cartaz não nos fala em “prostituição”, e sim em “vender o corpo”. De fato, a imagem desta mulher sentada em meio à imundice não permitira pensar em uma prostituta. A prostituição costuma ser representada por imagens de mulheres bem maquiadas, vestindo roupas sensuais, em seu *trottoir* noturno, em seus jogos de sedução (p. 53).

As considerações acima do pesquisador constroem uma imagem de prostituta acionando marcadores de classe para descrever o que ele entende como prostituta. Inclusive desassocia a mulher na peça analisada de uma prostituta de fato por ela está no meio da sujeira.

Essa dissociação entre a mulher retratada na propaganda como prostituta pode estar relacionada com o fato dessa mulher da propaganda de sua pesquisa ser uma mulher branca que é imediatamente deslocada daquele lugar como se não pertencesse a ele. Como se não pudesse ser uma prostituta. No caso das notícias analisadas nesta dissertação, a sujeira, e a menos valoração fazem parte da produção dessa mulher negra. Ainda sobre a não associação entre mulheres brancas e a prostituição, o autor continua: “fala-se de vender o corpo por uma pedra de crack, e o que vemos é uma mulher jovem, bonita, suja e malvestida, atirada no chão, sentada sobre pedaços de papelão e trapos de tecido” (p. 53).

Só para fazer um contraponto, trago a foto³² da notícia 09:



Figura 4 – Foto da notícia 09

Parece que Dênis Petuco (2011) descreve a imagem da foto acima, onde uma das poucas diferenciações é a cor da pele. O autor não consegue considerar que uma mulher branca pode ser prostituta e estar em meio ao lixo. Podemos indicar como um dos efeitos produzidos por essa diferenciação é o alerta da elite em não

³² Trouxe algumas imagens para o corpo do texto devido a necessidade de dar destaque para algumas imagens.

usar crack, se não pode se sujar e se degradar, abrindo mão da supremacia racial (CARNEIRO, 2005; NUNES, 2017).

A prostituição é valorada pela cor. A prostituição das mulheres negras é caracterizada como

Estão na base da pirâmide da prostituição (N.01)

São consideradas sobras do mercado do sexo, onde a miséria dita as regras.” (N.09)

Ocupantes da base da pirâmide da prostituição (N.01)

Prostitutas estão malocadas” (N.01)

A moeda corrente no mercado do sexo praticado na lama pode ser R\$2, R\$5 ou R\$10” (N.09)

Vendem o corpo por valores irrisórios para sustentar o vício de crack (N.05)

Usam o apurado irrisório na compra de droga (N.09)

Não possuem dinheiro para custear passagens para bairros mais abastados, como Boa Viagem, onde a prostituição acontece nas Avenidas conselheiro Aguiar e Domingos Ferreira” (N. 03)

para dar conta das dívidas, precisam fazer inúmeros programas com essa média de preços por dia (N.09)

para consumir uma pedra de crack é preciso executar vários programas, pois além dos valores baixos cobrados, muitas vezes precisam pagar aos homens que mediam a relação entre elas e os clientes (N.09)

Todos os repertórios relacionados acima valoram essa prostituição e essa prostituta. Descreve e equipara dois tipos de prostituição. As notícias valoram a prostituição e responsabilizam essas mulheres negras e pobres por suas condições de vida. A mídia não problematiza aqui as condições de raça, gênero e classe e gênero que atravessam a vida dessas mulheres, porque o interesse maior dessa reportagem é contribuir com uma imagem de mulher ameaça.

A maior parte do vídeo da Record (até 47' 12``) aborda e retrata essas mulheres. Mas nos 12`, o vídeo dedica-se a mostrar a realidade das “prostitutas de luxo”. Quem assiste o vídeo passa 40 min conectada com uma narrativa de construção sobre mulheres negras e seus corpos degradados, e tem um abrupto corte para a vida de uma mulher, branca, de cabelos loiros e alisados. O apresentador afirma que para uma prostituta de luxo, “o tempo é a alma do negócio”.

O vídeo também apresenta esse bloco sobre a parte luxuosa da prostituição com uma vinheta que lembra uma música erótica enquanto mostra curvas de um corpo de mulher de pele branca.

Em todo momento que ela é entrevistada, os repertórios acionados vêm constituindo essa mulher como autônoma e bem sucedida. É mostrada essa mulher pegando os clientes com seu carro de marca boa além de serem descritos os bens adquiridos por ela através da prostituição, inclusive alguns apartamentos. Em nenhum momento o repórter pergunta se essa mulher branca usa drogas, demarcando uma abordagem diferente quando comparada às entrevistas das mulheres negras. Ainda que o vídeo tenha objetificado o corpo dessa “prostituta de luxo”, produzem uma imagem de mulher autônoma e independente, que vive no luxo através de sua prostituição.

As mulheres negras e pobres que se prostituem em Santo Amato reconhecem que existem semelhanças e diferentes entre as prostituições, demarcando essas diferenças a partir do território, como no trecho abaixo:

A prostituição é igual em todo canto, mas em Boa Viagem a menina compra roupa, sandália. Aqui a gente vende o corpo pelo crack (N.03)

A percepção dessa mulher negra que vive em condições de opressão reconhece que a prática de prostituição é a mesma em todo lugar, mas logo em seguida ela diferencia essa prostituição e valora a partir do marcador drogas e acesso a bens de consumo.

Essa mulher negra produz a si reconhecendo que o fato dela usar droga desvaloriza a sua prática de prostituição, corroborando com uma visão de menos valia de seu trabalho. Ela não reconhece os atravessamentos dos mecanismos da colonialidade e do racismo para com sua vida, produzindo um discurso de menos valia de si devido o uso de drogas.

Pontuamos assim que o lugar de maior violência, de maior vulnerabilidade, de produção de prostituição como lixo e não como luxo é hegemonicamente das mulheres negras e pobres. Sempre foi assim. E mais uma vez essa mulher se reconhece apenas como alguém que usa e vive em função do crack. Por uma questão sua. E não reconhece também que o racismo, machismo e capitalismo a fazem continuar ali no mesmo lugar (GONZALES, 1984; 2011).

São essas mulheres negras e pobres que foram colocadas na base da pirâmide da prostituição. Na base da pirâmide do capitalismo que sempre coisificou os corpos negros (NASCIMENTO, 2017). Essas mulheres recebem valores muito baixos pela sua profissão, o que produz uma tensão entre prostituição e trabalho escravo. O “sexo praticado na lama pode ser R\$2, R\$5 ou R\$10” (N.09). Sempre foi assim, porque “a carne mais barata do mercado³³” é a carne da mulher negra e pobre. Receber esse valor pelo seu trabalho deixa o mesmo análogo ao trabalho escravo.

É muito grave não reconhecer essas especificidades que o racismo e a colonialidade produziram nessa mulher negra prostituta. Segundo Alyne Nunes (2017)

O posicionamento em escolher não utilizar a categoria racial para apreender o fenômeno da prostituição, principalmente no Brasil, permite a manutenção das violências que atingem as mulheres negras (p.08).

Outra forma de construção de narrativas sobre a prostituição, que é descrita pelas notícias é a tensão entre público privado e a forma da prostituição operar. Vejamos os trechos abaixo:

Privacidade não existe na hora do sexo. “A gente faz em pé mesmo. Mas tem sofá lá dentro, bicicleta de ginástica. Tem até colchão box. Tem árvore daquelas dobradas. Mas não gosto das árvores. Cheguei a ver sangue nelas”, relata Juliana*, 23 anos (N.01)

Algumas chamam a atenção mostrando parte do corpo (N.09)

As concepções de privado ou privacidade expressas acima são eminentemente burguesas e decorrem do contexto dos sujeitos. Logo a exposição que choca a repórter nada mais é do que parte do contexto no qual foram criadas essas mulheres. Muitas crescidas em casas de apenas um cômodo, onde as relações sexuais ocorriam aos olhos de todas e muitas vezes em situações de violência.

5.1.3.3 Homens na relação com as mulheres negras e pobres

³³ Trecho da música A carne, que ficou famosa na voz da cantora negra Elza Soares.

Trouxemos o tópico `homens na relação com as mulheres negras e pobres` por considerar o caráter relacional dos homens na produção dessas mulheres, auxiliando na compreender sobre os efeitos produzidos a partir desta relação.

Vários homens são descritos como circulando pelo mangue e se relacionando com as mulheres negras, a partir da relação com as drogas e com a prostituição. Eles são nomeados como “clientes”, “pescadores”, “traficante”, “falsos clientes”, “policia militar” e “usuários de drogas”. As notícias caracterizam esses homens pela classe social, pela profissão, pelo estado civil e relação com o tráfico.

A primeira questão que queríamos descrever é a caracterização dos clientes. As notícias chamam a atenção para a presença de clientes casados e de classe social alta, como nos trechos abaixo:

Eles pertencem a variadas classes sociais e profissões (N.01)

Também há os casados (N. 01)

À noite, carros de marca boa, de gente de classe alta, param para contratar meninas ou comprar drogas (N.04)

Considerando que o Diário de Pernambuco é acessado por um público hegemonicamente da do perfil A e B, a notícia de que há homens casados e de classe média alta no local produz um alerta para a elite sobre os riscos que ela pode estar correndo. Inclusive o último trecho acima é um alerta dado por um delegado.

Esse alerta pode servir para as leitoras do jornal, mulheres da elite pernambucana, hegemonicamente brancas, da possibilidade de seus maridos estarem acessando o mercado da prostituição caracterizado como “mais barato”, e “esgoto sexual”. Importante frisar que essas possíveis leitoras também são oprimidas pelos mecanismos da colonialidade que reforçam um lugar do privado e de docialização para essas mulheres (LUGONES, 2014).

As notícias também alertam sobre a possibilidade de contaminação dos homens que frequentam o mangue, como no trecho abaixo:

Risco de doença não afasta cliente (N.02)

A maioria dos homens pede para fazer sexo sem proteção (N. 02)

As mulheres afirmam receber proposta de mais dinheiro caso aceitem a relação sem preservativos (N.02)

No início da análise vimos que os repertórios apontam para a produção dessas mulheres como “contaminadas” pelo vírus do HIV e Sífilis. Esse alerta de contaminação ganha uma maior intencionalidade, pois aqui se coloca um agravante a possibilidade de a elite poder ser contaminada. Inclusive as notícias chamam a atenção para o fato de que as mulheres negras recebem ofertas financeiras maiores, caso aceitem fazer sexo sem preservativo. O que corrobora com um efeito de constituir essa mulher como uma ameaça sanitária.

As notícias descrevem que os clientes têm mais desejo e buscam mais mulheres, quando mais “sujas e deterioradas pela droga”, como no trecho abaixo

Quanto mais suja e deteriorada pelas drogas a mulher está, mais ela é procurada pelos clientes (N.01)

A frase acima constrói uma imagem de fetiche pelo sujo. Ao sabermos que a mulher a qual se refere o trecho é negra, nos remetemos a um funcionamento perverso do racismo que se atualiza desde o tempo em que os senhores de engenho estupravam essas mulheres ditas bestiais, pecaminosas. É uma relação de associação com esses dois momentos históricos e uma prática que se atualiza. Associam inclusive a degradação delas com o número de clientes (DAVIS, 2016).

À noite, o número de clientes aumenta, e com eles a degradação das meninas (N.01)

Destaque mais uma vez para o uso da palavra “meninas” ao invés de “mulheres” no trecho acima, remetendo a práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes.

As notícias também produzem um lugar hegemônico na descrição dos homens ao colocarem os mesmos como violentos, como no trecho a seguir:

O manguê da Artur Lima Cavalcanti cheira a violência, na maioria das vezes praticada por clientes ou falsos clientes (N.04)
 Fernanda perdeu os dentes da frente depois de ser atraída por um homem que a arrastou por um dos braços pela janela do carro (N.04)
 Uma jovem escapou de morrer após ser esfaqueada por um desconhecido. Outra mulher apareceu morta na lama e um homem foi vítima de tentativa de homicídio. Há boatos de que um homem estaria tentando se vingar das mulheres porque teria contraído o HIV (N.04)

Os trechos acima denunciam violências cometidas pelos clientes que frequentam o lugar, caracterizando esses clientes como violentos. É fundamental reconhecer que essas violências são uma realidade para essas mulheres. Inclusive

no vídeo do Diário de Pernambuco elas descrevem as violências vividas com certo requinte de crueldade (inclusive pelo tamanho das cicatrizes no corpo dessas mulheres negras), do qual atrelamos principalmente ao racismo e ao machismo produzindo a gravidade de violência e vulnerabilização vividas por essas mulheres negras (DAVIS, 2016; NASCIMENTO, 2017).

Gostaríamos de destacar também que a mídia reforça um estereótipo de violência típico de construções midiáticas que produzem homens a partir de masculinidades hegemonicamente tóxicas e violentas (MEDRADO, 1997). Em apenas um trecho, eles trazem esses homens como também ajudando e cuidando das mulheres, como demonstrado abaixo:

“Tem cliente que passa e dá comida”, conta Fernanda (N.01)

As notícias também trazem para a cena os traficantes e usuários de drogas, contemplando outras classes sociais como descritas acima. Para Sueli Carneiro (2011) classe social que tem cor, e nesse caso as descrições são relacionadas com homens negros e pobres que frequentam o mangue. Estes são tidos como responsáveis por atrair clientes, mediar a negociação da prostituição e serem responsáveis pela necessidade das mulheres aumentarem seu número de programas

A dívida aumenta quando são obrigadas a pagar os traficantes e usuários de drogas que mediam a relação entre elas e os clientes (N.09)

As mulheres ficam a mercê de traficantes do espaço (N.09)

Estes cobram pelos programas que conseguem facilitar para as mulheres (N.09)

Muitos são atraídos também por outros usuários ou pequenos traficantes (N.09)

Os repertórios relacionados aos traficantes dão um tom de periculosidade. Essa produção de sujeito traficante é racista e produz masculinidades negras atreladas a um estereótipo de violência (HART, 2014; BATISTA, 2005).

As notícias também produzem um lugar de passividade ao afirmar que as mulheres são agenciadas pelos homens negros traficantes, reforçando esse lugar colonial de gênero ao relacionar mulher e passividade. Mas também remetendo a

um lugar colonial de raça, ao coisificar as mulheres negras (CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2017; DAVIS, 2016).

Um dos blocos do filme da TV Record constrói e reforça esse lugar de passividade da mulher, ao construir uma narrativa onde o resgate de sua realidade de violência só foi possível por causa de um homem. Um dos blocos da reportagem chamado “A sobrevivente do mangue”, o repórter anuncia o caso da seguinte maneira:

Angélica contou com a ajuda de um traficante para vencer o crack. Parece ironia do destino, mas ele se apaixonou pela jovem que fazia programas no mangue, totalmente debilitada pelo uso incontrolável da droga. Hoje a vida dos dois mudou de rumo por um único motivo, o amor que surgiu entre eles (35`09``)

O traficante, um jovem negro, por “ironia do destino” se apaixonou por uma dessas mulheres. A palavra ironia reforça um lugar de coisificação e de degradação que tanto as reportagens reproduzem. Como se fosse impossível alguém se apaixonar por uma mulher naquelas condições: de estar suja, descuidada, contaminada, prostituta.

O vídeo prossegue mostrando o cotidiano dessa mulher “salva” por um homem. O que nos chama a atenção é a forma como a reportagem constrói o cotidiano dessa mulher salva. Filmam grande parte do bloco na cozinha, mostrando Angélica cozinhando e servindo o marido. Essa forma de construção narrativa produz um lugar hegemônico colocado para as mulheres negras. O do espaço privado e doméstico. E para a mulher negra a cozinha é de fato um lugar produzido a partir da colonialidade, como aponta Lélia Gonzales (1984). Sempre a cozinha. Cozinha de sua casa para cozinhar para o marido. E cozinha da elite, da casa grande, servindo a burguesia e sendo violentada pelos “Urubus” colonizadores.

Outro destaque é a relação de traficantes como mediadores, sendo produzidos como cafetões e reforçando mais uma vez um lugar de passividade para com as mulheres por terem seus programas mediados por esses “traficantes”. Esta questão está presente principalmente na notícia 09 que informa sobre dissertação de mestrado defendida na UFPE por uma Assistente Social estudante de serviço social. Ela realizou o estudo entrevistando essas mulheres diretamente.

A notícia 09 se diferenciam das outras que não produzem essa relação de mediação entre as mulheres e os traficantes e usuários, principalmente em relação

aos pagamentos e mediação. Mas este é um ponto que precisa ser levantado, pois é uma das principais pautas abordadas pelo movimento das profissionais do sexo. Estas afirmam que mesmo a prostituição sendo uma profissão reconhecida, não existe espaços seguros para elas realizarem seu trabalho. Assim, essas profissionais denunciam as situações de exploração e vulnerabilidades pelo agenciamento desses homens.

Ainda em minoria, as notícias sinalizam certo agenciamento e protagonismo das mulheres na negociação dos programas, sendo evidenciadas práticas de resistência destas mulheres apesar das situações de violências. A mesma notícia 09 chama a atenção para esse ponto, como observado no trecho abaixo:

A pesquisadora destaca, no entanto, que é preciso considerar o fato de que, mesmo em meio às adversidades, estas mulheres tomaram decisões e caminhos para suas vidas, ou seja, não são destituídas de protagonismo. “Não se pode desprezar o fato de que o Chupa-chupa, como é chamado o local, é um território construído por mulheres que o fizeram para determinadas práticas e atos”, pontua. (N.09)

As invisibilidades acerca da capacidade de agenciamento, protagonismo, autonomia e resistência das mulheres negras (LUGONES, 2014) em algumas cenas como as relacionadas com as drogas ilícitas é um fato. Essas invisibilidades foram denunciadas pela tese de Luciana Ribeiro (2012) cujo título é “Crime é “coisa de mulher”: Identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE”. Mesmo debatendo as questões a partir de uma perspectiva de criminalidade, ela destaca que as mulheres podem ter seu protagonismo nas cenas de crime:

Os resultados alcançados com o fim da pesquisa e a escrita da tese posicionam as mulheres praticantes de crimes aqui pesquisadas se alternando em relatos performáticos e manipulatórios que, a todo tempo, positivam suas habilidades ilícitas, dando novos contornos às suas identidades femininas. Nas análises ficou claro que não é a busca, nem mesmo, a incorporação de um ethos masculino que está em jogo para essas mulheres, mas sim, a busca de uma forma de ser feminina em um espaço social por elas composto, ao qual demonstram atribuir uma significação própria. As jovens reafirmam suas identidades a partir do cenário da criminalidade com um universo de ideias que considerem suas práticas ilícitas, muitas vezes violentas, como formas femininas próprias de atuar na criminalidade a partir de qualidades e de habilidades específicas elencadas por elas como necessárias para se constituírem como mulheres criminosas.

A reflexão trazida pela pesquisadora pode ser ampliada para uma reflexão do protagonismo e agenciamento dessas mulheres também nas cenas de uso de drogas ilícitas e prostituição. Por exemplo, em nenhum momento elas foram colocadas como traficantes.

5.2 Efeitos produzidos

Dividimos os efeitos a partir de dois aspectos. O primeiro, considerando o perfil do público que mais consome este jornal, bem como os possíveis efeitos que podem produzir nessas pessoas. O segundo aspecto está relacionado com alguns efeitos que podem ser produzidos na vida dessas mulheres negras e pobres.

5.2.1 Efeitos produzidos na família tradicional branca burguesa oligárquica

A nomeação família está presente ao longo de todas as notícias. Avisam que essa mulher além de pobre tem “histórico de desestrutura familiar” (N.01). Ao mesmo tempo avisam que entre os clientes que ali estão que “também há os casados” (N.01). Ao sinalizar esse contraponto, as notícias não só denunciam que essas mulheres não prezam pela instituição família. Afinal, ao invés de estarem “cumprindo” sua função de mulher negra “escolheram” ser drogadas e prostitutas. Além disso, não estão dentro de um molde estruturado de família, pois sua família é desestruturada (GONZALES, 2011; 1984).

Além de serem de família desestruturada, podem desestruturar as famílias tradicionais, pois homens casados de classe média alta podem frequentar aquele lugar e se contaminar com “a” doença, como sinalizado no título da notícia 02.

Ao evocar o repertório família, convoca um tipo específico de família e seus valores. Valores da branquitude colonizadora. Valores de uma “família Urubu”. Valores cristãos, por colocar o cristianismo como única prática religiosa e ser extremamente racista com a religião de matriz africana. Valores de cor, pois coloca a branquitude como referência de beleza e potência, produzindo referências para pessoas negras a partir de uma matriz de inferiorização (FISCHER, 2002; BENTO, 2009; SANTOS, 2009). Valores de gênero, que quer manter as mulheres sempre em posição de submissão ao homem. Valores burgueses de manutenção do acúmulo de capital a partir da exploração das/os negras e negros. Valores da colonialidade (LUGONES, 2014; GONZALES, 2011).

Os “Urubus” querem manter o poder na relação dominador e dominado. Querem continuar mantendo seus privilégios inclusive orquestrando golpes de governo, como o de 2016 que destituiu a primeira presidenta mulher que esse país já teve.

A construção de imagem lixo atrelada às mulheres negras e pobres fortalece a justificativa de genocídio dessa população. De embraquecimento da sociedade. E de higienização dos territórios. Os repertórios relacionados com o território produzem alguns efeitos associados a essas mulheres constituindo-as como uma ameaça. Essa ameaça pode ser expressa pela via sanitária, pois a mulher é construída como suja, sem higiene e contaminadas pela sífilis e HIV; moral, pois o uso de drogas é construído como sujo e a prostituição é construída como suja, barata, contaminada, marginal e sem privacidade; e religiosa, por ser um território frequentado por pessoas ligadas aos cultos de matriz africana. Uma ameaça à moral que é branca e burguesa, que produz uma visão dessas práticas como sujas e desviantes. E o que fazemos com o lixo? Limpa, joga fora.

Essas práticas de higienização de territórios são bem clássicas em Recife/PE. Por exemplo, temos o projeto Novo Recife³⁴, cujo objetivo de seu projeto urbanístico é a construção de moradias de alto custo numa das poucas faixas de água do centro da cidade. Por ser uma das últimas faixas de água, a região está sendo alvo de especulação das grandes empreiteiras de construção civil.

Esse projeto faz parte de uma perspectiva de urbanização da cidade do Recife, dialogada entre grandes construtoras do mercado imobiliário e os governantes “Urubus”. Como a cidade não tem mais para onde crescer em área a ser construída, as construtoras estão investindo em territórios do centro do Recife/PE. Um dos principais focos da urbanização são as últimas faixas de água do centro, principalmente o Cais José Estelita, a Rua da Aurora e a Vila Naval. A faixa

³⁴ O Projeto Novo Recife se trata de um empreendimento privado que propõe a construção de 14 edifícios de alto padrão de uso residencial, empresarial e hotéis, em um terreno de 100 mil metros quadrados localizada no Cais José Estelita, sendo uma das últimas frentes de água disponíveis para construções na cidade, próxima ao centro histórico e na divisa entre as Zonas Norte e Sul.

O terreno foi arrematado pelo Consorcio Novo Recife - composto pelas empresas Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos e Moura Doubeux - em 2008 em leilão realizado pela União Federal para venda dos bens deixados pela falida Rede Ferroviária Federal Sociedade Anonima (RFFSA) com o objetivo de pagar o passivo trabalhista. Tanto o leilão quanto o Projeto Novo Recife estão sendo questionados atualmente por duas ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Pernambuco e três ações populares propostas pelo Grupo Direitos Urbanos em parceria com o Centro Popular de Direitos Humanos.

de água da Vila Naval é exatamente o local onde estão as mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas e usam drogas, as chamadas pela mídia “Urubu” de “mulher-caranguejo”. As mesmas mulheres negras que, a partir da análise dos repertórios acionados pelas notícias, são construídas como lixo. E lixo tem que ser limpo, para que a cidade fique embranquecida, higienizada. E o mecanismo colonial de embranquecimento operar produzindo genocídio dessas mulheres negras (DIREITOS URBANOS, 2017; NASCIMENTO, 2017; LUGONES, 2014).

Esses projetos têm como princípio ético-político a colonialidade. O mercado imobiliário tem tentado construir em Recife/PE uma política de embranquecimento, ao vender um projeto imobiliário e uma qualidade de vida burguesa, que por si só é excludente e produz desigualdade. Os Urubus querem construir casas supervalorizadas, com a proposta que as mulheres negras só circulem em lugares fixos como a cozinha ou limpando a área de lazer da rica branquitude.

Com o respaldo dos governantes “Urubus”, as empreiteiras tentam desenhar um modelo de cidade sem diálogo com as comunidades ao entorno. Inclusive descobrimos que no ano de 2014, mesmo ano em que as primeiras notícias sobre as chamadas “Mulheres-Caranguejo no mangue de Santo Amaro” é lançada, o mercado imobiliário apresentou o projeto da Vila Naval (DIREITOS URBANOS, 2014).

No blog do grupo político Direitos Urbanos Recife - DU - encontramos informações sobre o projeto Vila Naval. Este blog se define a partir de uma perspectiva de esquerda e entende o direito à cidade como um projeto que precisa ser pensado por todas as pessoas, inclusive as pessoas negras e pobres. É um dos principais meios de mídia alternativa para denunciar as tentativas de golpe do mercado imobiliário que só quer privilegiar e manter o poder dos Urubus.

Segundo publicação do DU de 20 de novembro de 2014 cujo título da notícia é “Relato da audiência sobre a Vila Naval”, ouve uma audiência pública para apresentar o plano urbanístico para a Vila Naval. Representantes do DU fizeram alguns apontamentos que caracterizam alguns tensionamentos com o projeto político das grandes empreiteiras. Colocamos alguns trechos aqui

A comunidade de Santo Amaro compareceu com um discurso muito qualificado, em defesa de seus reais interesses e não com aquele discurso que as construtoras colocam na boca de algumas “lideranças populares” por aí [...]apontaram com clareza como a discussão da Vila Naval não pode ser feita de forma isolada da

relação com a comunidade e sem considerar tanto os impactos negativos que o projeto pode trazer quanto maneiras de trazer para a comunidade uma participação direta nos benefícios que o projeto pode gerar. Muitas pessoas apontaram os riscos de uma expulsão branca, pela especulação imobiliária, ou ainda mais segregação contra uma comunidade já fortemente ofendida pela construção de um muro separando-a do Shopping Tacaruna. Um dos porta-vozes da comunidade, o Johnson, falou também dos muros invisíveis que segregam pelo olhar, pelo preconceito, e que, como já denunciado por algumas pessoas do Coque na audiência sobre o Estelita, podem atuar fortemente em um “espaço público” praticamente construído para a elite que vai consumir os produtos imobiliários a serem ofertados ali na Vila Naval (DU, 2014).

O PD define algumas áreas da cidade como tendo “potencialidades paisagísticas, físico-estruturais, culturais e econômicas para implantação de projetos especiais”, que seriam planos urbanísticos específicos estimulando a dinamização econômica JUNTO COM A INCLUSÃO SÓCIO-ESPACIAL. E no art.193, X a Vila Naval aparece integrando uma dessas áreas JUNTO com a ZEIS Santo Amaro e a área da Tacaruna (DU, 2014).

O plano é uma regulamentação da ocupação do setor de proteção ambiental ligado ao Hospital Naval, ou seja, de um setor cuja finalidade prevista em lei é garantir a ambiência do entorno do bem tombado e uma zona de transição entre o bem e o resto da cidade. Mas, ora, como lembrou Márcio, a cidade ao redor tem um perfil de ocupação baixo e o plano prevê gabaritos de até 25 andares. Isso não é transição nenhuma! Teria mais adensamento/verticalização no local de “transição” que na área não protegida! (DU, 2014).

Essas saídas de higienização da cidade também foram anunciadas pelas reportagens analisadas. Principalmente as notícias 05, 06 e 07 que traziam informações sobre a audiência pública convocada pela então presidenta da comissão de Direitos Humanos, cujo partido era o PSDB, para “promover debate a respeito da situação das mulheres-caranguejo” (N.05).

Na notícia 05 há uma fala da presidenta explicando sobre a necessidade da audiência. Segundo ela “o descaso com que esse mangue é tratado vem se arrastando por diversas gestões e precisa ser interrompido” (N.05). Quando a nomeação “descaso” se relaciona com o mangue e não com as mulheres soa como se o foco da audiência fosse o território e não nas pessoas que ali estão.

A mesma notícia ainda apresenta a resposta da assessoria da prefeitura sobre a questão das mulheres. Segundo a notícia

A única ação prevista pelo município no lugar caberá à Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb) e se resume a um serviço de conserto e pintura do gradil do entorno do mangue, em setembro. A última ação parecida realizada no mangue aconteceu em julho do

ano passado e não mudou em nada a vida das mulheres (N.05)

A título da notícia 07 informa que um grupo de trabalho foi criado para desenvolver “políticas públicas voltadas às mulheres-caranguejos” (N.07). Segundo consta “o grupo conversou sobre formas de requalificar a área, devolver dignidade às mulheres e beneficiar os pescadores”. Negritamos que o debate de requalificação da área já estava presente e que a profissão dos pescadores foi a única reconhecida como beneficiada. A prostituição mais uma vez é deslegitimada como uma profissão pelos repertórios escolhidos. Na mesma notícia são descritos alguns encaminhamentos, que constam no trecho abaixo:

Foi estabelecido prazo de 30 dias para a Empresa de Urbanização do Recife (URB), ligada à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, enviar à vereadora Aline Mariano o projeto de requalificação da área. A secretária-executiva Ana Cláudia Sá sugeriu que trilhas no mangue e ateliês de construção de barcos sejam feitos, permitindo um novo do local. Ela disse que em 22 de novembro a Operação Cata-tralha começará a limpar a área (N.07)

Como observado acima, um projeto de requalificação da área foi solicitado nessa audiência. Essa notícia é de novembro de 2014. Mesmo mês que o Plano Urbanístico da Vila Naval foi apresentado com irregularidades como as descritas acima. Além disso, mais uma vez a profissão dos pescadores foi legitimada, inclusive com encaminhamento de “ateliês de construção de barcos”. E para fechar, a operação Cata-tralha limpando as tralhas do território.

Devido irregularidades do plano, ele foi suspenso em 2014. Mas ele ainda continua sendo uma questão atual e que precisa de atenção. Localizamos uma publicação no mesmo blog de 2017 sobre o mesmo projeto que ainda continua sendo construído. Na matéria cujo título era “Um plano, duas chantagens”, a publicação já traz uma crítica direta sobre a forma como a comunidade de Santo Amaro é incorporada, como no trecho abaixo.

A cada discussão pública do Plano proposto para a Vila Naval e Cruz Cabugá (a verdade é essa, o plano na verdade continua sendo para as áreas de interesse do mercado) vai ficando mais claro como a comunidade de Santo Amaro foi incorporada ao plano somente para alavancar uma chantagem. Na discussão realizada no dia 5 de setembro, dentro da comunidade da Ilha de Santa Terezinha, tanto o presidente do Instituto da Cidade quanto o secretário de planejamento foram bem explícitos diante das críticas e reivindicações: **se a proposta não for viável economicamente para a Marinha, a Marinha não topa, se a Marinha não topa, não tem plano nenhum e, se não tem plano, não tem benefício para a**

comunidade. Dito de outra forma, como a gente já vinha dizendo desde o início: **a coisa está armada de uma forma que, se o mercado não lucra, a comunidade não ganha nada.** E, na verdade, é ainda pior que isso: no momento, o Plano apresentado pela Prefeitura só contém um “plano preliminar” e o plano específico, detalhando as intervenções que deverão ocorrer na comunidade, deverá ser elaborado somente como uma contrapartida do empreendimento privado a ser feito na Vila Naval. Isso significa que **a comunidade só vai SABER o que de fato vai ganhar, quando estiver garantido e aprovado o projeto de interesse do mercado.** Pedir apoio da comunidade a isso é pedir um completo cheque em branco (DU, 2017; grifos do autor).

Essas práticas coloniais de urbanização da cidade a partir de mecanismos de raça e gênero precisam ser legitimadas. A indicação aqui é limpar o sujo. E o sujo aqui são as mulheres negras. As notícias visibilizam práticas consideradas desviantes de mulheres negras e pobres para justificar a necessidade de higienização da cidade, e de manutenção do poder e do privilégio das elites. Manutenção do coronelismo tão clássico do Recife. Basta lembrar quem Gilberto Freire, principal teórico do conceito de democracia racial era pernambucano.

Atacar as mulheres negras e pobres, preservando essa figura masculina, preservando os “Urubus” e suas casas, se configura como uma atualização das violências coloniais de gênero, raça e classe. E vale resgatar aqui a afirmação de Ângela Davis (2016) e Abdias do Nascimento (2017) ao afirmarem que as políticas de embranquecimento se fundam no estupro da mulher negra. Na coisificação desse corpo com o objetivo de toma-lo como posse e explora-lo para manutenção do poder e do acúmulo de capital.

No caso estudado essa política opera na retirada desse “esgoto sexual”. Vale negritar que as pessoas que usam drogas são constantemente alvo dessas práticas coloniais de higienização. Por exemplo, a Cracolândia³⁵ em São Paulo constantemente é alvo de práticas higienistas. Em meados do ano passado as/os moradoras/es foram acordados antes das cinco horas da manhã com jatos de água, literalmente.

5.2.2 Efeitos produzidos na vida de mulheres negras e pobres

Nessa parte da análise, focamos em apontar alguns efeitos que podem ser produzidos mais diretamente na vida dessas mulheres negras.

³⁵ Nome dado a áreas com grande concentração de pessoas que fazem uso de crack.

O primeiro está relacionado com a deslegitimidade em relação a algumas violências sofridas. Ao coisificar e construir uma imagem bestial dessas mulheres, as violências reais vividas não são consideradas legítimas. Como exemplo temos a notícia 08 cujo título é “Polícia Militar alega que imagem não revela se abordagem abusiva foi feita por PM”. A matéria comunica resposta da polícia sobre uma foto tirada por um leitor de uma possível abordagem abusiva de um policial militar. Segue foto da notícia para possamos ver a foto tirada:

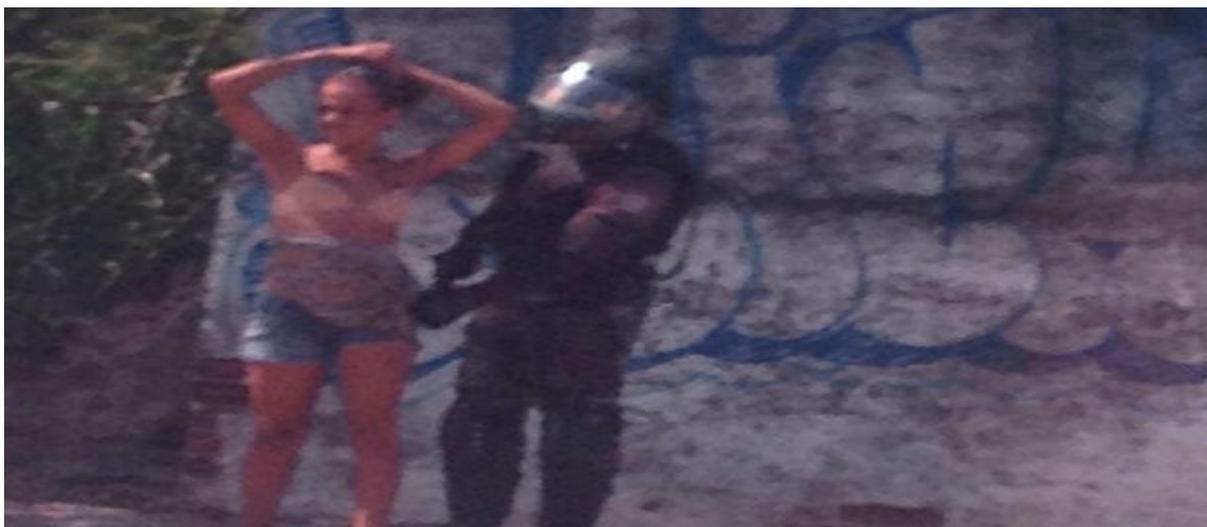


Figura 5 – Foto da notícia 08

Na mesma notícia há a descrição da resposta da assessoria da PM que diz:

A Assessoria de Comunicação Social esclarece que a imagem encaminhada por este veículo de imprensa não revela, com clareza, se a pessoa que está abordando a mulher é um policial militar e o batalhão a que pertence, bem como se a cena da mulher sem a camisa foi motivada pelo suposto PM. A ACS esclarece, ainda, que a forma como está ocorrendo a revista pessoal não atende aos protocolos operacionais adotados pela Polícia Militar (N.08)

Porém vale transcrever aqui trecho da fala de uma das mulheres que frequentou o território ao falar na reportagem da Record sobre os clientes. Ao descrever quem são estes, ela cita os policiais e descreve uma série de violências cometidas por eles:

Policias também são corruptos. Que pegava a gente ali dentro do, da maré. No lugar deles reabilitarem, tirar a gente dali, não. Ele chegava lá, dava na cara da gente, tomava o crack da gente e ainda queria comer a gente (38`11)

Outro efeito que impacta a vida dessas mulheres é que os repertórios acionados pelas notícias podem funcionar como justificativa para ações compulsórias, baseadas nos paradigmas moral, jurídico e religioso, sobre elas e sobre as pessoas que usam drogas ilícitas de maneira geral (BOITEUX, 2015a; 2015b; GRANJA, ET. AL., 2015; PETUCO, 2011). Esses paradigmas também funcionam a partir de pressupostos higienistas, no intuito da manutenção dos mecanismos da colonialidade.

Inclusive no dia 9 de março de 2018 o Ministério da Justiça lançou a resolução nº 1 que “define as diretrizes para o realinhamento e fortalecimento da PNAD - Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Decreto 4.345, de 26 de agosto de 2002”.

Esta resolução deslegitima as práticas de redução de danos e definem o paradigma da abstinência como única diretriz, legitimando a manutenção do racismo a partir do proibicionismo. Segue alguns trechos que indicam os retrocessos

Art. 1º, II - A orientação central da Política Nacional sobre Drogas deve considerar aspectos legais, culturais e científicos, em especial a posição majoritariamente contrária da população brasileira quanto às iniciativas de legalização de drogas;

III - Os programas, projetos e ações no contexto da política nacional sobre drogas devem considerar, em sua estruturação, iniciativas de ampliação e reorganização da rede de cuidados, acolhimento e suporte sociais, conceitualmente orientadas para a prevenção e mobilização social, promoção da saúde, **promoção da abstinência**, suporte social e redução dos riscos sociais e à saúde e danos decorrentes (grifo nosso);

§ 2º - A União deve promover de forma contínua o fomento à rede de suporte social, composta por organizações da sociedade civil e de prevenção, acolhimento, **inclusive em comunidades terapêuticas**, acompanhamento, mútua ajuda, apoio e reinserção social, definindo parâmetros e protocolos técnicos com critérios objetivos para orientação das parcerias com a União (grifo nosso).

Importante registrar aqui que o conselho Federal de Psicologia publicou em 2011 um relatório intitulado “Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas”. Este contém o resultado de uma inspeção nacional em estabelecimentos exclusivos para o cuidado de pessoas que usam drogas. Em Pernambuco foram inspecionadas três instituições: a Instituição Social Manassés, o Centro de Recuperação Leão de Judá e o e o Recanto Paz. As equipes responsáveis pelas pessoas são compostas basicamente de obreiros, exceto a comunidade Recanto da paz que tem uma equipe multiprofissional. Registramos aqui as propostas de cuidado de cada instituição, respectivamente,

para que possamos entender qual a perspectiva de cuidado adotada nesses espaços:

Basicamente, o modelo de trabalho está pautado na droga como problema de ordem exclusivamente moral, baseado na mudança de comportamento pela fé e pela oração, existindo duas fases ou etapas a ser alcançadas: na primeira, entre 20 e 30 dias de desintoxicação, a pessoa fica isolada dentro da instituição, participando apenas das atividades na casa. Na segunda, após avaliação do diretor, o interno sairá para vender dos materiais de divulgação, que também representam fonte de arrecadação financeira para a casa. Nessa etapa, o interno pode participar de atividades de lazer fora da casa (futebol society). Não há serviço de Psicologia na instituição (Manassés, p. 105).

A proposta de trabalho é a “Evangélica Laboral”. Atividades laborais realizadas durante a semana, ida ao culto evangélico três vezes por semana, produção e venda de vassouras e participação nas obras de construção das igrejas. Houve a informação de que dois profissionais de Psicologia atuam na instituição, mas os residentes não souberam informar seus nomes, práticas ou como são suas rotinas de trabalho (Leão de Judá, p. 106).

A proposta de cuidado é a dos “Doze Passos”. Os internos realizam todo o trabalho de cuidados com a casa. • Trabalha com a modalidade de intervenção “Matriz Motivacional”. • Não adota a redução de danos. (Recanto da Paz, p.107).

Ainda no mesmo relatório é descrito que há violação de direitos humanos em quase todas as instituições visitadas pelo Brasil inteiro. Práticas higienistas baseadas no proibicionismo que é racista (SAAD, 2013; LUNARDON, 2015, HART, 2014). Segue trecho:

A pergunta que nos orientou – sobre a ocorrência de violação de direitos humanos – infelizmente se confirmou como uma regra. Há claros indícios de violação de direitos humanos em todos os relatos. De forma acintosa ou sutil, esta prática social tem como pilar a banalização dos direitos dos internos. Exemplificando a afirmativa, registramos: interceptação e violação de correspondências, violência física, castigos, torturas, exposição a situações de humilhação, imposição de credo, exigência de exames clínicos, como o teste de HIV – exigência esta inconstitucional –, intimidações, desrespeito à orientação sexual, revista vexatória de familiares, violação de privacidade, entre outras, são ocorrências registradas em todos os lugares. Percebe-se que a adoção dessas estratégias, no conjunto ou em parte, compõe o leque das opções terapêuticas adotadas por tais práticas sociais. O modo de tratar ou a proposta de cuidado visa forjar – como efeito ou cura da dependência – a construção de uma identidade culpada e inferior. Isto é, substitui-se a dependência química pela submissão a um ideal, mantendo submissos e inferiorizados os sujeitos tratados. Esta é a cura almejada (CFP, p. 190).

Um terceiro efeito está na destituição desta mulher como integrante do grupo de trabalho para discutir as resoluções atreladas a sua vivência. As instituições chamadas para debater sobre o caso foram o Ministério Público, Associação de Pescadores da Ponte do Limoeiro, Secretaria das Mulheres, Secretaria Municipal de desenvolvimento social e Direitos Humanos, Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade e Secretaria de Defesa social de Pernambuco. Segue foto da mesa da audiência pública



Figura 6 – Foto de notícia da Câmara Municipal do Recife

Não havia nenhuma representatividade das mulheres negras ali na mesa. O lugar de fala foi negado. Os homens pescadores que atuam ali, provavelmente negros, foram chamados para compor o grupo. Para sentarem-se à mesa de negociação, mesmo que a título de representatividade. Já as mulheres não foram. Este fato exemplifica a opressão de gênero voltada para essas mulheres negras. Mulheres negras que são destituídas das negociações acerca de suas vidas.

Ao término desta análise, fica evidenciado uma complexa rede de repertórios e emaranhados quando olhamos para o fenômeno mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas, a partir de uma análise crítica sobre os mecanismos da colonialidade. Passaremos agora para as considerações finais, com o intuito não de concluir, mas de apontar de forma sistematizada nossas considerações sobre os repertórios acionados pelas notícias aqui analisadas e os sentidos produzidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse corpo de lama que tu vê
 É apenas a imagem que sou
 Esse corpo de lama que tu vê
 É apenas a imagem que é tu.

Corpo de lama
Chico Science e Nação Zumbi

Ao final, retorno ao texto na primeira pessoa, advertindo que não pretendo, nas considerações finais aqui descritas, dar conta de toda a complexidade relacionada ao debate sobre mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas. Tentarei realizar um exercício de síntese, fazendo algumas pontuações acerca das redes de repertórios acionadas para produzir mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas, em específico as chamadas “Mulheres-caranguejo”.

Após o processo analítico faço considerações sobre os seguintes pontos dentro da rede de repertórios acionada pela nomeação “mulheres-caranguejo”: 1) *estética*; 2) *proibicionismo*; 3) *mídia*; 4) *essencialização do sujeito político mulher*; 5) *modelos de família* e 6) *modelos de cidade*.

A primeira consideração que gostaria de fazer é sobre a *estética* que é produzida a partir dos repertórios que as notícias acionam. Ao analisar a partir da perspectiva do feminismo decolonial e do feminismo negro, a *estética* que é construída ao longo das notícias é uma *estética* racista. Essa *estética* é produzida a partir das adjetivações negativas, das narrativas que equiparam as mulheres à lixo e as colocam como sujas e sem higiene, que destitui a humanidade, que acionam o olfato para associar fedor a essas mulheres. *Estética* racista que também constitui um território sujo por religiões de matriz africana. Que aciona repertórios relacionados com a higienização por ameaça à contaminação.

Considero que essa *estética* racista está relacionada com o julgamento e criminalização das práticas e costumes como a religião, a capoeira e uso de algumas substâncias que se perpetua e se atualiza como um mecanismo colonial para manutenção dos privilégios da branquitude ao longo da história. As imagens

produzidas reforçam perversamente uma negatividade sobre o ser mulher negra, como por exemplo, associadas à criminalidade, ao pecaminoso. É um espelho sempre ruim.

Essa estética que associa essa negatividade enquanto cor do racismo, cheiro do racismo produz impactos subjetivos nas mulheres negras que também se constituem a partir dessa referência. Essa negatividade e falta de referência positiva produz baixa autoestima.

Essa imagem negativa pode ser observada nas notícias analisadas. Mesmo que a matéria tivesse uma perspectiva feminista de denunciar as inúmeras violências e descasos vivenciados pelas mulheres noticiadas, utilizar nomeações como 'seres dormentes' e 'quase espécie' ratificam a destituição de humanidade do projeto ético-político da colonialidade e o racismo intrínseco a esses termos.

Essa estética racista, por outro lado, produz um efeito de sinalizar quais são os modelos socialmente aceitos e positivados, aciona referências de limpeza associada à branquitude e corrobora com práticas higienistas. Somos então produzidas a partir dessas referências do que é limpo e belo ou branco e o que é sujo e lixo às pessoas negras.

Ainda sobre estética, gostaria de sinalizar que quando a jornalista nomeia essas mulheres de "caranguejo" acionam repertórios relacionados com o movimento contracultural recifense intitulado Mangubeat. Este movimento surge em Recife/PE no início da década de 90 e tem como proposta a denúncia das desigualdades sociais vivenciadas na cidade. Tanto aciona essa estética que utilizamos trechos de músicas de uma das principais bandas desse movimento no título do trabalho e ao longo do texto.

Porém, ao mesmo tempo em que essas notícias acionam essa estética, produzem uma dissonância com as próprias pautas de denúncia desse movimento. O mesmo se propõe a ser um movimento que surge da periferia, que denuncia as desigualdades sociais, os projetos de cidade restritos à branquitude e à burguesia. Porém, como vimos principalmente no capítulo analítico, essas notícias produzem uma imagem negativa dessas mulheres negras, justificando uma possível higienização das mulheres e da área onde elas circulam.

Essa estética racista que é produzida sobre as mulheres negras, associando um corpo sujo tem efeitos algumas às vezes não imaginados por nós. Como exemplo podemos trazer as questões apontadas em estudos que relacionam

racismo e saúde que afirmam serem os corpos das mulheres negras menos tocados nas consultas ou a experiência de partilhar de depoimentos de algumas mulheres negras cis que já escutam durante o sexo que não iam receber sexo oral porque suas vaginas eram pretas (2ºENJF, 2017).

A segunda consideração relacionada com a nomeação “mulher-caranguejo” versa sobre a *proibição* de algumas drogas ou *proibicionismo*. Destacamos que o proibicionismo tem em suas entranhas o racismo, se configurando como um dos principais mecanismos da atualidade de genocídio da população negra. Destacamos também a seletividade e intencionalidade dessa política na manutenção de um projeto de dominação de raça e de classe, com requintes de crueldade. A proibição carrega por si só uma estética racista de constituição de imagem negativa e de construção de uma pessoa inimiga ou ameaça moral e sanitária que precisa ser combatida.

Reforçamos os efeitos danosos que o mecanismo de proibição das drogas produz na vida das mulheres negras. Esses efeitos são principalmente o encarceramento em massa, o julgamento moral e criminalização do uso por essas mulheres e o genocídio das jovens negras e dos jovens negros que são as que mais sofrem com o comércio ilegal de drogas, por ser destinado à juventude negra o lugar de varejo e de menos lucro nesse mercado ilegal.

É importante também deixar registrado que se adotamos a perspectiva do feminismo negro para debater a proibição de algumas drogas, devemos considerar a pauta do encarceramento em massa e extermínio de homens jovens negros como consequência do impacto do proibicionismo na vida das mulheres negras. Este é inclusive um dos pontos de tensão apontado pelo feminismo negro, quando o mesmo coloca o genocídio dos homens negros com pauta para o movimento feminista. Também reforço a necessidade da academia se debruçar sobre a pauta da política de drogas no intuito de construir saídas mais objetivas para minimizar os impactos dessa guerra genocida a partir da perspectiva do feminismo negro e do antiproibicionismo.

Outro efeito produzido pelo proibicionismo está relacionado com o uso em si e a criminalização da prática que também está associada a uma opressão de raça e gênero. Dentro dessa perspectiva, estão presentes também os mecanismos relacionados ao julgamento sobre essas mulheres negras, por estarem fazendo uso de uma droga ilícita e cometendo um ato ilícito. Considero também que as questões

suscitadas na relação das mulheres negras e pobres com o uso de drogas passa por diversos atravessamentos, dos quais destaco dois: o primeiro está na dimensão da transgressão de gênero e o segundo na dimensão de um comportamento esperado, se considerarmos as questões de raça.

A via transgressão de gênero é produzida ao considerar que uma mulher negra deveria estar servindo à rica branquitude ou cuidando de sua própria casa, ou seja, no lugar do privado. Porém essas mulheres “escolheram” sair do espaço privado e estar na rua, se prostituir e usar drogas. Já a via ligada à raça coloca as práticas dessas mulheres como esperada, se considerarmos as vias coloniais que jugam as práticas das pessoas negras como sujas e bestiais (LUGONES, 2014). Se considerarmos também a via da carnavalização, como apontado por Lélia Gonzales (1984), é de certa forma também esperado que as mulheres negras se comportem de forma hipersexualizada e que usem drogas.

Se considerarmos que esse uso é de uma droga ilícita, como o crack que é utilizado pelas mulheres noticiadas, podemos inferir que a produção de imagens associadas à sujeira, típica da construção racista de imagens sobre pessoas que usam drogas, podem aumentar o julgamento pelo público que consome o jornal. Inclusive associar o uso de crack às mulheres negras noticiadas ajuda a corroborar o sentido dessas mulheres como uma ameaça moral e sanitária, dentro de um território sujo inclusive religiosamente (aqui me refiro ao destaque dado pelas notícias aos chamados despachos de matriz africana).

As notícias também produzem uma mulher que é assujeitada em relação à droga, sem consciência de si e de seus hábitos, o que pode justificar práticas de cuidado higienistas e baseadas no paradigma da abstinência. A constituição pela mídia de uma relação exclusivamente abusiva na relação das mulheres retratadas com o uso da droga corrobora com modelos de intervenção pautados no paradigma da abstinência. Este paradigma reforça uma alienação dessas mulheres frente às suas vidas e desconsidera os processos de constituições sociais baseadas em hierarquias racistas e sexistas, frutos do mecanismo da colonialidade, que interferem no uso.

O paradigma da abstinência também contribui para destituir essas mulheres do lugar de cidadãs que tem acesso a direitos. Essas práticas vão de encontro às pautas dos direitos humanos e do paradigma da redução de danos. Produzem, também, práticas compulsórias de internação e limpeza da sociedade, jogando

essas mulheres em instituições como as comunidades terapêuticas, que, como visto nos capítulos teóricos, produzem cuidados voltados para a religiosidade, sem outras equipes de saúde que ajudem nessa fase de uso abusivo. Também são práticas que rompem vínculos sociais, comunitários e territoriais.

Sobre a *mídia* em específico, gostaríamos de enfatizar a importância de problematizar a espetacularização da vida e do sofrimento dessas mulheres negras por parte das notícias. As notícias, de uma maneira geral, comunicaram uma imagem suja sobre essas mulheres negras que precisam de limpeza e asseio. Também reforçam uma construção de criminalidade e de ameaça que precisa ser resolvida, reforçando uma estética racista como descrita anteriormente. Ao construir essa imagem negativa sobre as mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas, produz um padrão extremamente oposto e positivado de uma estética limpa, asseada, ligada a branquitude. Os urubus coisificam os corpos das mulheres negras, produzindo a própria imagem de sujeira, carniça que vão consumir.

Vale ressaltar que essas formas de construção de imagens que reproduzem o racismo pelos meios de comunicação em massa em forma de espetacularização têm como objetivo a manutenção dos lugares de poder e de acúmulo de bens por parte da elite aristocrática brasileira. O projeto colonizador tem na mídia um instrumento para bestializar os corpos das mulheres negras, destituí-las do lugar de humanidade e manobrar massas em prol dos interesses da minoria detentora dos meios de produção. É a partir dessa manipulação, por exemplo, que milhões de pessoas foram para a rua bater panela e corroborar com o golpe de Estado. Negritamos, aqui, o papel da mídia como fundamental para a efetivação do golpe de Estado.

Algumas possibilidades de saída para esses tensionamentos já vem sendo apontada pela sociedade. A internet e as novas formas de tecnologia vêm produzindo uma maior democratização da informação, ao abrir outras vias como as mídias de rede social. Estas estão possibilitando outras narrativas considerando o lugar de fala das pessoas oprimidas no ato de contar sobre as violências vividas. Porém este é um dos pontos que precisam ser aprofundados em estudos que problematizem aspectos como educação digital e a colonização destas mídias alternativas.

Precisamos de fato ampliar o debate sobre a democratização da mídia, construindo não só um senso crítico em massa sobre as manipulações das mídias hegemônicas, como construir lugares de fala e representatividades que possibilite o

acesso das mulheres negras, independentes da classe social, aos meios de comunicação e ao nomear de si. Precisamos garantir que a periferia seja instrumentalizada com as formas de produzir comunicação e a capacidade de produzir sua representatividade que imprima sua estética, seu referencial político, sua perspectiva de cuidado, seu referencial artístico.

Ao debater sobre drogas, a mídia deve ser redutora de danos. Isso quer dizer que deve ser uma mídia que esteja a serviço de diminuir preconceitos, principalmente raciais, que consiga produzir vínculo, rede, restituir a humanidade das mulheres negras que foram destituídas pelos mecanismos da colonialidade.

Outro repertório que a nomeação “mulher-caranguejo” suscita é a *essencialização do sujeito político mulher*. Precisamos cada vez mais desnaturalizar a construção da mulher como sujeito único e universal e ampliar o olhar para as especificidades das mulheres negras. Por exemplo, as diferenças e desigualdades nas formas de adjetivar e construir o sentido da prostituição relacionado às mulheres negras e brancas são muito significativas. Os repertórios relacionados com a prostituição praticada pelas mulheres negras produzem um efeito de menos valor, de sujeira, acionando também essa estética racista apontada no início destas considerações.

Sobre *modelos de família*, os repertórios associam um modelo de família desestruturado associado às mulheres negras e colocam o uso de drogas e a imagem de degradação como consequência dessa desestruturação. Também é produzido um modelo de família estruturada que está moralmente e sanitariamente ameaçada pelas mulheres noticiadas. Essas falas evocam um modelo de família branca, burguesa, que normatiza o lugar das mulheres brancas como belas, recatas e do lar e das mulheres negras ao confinamento do espaço privado da cozinha e aos serviços domésticos. Modelo de família burguês que também tem a função de sustentar a moral cristã e a necessidade dessas famílias serem protegidas da ameaça de contaminação por parte dessas mulheres.

Os repertórios também acionam o debate sobre acesso e *modelos de cidade*, discussão sobre mercado imobiliário e segregação das cidades. Também fala de formas de higienização e limpeza da cidade pautadas em práticas racistas de periferização das pessoas negras e pobres. Esse é um dos pontos que não consegui analisar nesse processo e que precisa de aprofundamento.

Fazendo considerações mais amplas, essa pesquisa mostrou que as questões relacionadas a uma sociedade racista, machista e capitalista, expressadas na vida dessas mulheres negras e pobres que usam drogas atravessam toda a nossa sociedade. Ao considerar que a produção de lugares e de manutenção de poder está no campo da relação precisamos enquanto sociedade nos posicionar cada vez mais como responsável, numa perspectiva ético-política de combate ao racismo.

Vale ressaltar que a categoria “raça” foi útil para legitimar o privilégio e a supremacia da branquitude sobre a população negra. Essa supremacia só serviu para produzir mecanismos de coisificação e desumanização da população negra a partir de uma primeira divisão hierárquica da colonialidade que determinou que as pessoas negras não seriam humanas. Seriam corpos coisificados e tomados como propriedade privada. Como meio de produção explorado para produzir bens e riqueza para a burguesia detentora dos meios de capital. Corpos que foram com êxito oprimidos, servindo até hoje como engrenagem do sistema capitalista. Como diria Sueli Carneiro (2011), pobreza tem cor.

A população negra desse país é de fato muito forte. Somos sobreviventes de um projeto genocida declarado. O racismo à brasileira é de uma sofisticação e expressa por requintes de crueldade muito grandes. É tão velado e deslegitimado que muitas vezes as pessoas negras, ao pautar o racismo, escutam que aquele discurso é de vitimização. Porém nossa força de resistência e a busca em ampliar a visibilidade de nossas pautas se faz cada vez mais presente. Resistimos reivindicando em nossas pautas o ato de sobrevivência. Reivindicamos a humanidade. O bem viver e o autocuidado. O racismo brasileiro é tão eficiente e tão perverso que executa politicamente uma mulher negra e periférica por usar sua vereança na denúncia do racismo operando no genocídio da população negra utilizando como justificativa a segurança pública.

Para finalizar, queria pontuar mais duas questões. A primeira está relacionada com a problematização sobre o papel da psicologia com as questões levantadas nessa dissertação. Faço essa reflexão a partir da fala de psicólogas no vídeo intitulado “Intervenção da cidade, militarização do medo”. Este vídeo foi lançado em março 2018 pelo Conselho Federal de Psicologia e tem como proposta discutir o papel da psicologia frente à intervenção militar do Rio de Janeiro e aos retrocessos vividos por nós desde o golpe de 2016.

Elas argumentam que o código de ética foi construído a partir da declaração dos direitos humanos e comprometido socialmente com as minorias, logo é impossível pensar a psicologia sem democracia. Assim, diante da realidade da invisibilidade do racismo e das opressões de gênero vividas na nossa sociedade; devido ao nosso atual contexto de golpe, de retrocessos políticos e de ameaças à democracia, a psicologia tem que se posicionar no campo da resistência. Além disso, precisa estar atuante e comprometida na busca de combater as opressões da colonialidade sobre a vida das mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas.

A segunda está relacionada com o meu processo pessoal de escrever essa dissertação. No início desta escrita sabia que ia trabalhar dentro do campo contra-hegemônico e considerei muitas tensões que poderiam estar presentes nesse processo. Uma das tensões era me conceber potente e capaz para o ato de escrever por si só. E num segundo momento que essa escrita não reproduzisse questões que tento cotidianamente repensar, desfamiliarizar, a partir de uma ética do cuidado e no combate das opressões vividas pelas minorias.

Porém, a imersão nas teorias e no campo mostrou uma dimensão de complexidades para além da esperada. O que me deixou um grande desafio e me conectou ainda mais com meu objeto de pesquisa e seus emaranhados. Até porque esse objeto também me atravessa enquanto uma mulher negra que usa drogas, mesmo reconhecendo as diferenças das drogas utilizadas e das diferenças dos territórios nos quais esse uso é feito.

Entre no mestrado para estudar mulheres e drogas, sem nenhuma perspectiva de estudar raça e feminismo decolonial. As questões de ser uma mulher negra passavam pela dimensão da pele, mas não tinha a dimensão da intelectualização do que é ser uma mulher negra. Era muito sentir. Senti tanto que o racismo e esse golpe racista e misógino de 2016 me levaram ao adoecimento.

Seria impossível descrever em linhas tudo que foi vivido nesses dois anos, inclusive dos racismos vividos dentro da própria universidade. Mas toda essa experiência me fez terminar esse processo mais forte, viva e com vontade de lutar pelas Marizas, Marielles, pelas mulheres negras que estão na Ponte do Limoeiro e por tantas e tantas outras mulheres negras que se presentificam no cotidiano ato de sobreviver e resistir a essa máquina de moer racista e misógina. Assim, para simbolizar o sentimento de força, resistência e vontade de bem viver que finalizo esse trabalho artesanal e subjetivo, termino com um poema da poeta negra Tatiana

Nascimento que está na música da cantora negra Luedji Luna, que tanto me deu acalanto e fôlego para finalizar essas linhas. “Tamo aí mandando brasa”!

O mágico da diáspora: Desmembrar terra-chão
 Mas se eu já fui trovão que nada desfez
 Eu sei ser Trovão que nada desfaz
 Nem o capataz; Nem a solidão; Nem estupro corretivo contra Sapatão
 Os complexo de contenção
 Hospício é a mesma coisa que presídio é a mesma coisa que Escola é a mesma coisa que
 prisão
 Que a mesma coisa de hospício
 É a mesma coisa que as políticas uterinas de extermínio dum povo que não é reconhecido
 como civilização
 Mas eu sei ser trovão
 E se eu sei ser trovão que nada desfez
 Eu vou ser trovão que nada desfaz
 Nem a solidão
 Nem o capataz
 Nem estupro corretivo contra Sapatão
 A loucura da Solidão capataz queimarem
 A herança De minhas Ancestrais
 Arrastarem Cláudia Pelo camburão
 Caveirão
 111 Tiros contra 5 Corpos
 111 Corpos Mortos Na prisão
 Eu sei ser trovão? Que nada desfez?
 Eu já fui trovão e se eu já fui trovão eu sei ser trovão!
 Eu sei ser trovão que nada Nada Desfaz
 Epahey oyá!
 Eu sei ser
 Trovão
 E nada
 Me desfaz

Iodo +Now Frágil

Luedji luna

REFERÊNCIAS

ARAGAKI, Sérgio.Seiji; PIANI, Pedro Paulo; SPINK, Mare Jane. **Uso de repertórios linguísticos em pesquisa**. In: A produção de informação de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Spink. M. J. et. al. (org). ed. Rio de Janeiro. 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasil, 2018.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Mídia e produção de subjetividades**: questões de racismo. In: Conselho Federal de Psicologia. *Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade*. 2.ed. / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

BOCK, Ana Mercês B. Abertura. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Mídia e Psicologia: a produção de subjetividade e coletividade*. 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

BOITEUX, Luciana. **Brasil**: reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. *Revista Internacional de Direitos Humanos*. Ed.21. Ago – 2015a.

_____. **O antimodelo brasileiro**: proibicionismo, encarceramento e seletividade penal frente ao tráfico de drogas. *Nueva Sociedad*. 2015b.

BOITEUX, Luciana; FERNANDES, Maíra; PANCIERI, Aline & CHERNICHARO, Luciana. **Mulheres e crianças encarceradas**: um estudo jurídico-social sobre a experiência da maternidade no sistema prisional do Rio de Janeiro. OAB – Rio de Janeiro, 2015c.

BOITEUX, Luciana. **Controle penal sobre as drogas ilícitas**: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. Tese, USP – São Paulo, 2006.

BOLZAN, Liana de Medeiros. **Onde estão as mulheres?**: a homogeneização da atenção à saúde da mulher que faz uso de drogas. Dissertação. PUC-RS, 2015.

BITTAR, Daniela Borges. **Violência intrafamiliar**: um estudo com mães agressoras usuárias de álcool e drogas. Dissertação. USP, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese, USP. São Paulo, 2005.

_____. **Gênero, raça e ascensão social.** Estudos feministas. Ano3, 1995.

CARNEIRO, Henrique. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX.** Outubro IES, vol.6, p.115-128, 2002.

CARVALHO, Bruno Robson de Barros. **“Tá pensando que travesti é bagunça?”:** repertórios sobre travestilidade, em contextos de criminalidade, por jornais de Pernambuco / Bruno Robson de Barros Carvalho. – Recife: O autor, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider whitin:** a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, vol.3 n.1. 2016.

COMISSÃO LATINO AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA. **Drogas e democracia:** rumo a uma mudança de paradigma. Disponível online em: http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/uploads/2016/07/drugs-and-democracy_book_PT.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório da 4º Inspeção Nacional de Direitos Humanos:** locais de internação para usuário de drogas. Brasília, CFP, 2011.

_____. **Relações raciais:** referências técnicas para a prática da (o) psicóloga (o). Brasília. CFP, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe.** Tradução Livre, Plataforma Gueto, 2016.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Artmed, Porto Alegre, 2a ed, p.15-42, 2006.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento nacional de informações penitenciárias.** Brasília, 2016.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento nacional de informações penitenciárias – mulheres.** Brasília, 2014.

FAVRET-SAADA, J. **Ser afetado.** Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERTIG, Adriana. **Histórias de vida de mulheres usuárias de crack.** Tese, UFRGS. 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação.** Revista Brasileira de Educação. n.20, p. 83-94. 2012.

_____. **O dispositivo pedagógico da mídia.** Educação e pesquisa. V.28. n.1, p.152-162. 2002.

_____. **Mídia e Educação da Mulher:** uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. Estudos Feministas, Florianópolis: CFCH/CCE/UFSC, vol.9, n. 2, p. 586-599, 2001.

FREITAS, Shirleidy Mirelle da Costa. **Nas mãos: a criança e o cachimbo.** As experiências de maternidade das mulheres usuárias de crack. Dissertação, UFPE, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GALERA, Sueli Aparecida Frari et al. **Mulheres vivendo no contexto de drogas (e violência):** papel maternal. Revista Latino-americana de Enfermagem.13(número especial). 2005.

GIMBA, Marcelo de Freitas. **Reconstruindo laços e projetos:** mulheres usuárias de crack, relações familiares e vulnerabilidades. Dissertação. UCSAL, 2013.

GRANJA, Edna; GOMES, Romeu; MEDRADO, Benedito & NOGUEIRA, Conceição. **O (não) lugar do homem jovem nas políticas de saúde sobre drogas no Brasil: aproximações genealógicas.** Ciênc. saúde coletiva [online] vol.20, n.11, pp.3447-3455. 2015.

GREGÓRIO, Julia Fernandes Flauzino. **A solidão da mulher negra encarcerada.** III Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. GT9 – Gênero, sexualidade e prisão. Recife, 2017.

GONZALES, Lelia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje.** Anpocs. p.223-244, 1984.

GONZALES, Lelia. Por um feminismo Afro-latino-americano. **Caderno de formação política do círculo palmirino n. 1 – Batalha de ideias.** P. 05- 20, 2011.

GUARESCHI, Pedrinho. **A produção dos sujeitos:** a tensão entre cidadania e alienação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Mídia e Psicologia: a produção de subjetividade e coletividade. 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009, p. 81-87.

GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro & CARVALHO, Cristina. **O movimento manguebeat na mudança da realidade sociopolítica de Pernambuco**. Políticas Culturais em Revista. V.9, n.1, 2016.

HAIEK, Rita de Cassia et. al. **Uso de drogas injetáveis entre mulheres na Região Metropolitana de Santos, São Paulo, Brasil**. Physis. vol.26, n.3, pp.917-937. 2016.

HART, Carl. **Um preço muito alto**: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Ed Zahar. Rio de Janeiro, 2014.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu. n.5, p.07-41.1995.

LUGONES, María. **Rumo ao feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis. Vol.22, n.3, 2014.

LUNARDON, Jonas Araujo. **'Ei polícia maconha é uma delícia'**: o proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social. Dissertação, UFRGS – 2015.

KILOMBA, Grada. Eu sei que, enquanto eu escrevo. Disponível em <<http://www.pretaenerd.com.br/2015/10/escrita-como-resistencia-e-assentamento.html>> . Acesso em 09 de fev de 2018.

MACEDO, Fernanda dos Santos de et al. **Mulheres, saúde e uso de crack**: a reprodução do novo racismo na/pela mídia televisiva. Saude & Sociedade. vol.24 no.4 São Paulo Out./Dec. 2015.

MEDEIROS, Katrucky Tenorio. **As mulheres no fenômeno das drogas**: representações sociais de usuarias de crack. Dissertação. UFPB, 2014.

MEDRADO, Benedito. **O masculino na mídia**: repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUCSP, 1997.

MEDRADO, Benedito. Textos em cena: a mídia como prática discursiva. In.: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo, Cortez, 2004.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; DANTAS, L. G.; VALENTE, M. B. B. ; QUIRINO, T. R. L. ; MACHADO, Michael Ferreira ; FELIPE, D. A. ; OLIVEIRA, L. M. ; SILVA, M. C. F. ; GONDIM, S. K. A. . Paternidades no cotidiano de uma unidade de saúde em Recife: traços, curvas e sombras em redes heterogêneas. In: Maria Juracy Filgueiras Toneli; Benedito Medrado; Zeidi Araújo Trindade; Jorge Lyra. (Org.). **O pai está esperando? Políticas públicas de saúde para a gravidez na adolescência**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p. 189-211.

MELCOP, Ana Gloria Toledo. **Da exploração à vida: estudo sobre adolescentes e jovens no turismo com motivação sexual ou em situação de exploração sexual no litoral de Pernambuco**, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Perspectiva de equidade no pacto nacional pela redução da mortalidade maternal e neonatal: atenção a saúde das mulheres negras**. Brasília – DF, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE . **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2017.

NUNES, Alyne Isabelle Ferreira. **Violência Racial e Prostituição: Um debate para além do gênero**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, p.8.

RODRIGUES, Mariana Borelli. **A psicologia acadêmica e os estudos feministas e de gênero no Recife: Interfaces, tensões e possibilidades**. Dissertação, UFPE, 2013.

SAAD, Luisa Gonçalves. **'Fumo de negro': a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932)**. Dissertação. UFBA – 2013.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Mídias e produção de subjetividade: questões do racismo**. IN.: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: referências técnicas para a prática da (o) psicóloga (o)**. Brasília. CFP, 2017.

SCOTT, Joan. **Experiência**. In.: SILVA, A. L. ; LAGO, M. C. S; TÂNIA, R. O. (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. **Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social**. In.: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. **Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico - metodológica para análise das práticas discursivas**. In.: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, Peter Kevin. **Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista.** Psicologia & Sociedade; 15 (2): 18-42; 2003.

SOCOL, Keity Laís Siepmman. **Motivos atribuídos por mulheres ao abuso de substâncias psicoativas.** Dissertação, UFSM, 2014.

SOUZA, Kátia Ovídia José de. **A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 4, p. 649-657, out./dez. 2009.

SOUZA, Márcia Rebeca Rocha de; OLIVEIRA, Jeane Freitas de; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do & CARVALHO, Evanilda Souza de Santana. **Droga de corpo! Imagens e representações do corpo feminino em revistas brasileiras.** Rev. Gaúcha Enferm. [online]. 2013, vol.34, n.2, pp.62-69. ISSN 1983-1447. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472013000200008> Acesso em 08 de fev de 2017.

SOUZA, Jurema Gouvêa de; LIMA, José Mauro Braz de; SANTOS, Rosângela da Silva. **Alcoolismo feminino: subsídios para a prática profissional da enfermagem.** Esc. Anna Nery [online]. 2008, vol.12, n.4, pp.622-629. ISSN 1414-8145. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452008000400003> Acesso em 08 de fev de 2017.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo.** Dissertação, PUC – SP. 2008.

RAMOS, Luciana de Souza. **Pelo amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres pelo tráfico de drogas.** Dissertação. UNB – Brasília 2012.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de & PAIVA, Miriam Santos. **Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero.** Esc. Anna Nery vol.11 no.4 Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro. **Crime é ‘coisa de mulher’:** identidades de gênero e identificações com a práticas de crime em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade do Recife-PE. Dissertação, UFPE. 2012.

PETUCO, Denis Roberto da Silva & MEDEIROS, Rafael Gil. **Redução de danos: dispositivo da reforma?** Kiononia, 2009.

PETUCO, Denis Roberto da Silva. **Entre imagens e palavras:** o discurso de uma campanha de prevenção de crack. Dissertação. UFPB, 2011.

PRADO, Marco Aurelio Maximo & QUEIROZ, Isabela Saraiva de. **A emergência da politização da intimidade na experiência de mulheres usuárias de drogas.** Estudos de Psicologia, n.17, vol2, p.305-312, 2012.

QUIRINO, Tulio Romero Lopes. **Não importa o tipo de homem que você é...?** Modos de subjetivação masculina na publicidade oficial da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (2008-2016). Tese, UFPE, 2017.

VARGAS, Eduardo Viana. **Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas.** In.: Drogas e cultura: novas perspectivas / Beatriz Caiuby Labate ... [et al.], (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2008.

VELLOSO, Ricardo Viana. **O ciberespaço como ágora eletrônica na sociedade contemporânea.** Ci. Inf., Brasília, v. 37, n. 2, p. 103-109, 2008.

YAMAGUCHI, E.T. et al. **Drogas de abuso e gravidez.** Rev. Psiqu. Clín 35, supl 1; p.44-47, 2008.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vem de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Open Editionbook, 2016.

USINA DE VALORES. Vídeo-debate sobre racismo. Disponível em:
https://www.facebook.com/quebrandootabu/videos/1847048615351517/?hc_ref=AR_Sg5AqkE6IE8jQ-HLKHjf5MMhXnKK-uKe9S00dkVm3Bcd8b-PucNpiRrLdAFeg4F7A

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA RESENHA MULHERES E USO DE DROGAS ILÍCITAS

RESENHA

Texto	<i>Copiar aqui referência completa, com título e autores.</i>
link	
banco de dados	
tipo de produção	
Ano de publicação	
Área de conhecimento	
Local estudado	
Eixo de debate	
Repertórios do resumo	
1) Qual o objetivo do texto?	
2) Qual o principal argumento do/a autor/a?	
3) Qual a definição de gênero?	
4) Que mulher é produzida ?	
4.1) abordam as especificidades do racismo em relação ao mulheres?	
5) Em que lugar o uso de drogas ilícitas é colocado ?	
5.1) abordam a questão do racismo em relação às drogas ilícitas?	
6) como é trabalhada a relação da mulher com a droga ilícita?	

7) Abordam o tema da mídia?
8) abordam questões de classe ?
9) que intervenções e saídas o texto propõe?
10) outras observações gerais.

ANEXO A - NOTÍCIA 01

"Mulheres-caranguejo" no mangue de Santo Amaro

Elas fazem sexo no manguezal, sob efeito do crack. Com um histórico de desestrutura familiar e pobreza, estão na base da pirâmide da prostituição

Marcionila Teixeira
marcionilateixeira.pe@dabr.com.br

Publicação: 05/08/2014 03:00



Prostituta acompanha homem para uma das áreas onde são feitos os programas

Preservativos masculinos tomam o chão no percurso apressado feito sob sol a pino. Desvendar o mangue da Avenida Prefeito Artur Lima Cavalcanti, em Santo Amaro, não é tarefa para desavisados. Um dos símbolos da paisagem recifense é também esgoto sexual, como diria Oswald de Andrade em seu poema Santeiro do Mangue. É abrigo de uma “quase espécie”, a

“mulher-caranguejo”. Seres dormentes pelos efeitos do crack e por um histórico de desestrutura familiar e pobreza. Ocupantes da base da pirâmide da prostituição, não possuem dentes, carecem de banho. Têm ferimentos ou marcas deles pelo corpo. O dinheiro obtido no sexo barato feito na lama é gasto com drogas.

É manhã de um dia de semana. O movimento de clientes ainda é fraco se comparado com o da tarde e da noite. Meninas e mulheres misturam-se aos caranguejos habitantes da mesma lama salobra. Ao longo das trilhas construídas pelos passos constantes na beira do mangue, prostitutas estão “malocadas” sob guarda-chuvas. Também improvisam barracos de lona. Escondem assim o uso da droga.

Privacidade não existe na hora do sexo. “A gente faz em pé mesmo. Mas tem sofá lá dentro, bicicleta de ginástica. Tem até colchão box. Tem árvore daquelas dobradas. Mas não gosto das árvores. Cheguei a ver sangue nelas”, relata Juliana*, 23 anos. Os braços de Juliana têm cicatrizes de ferimentos provocados por ela própria. Conta que cortou-se em crises depressivas provocadas pelo uso do crack. “Cada ‘tiro’ que dava, me cortava”, lembra, referindo-se à baforada no cachimbo.

Fome

Quando o efeito da droga passa, as mulheres buscam por comida e bebida. Mas vários dias podem se passar sem que elas se deem conta da necessidade. “Tem cliente que passa e dá comida. As colegas também oferecem pra gente”, conta Fernanda*, 19, com corpo de menina de 12 anos e rugas em torno dos olhos comuns a mulheres maduras. Quanto mais suja e deteriorada pelas drogas a mulher está, mais ela é procurada pelos clientes, contam. E eles pertencem a variadas classes sociais e profissões. Também há os casados.

À noite, o número de clientes aumenta, e com eles a degradação das meninas. O banho é artigo supérfluo após o sexo. Quando desejam fazer a higiene, procuram a torneira próxima à Ponte do Limoeiro, onde estão os pescadores.

ANEXO B - NOTÍCIA 02

Risco de doença não afasta clientes

Publicação: 05/08/2014 03:00



Embalagens de camisinha são deixadas pelo chão

Apesar de as camisinhas se espalharem pelo mangue, a maioria dos homens pede para fazer sexo sem proteção. As mulheres afirmam receber propostas de mais dinheiro caso aceitem a relação sem preservativo. O último levantamento feito no lugar pela Secretaria Municipal de Saúde constatou que, de 19 jovens testadas, duas eram portadoras do HIV, o vírus da Aids, e cinco tinham sífilis.

Maria*, 25, passou um ano morando no mangue, sendo oito meses grávida da terceira filha. Assim como Fernanda, dormia onde encontrava abrigo, inclusive nos barcos ancorados na cabeceira da ponte. “Ninguém quer saber de muriçoca depois de quatro dias acordada com droga na cabeça. Só dormia depois de fumar maconha e comer”, lembra.

Maria está afastada do mangue e das drogas, recebendo atendimento no programa Atitude, do governo do estado. Um trabalho lento que envolve o convencimento das “mulheres-caranguejo” a deixarem a situação de risco social com base no decreto 7053, do governo federal.

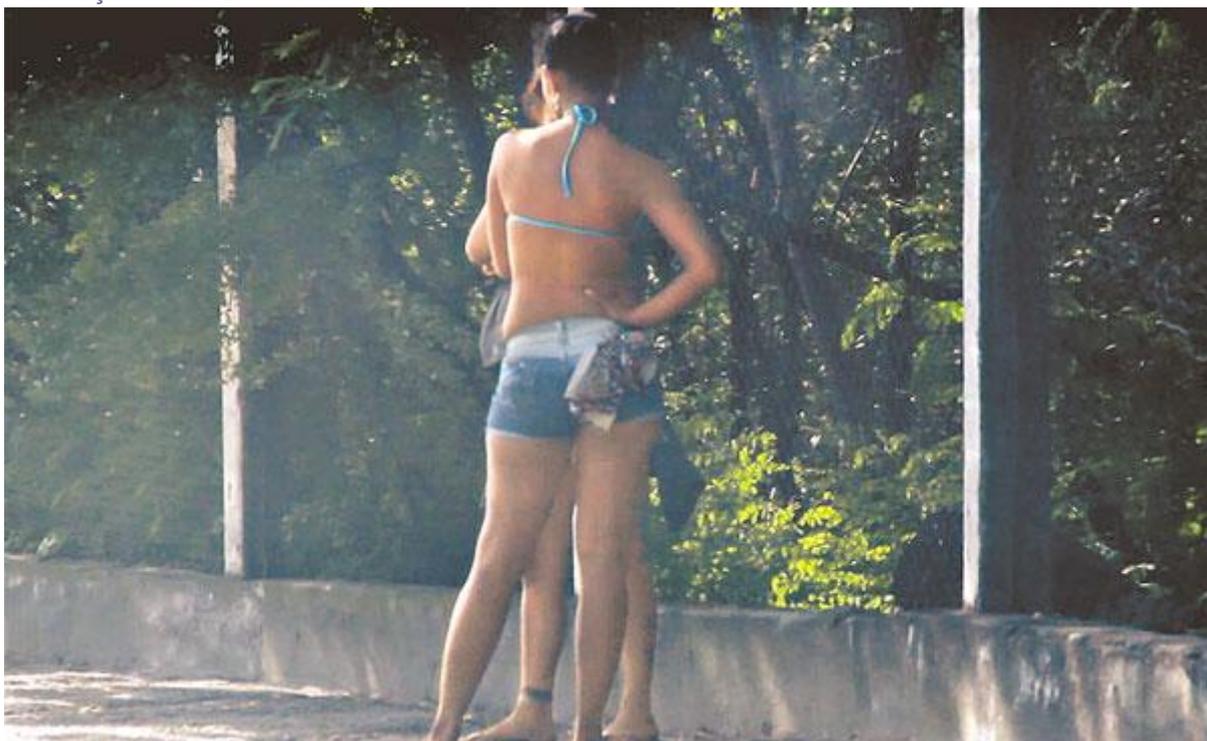
O documento dispõe sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Ela decidiu deixar a lama depois de o corpo dar sinais de enfraquecimento. “Passava a madrugada feito zumbi, circulando no meio do mato. Outras mulheres também fazem isso. A gente vira escrava da droga”, conta.

O efeito do crack encoraja na negociação variada com o cliente, na dormida desprovida de conforto e na caminhada pela escuridão do mangue. Tamanha coragem só cai por terra quando as meninas se deparam com despachos deixados por seguidores de religiões de matrizes africanas no meio do mangue. “Tenho medo de cruzar com um despacho desse”, confessa Juliana.

ANEXO C - NOTÍCIA 03

A venda do corpo por um pouco de crack

Publicação: 05/08/2014 03:00



Meninas aguardam clientes para mais um programa que irá financiar mais um dia de consumo de drogas

As meninas e mulheres prostitutas do manguê são, em sua maioria, moradoras de Santo Amaro. Muito pobres, não possuem dinheiro para custear passagens para bairros mais abastados, como Boa Viagem, onde a prostituição acontece nas avenidas Conselheiro Aguiar e Domingos Ferreira. Além disso, são dependentes do crack, droga ofertada com facilidade no lugar. “A prostituição é igual em todo canto, mas em Boa Viagem a menina compra roupa, sandália. Aqui a gente vende o corpo pelo crack”, compara Juliana.

Ana Glória Melcop, da ONG Centro de Prevenção das Dependências e à frente do Centro da Juventude e do Programa Atitude, ambos do governo do estado, destaca a necessidade de uma abordagem mais eficaz junto a essas mulheres. Ana Glória planeja levar para as prostitutas à Profilaxia Pós Exposição (PPE), fornecida pelo estado, na intenção de reduzir as chances de contaminação pelo HIV após uma relação sexual de risco.

“É preciso uma retaguarda da saúde, da educação”, diz Ana Glória. “A escola, por exemplo, tem preconceito com elas. As mulheres necessitam de uma abordagem que as faça perceber seus direitos e deveres”, afirma. “Sou contra a retirada forçada dessas pessoas de lugares assim, por pior que sejam. Também sou contra o estilo de vida delas, mas não concordo com a limpeza da cidade a todo custo”, opinou.

Em novembro de 2012, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a mesma que recebeu denúncias de 20 pontos críticos de

prostituição na capital pernambucana, estiveram no mangue da Artur Lima Cavalcanti para conhecer a realidade das meninas. A presidente da CPI, Erika Kokay, chegou a rezar com as mulheres às margens da avenida. Mas de lá para cá, nada mudou.

Um projeto da Comissão Pernambucana pela Paz, formada por moradores de Santo Amaro, prevê uma transformação. A ideia é capacitar as mulheres para trabalhar como guias dentro do mangue. O lugar passaria a receber visitas de estudantes.

ANEXO D - NOTÍCIA 04

Violência e medo são parte da rotina

Publicação: 05/08/2014 03:00



Equipes sociais tentam prestar assistência a grupo

O manguete da Artur Lima Cavalcanti cheira a violência, na maioria das vezes praticada por clientes ou falsos clientes. Fernanda perdeu os dentes da frente depois de ser atraída por um homem que a arrastou por um dos braços pela janela do carro. Maria passou a virada do ano amarrada a uma árvore em uma mata do Recife. Estava grávida. “Fui salva por um caçador que passava na hora.”

Entre as mulheres, a violência é outra constante. A mesma que foi amarrada ateou fogo em uma colega que dormia. A vítima teria lhe roubado R\$ 10, um cachimbo e uma pedra. “Nem sei se morreu, mas se tivesse morrido eu ficava sabendo.”

Em junho, uma jovem escapou de morrer após ser esfaqueada por um desconhecido. Outra mulher apareceu morta na lama e um homem foi vítima de tentativa de homicídio. Há boatos de que um homem estaria tentando se vingar das mulheres porque teria contraído o HIV.

O delegado Alfredo Jorge investiga os crimes, mas não confirma o suposto vingador. “A tentativa de homicídio da mulher pode ter sido passional. Já a vítima que apareceu morta pode ter sofrido morte súbita. Quanto ao homem, não seria frequentador do local”, afirma Alfredo Jorge. O tráfico é intenso. “À noite, carros de marca boa, de gente de classe alta, param para contratar meninas ou comprar drogas.”

ANEXO E - NOTÍCIA 05



Mulheres vendem o corpo por valores irrisórios para sustentar o vício no crack

Audiência debaterá prostituição Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores quer promover debate a respeito da situação das "mulheres-caranguejo" de Santo Amaro, denunciada pelo Diário

Publicação: 06/08/2014 03:00

A presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores do Recife entrou com pedido de realização de audiência pública para debater a situação de vulnerabilidade das profissionais do sexo que atuam no mangue da Avenida Prefeito Artur Lima Cavalcanti, em Santo Amaro. O drama das “mulheres-caranguejo” foi denunciado pelo Diário na edição de ontem.

A realização da audiência depende de votação em reunião plenária. Deverão ser convidados representantes dos governos municipal e estadual, e do Ministério Público. “Iremos adotar a realização de audiência pública, pois apesar do processo de aprovação ser um pouco mais lento – já que a solicitação precisa ser votada em reunião plenária - as audiências têm caráter convocatório, e a prefeitura não pode se furtar de enviar representantes. O descaso com que esse mangue é tratado vem se arrastando por diversas gestões e precisa ser interrompido”, analisou a vereadora Aline Mariano (PSDB), presidente da comissão.

Segundo a Marinha, cabe à Prefeitura do Recife os cuidados com a área ocupada pelas mulheres. À Marinha resta o papel de controle da poluição hídrica e a segurança da navegação. A assessoria de imprensa da prefeitura limitou-se a dizer que a única ação prevista pelo município no lugar caberá à Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb) e se resume a um serviço de conserto e pintura do gradil do entorno do mangue, em setembro. A última ação parecida realizada no mangue aconteceu em julho do ano passado e não mudou em nada a vida das mulheres.

Dependentes do crack, as “mulheres-caranguejo” se prostituem em meio à lama, em troca da “pedra”, alimentos ou valores irrisórios. Vítimas de um histórico de desestrutura familiar e pobreza extrema, elas estão no nível mais pobre da cadeia da prostituição. Muitas não têm dentes, estão em estado lamentável de saúde e são tomadas por ferimentos ou marcas de agressões praticadas por clientes.

ANEXO F – NOTÍCIA 06

Audiência pública discute a situação das "mulheres-caranguejo"

Publicado em: 05/11/2014 08:58 Atualizado em: 05/11/2014 10:27



Foto: Allan Tores/Esp DP/D.A Press

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores do Recife realiza nesta quarta-feira uma audiência pública para debater a situação de vulnerabilidade das profissionais do sexo que atuam no mangue da Avenida Prefeito Artur Lima Cavalcanti, em Santo Amaro. O drama das “mulheres-caranguejo” foi denunciado pelo Diário de Pernambuco em série de reportagens da jornalista Marcionila Teixeira.

O encontro acontece esta manhã. Foram convidados representantes dos governos municipal e estadual, e do Ministério Público. “As audiências têm caráter convocatório, e a prefeitura não pode se furtar de enviar representantes. O descaso com que esse mangue é tratado vem se arrastando por diversas gestões e precisa ser interrompido”, analisou a vereadora Aline Mariano (PSDB), presidente da comissão.

Segundo a Marinha, cabe à Prefeitura do Recife os cuidados com a área ocupada pelas mulheres. À Marinha resta o papel de controle da poluição hídrica e a segurança da navegação. A assessoria de imprensa da prefeitura limitou-se a dizer que a única ação prevista pelo município no

lugar caberá à Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb) e se resume a um serviço de conserto e pintura do gradil do entorno do mangue, em setembro. A última ação parecida realizada no mangue aconteceu em julho do ano passado e não mudou em nada a vida das mulheres.

Dependentes do crack, as “mulheres-caranguejo” se prostituem em meio à lama, em troca da “pedra”, alimentos ou valores irrisórios. Vítimas de um histórico de desestrutura familiar e pobreza extrema, elas estão no nível mais pobre da cadeia da prostituição. Muitas não têm dentes, estão em estado lamentável de saúde e são tomadas por ferimentos ou marcas de agressões praticadas por clientes.

ANEXO G – NOTÍCIA 07

Grupo de trabalho formulará políticas públicas voltadas às mulheres-caranguejos

Publicado em: 06/11/2014 17:24 Atualizado em: 06/11/2014 18:29



No local, mulheres vendem o corpo e consomem drogas em condições degradantes. Foto: Alan Torres/Esp. DP/D.A Press

Um grupo formado por secretarias municipais, Ministério Público e Associação de Pescadores da Ponte do Limoeiro discutirá alternativas para a situação do mangue ao lado da Avenida Prefeito Artur Lima Cavalcanti, em Santo Amaro. No local, mulheres se prostituem e consomem drogas, como foi mostrado pelo Diário em 5 de agosto.

Aspectos sociais, econômicos e ambientais foram discutidos em audiência ontem, na Câmara de Vereadores, convocada pela presidente da Comissão de Direitos Humanos, Aline Mariano (PSDB). O grupo conversou

sobre formas de requalificar a área, devolver dignidade às mulheres e beneficiar os pescadores. “Não podemos permitir que esse descaso continue”, disse Aline. Para os participantes será necessário um trabalho intersetorial.

O grupo participará da próxima reunião do Pacto Pela Vida do Recife, conforme sugestão do secretário de Segurança Urbana Murilo Cavalcanti. A secretária das Mulheres, Silvia Cordeiro, ressaltou que é preciso que a sociedade assuma sua responsabilidade. “É uma tarefa política para o estado brasileiro.”

Foi estabelecido prazo de 30 dias para a Empresa de Urbanização do Recife (URB), ligada à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, enviar à vereadora Aline Mariano o projeto de requalificação da área. A secretária-executiva Ana Cláudia Sá sugeriu que trilhas no mangue e ateliês de construção de barcos sejam feitos, permitindo um novo do local. Ela disse que em 22 de novembro a Operação Cata-tralha começará a limpar a área.

Também participaram as secretarias municipais de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, e de Meio Ambiente e Sustentabilidade, e a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco.

ANEXO H – NOTÍCIA 08

Polícia Militar alega que imagem não revela se abordagem abusiva foi feita por PM

O registro foi feito por um leitor e encaminhado ao Diário através do WhatsApp

Publicado em: 20/04/2015 18:04 Atualizado em: 20/04/2015 18:15



Foto: WhatsApp/Cortesia

Após o **Diário de Pernambuco** ter denunciado, com exclusividade, o constrangimento sofrido pelas mulheres-caranguejo durante as revistas policiais, a assessoria de imprensa da Polícia Militar emitiu nota oficial sobre o caso. De acordo com a corporação, a imagem não mostra com clareza se a abordagem foi feita por um militar.

O flagrante foi feito na manhã desta segunda-feira (20), por um leitor, na Avenida Artur Lima Cavalcanti, no bairro de Santo Amaro. A área é conhecida como ponto de prostituição e uso de drogas.

No ano passado, a realidade das mulheres que utilizam o local para se prostituir foi tema de reportagem assinada pela jornalista Marcionila Teixeira. As "mulheres-caranguejo", como chamou na matéria, relatavam agressões e torturas praticadas pelos clientes.

[Clique e confira a reportagem](#)

Confira a nota oficial na íntegra

A Assessoria de Comunicação Social esclarece que a imagem encaminhada por este veículo de imprensa não revela, com clareza, se a pessoa que está abordando a mulher é um policial militar e o batalhão a que pertence, bem como se a cena da mulher sem a camisa foi motivada pelo suposto PM. A ACS esclarece, ainda, que a forma como está ocorrendo a revista pessoal não atende aos protocolos operacionais adotados pela Polícia Militar.

ANEXO I – NOTÍCIA 09

Pesquisadora analisa relação das prostitutas do mangue com o vício no crack

Dissertação foi baseada em matéria publicada no Diário, em 2014, quando foi denunciada a situação das frequentadoras do lugar

- [Notícia](#)

- [Vídeo](#)

Por: [Marcionila Teixeira](#)

Publicado em: 04/11/2017 08:00 Atualizado em: 03/11/2017 18:54



Mulheres negociam o corpo por até R\$ 2 para manter o vício no crack. Foto: Ricardo Fernandes/DP/Arquivo

No mangue de Santo Amaro, mais precisamente na Avenida Professor Artur Lima Cavalcante, a moeda corrente no mercado do sexo praticado na lama pode ser R\$ 2, R\$ 5 ou R\$ 10. Dependentes de crack, as mulheres usam o apurado irrisório na compra da droga. A dívida aumenta quando são obrigadas a pagar também os traficantes e usuários de droga que mediam a relação entre elas e os clientes. Para dar conta das dívidas, precisam fazer inúmeros programas com essa média de preços por dia. Emagrecidas, machucadas e com a dentição comprometida, são consideradas “as sobras do mercado do sexo”, onde a miséria dita as regras.

LEIA MAIS

[As mulheres-caranguejo do mangue de Santo Amaro](#)

[Risco de doença não afasta clientes](#)

Violência e medo são parte da rotina

A venda do corpo por um pouco de crack

As observações são da pesquisadora Mércia Assis. Durante seis meses ela entrevistou 15 mulheres frequentadoras do mangue. O resultado foi apresentado na dissertação *Entre pedras, prostituição e lamas: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro*, defendida no mestrado em serviço social da Universidade Federal de Pernambuco, em agosto. A pesquisa foi baseada em denúncia publicada no Diário, em agosto de 2014, na matéria *Mulheres-caranguejo no mangue de Santo Amaro*.

Segundo Mércia Assis, as mulheres ficam à mercê de traficantes do espaço, que exploram os corpos já ausentes de cidadania e são considerados mais desvalorizados. “As dívidas com o crack constituem um eterno ciclo. Elas sempre estão em situação de dívida e buscam saná-las. Algumas chamam a atenção mostrando partes do corpo, outras buscam chamá-los a partir de outras estratégias. Mas, muitos são atraídos também por outros usuários ou pequenos traficantes. Estes cobram pelos programas que conseguem facilitar para as mulheres. Por vezes, para consumir uma pedra de crack é preciso executar vários programas, pois além dos valores baixos cobrados, muitas vezes precisam pagar aos homens que mediam a relação entre elas e os clientes”, explica a pesquisadora.



Segundo a pesquisa, mulheres-caranguejo sofrem violência desde a infância, incluindo abuso sexual. Foto: Ricardo Fernandes/DP/Arquivo

As mulheres foram ouvidas com a ajuda de equipes dos programas Consultório de Rua e Atitude. As conversas aconteceram longe do manguezal, por decisão das próprias entrevistadas. “Os relatos foram muito ricos e demonstram o quanto é difícil e preocupante a vida delas. São vidas atravessadas por diversas violências, inclusive a sexual, desde a infância à idade adulta. Todas têm vivência próxima com a rua desde crianças, um contexto familiar deteriorado e uma ausência de políticas públicas brutal, que só vai emergir quando estão em contexto de extrema vulnerabilidade”, analisou.

Mércia Assis já trabalhava com profissionais do sexo dependentes de crack do Cabo de Santo Agostinho, mas ainda não conhecia a vivência das mulheres no mangue. “A ideia era articular de forma científica uma denúncia das condições dessas mulheres, que são brutais e radicais. As mulheres prostitutas em situação de uso de crack vivem em grande invisibilidade. A academia ainda não havia atentado que esses corpos existem e precisam ser compreendidos. A matéria trouxe a denúncia e eu quis corroborar com a denúncia”, destacou.

A pesquisadora destaca, no entanto, que é preciso considerar o fato de que, mesmo em meio às adversidades, estas mulheres tomaram decisões e caminhos para suas vidas, ou seja, não são destituídas de protagonismo.

“Não se pode desprezar o fato de que o Chupa-chupa, como é chamado o local, é um território construído por mulheres que o fizeram para determinadas práticas e atos”, pontua.